



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
PRÓ- REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP
MESTRADO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO – MPEDU

OSVALDO BEZERRA LIMA NETO

**A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DAS
ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (EEEP_s) NA REGIÃO
METROPOLITANA DO CARIRI (RMC)**

CRATO - CEARÁ
2019

OSVALDO BEZERRA LIMA NETO

**A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO A PARTIR
DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (EEEPs) NA
REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI (RMC)**

Dissertação apresentada à Universidade Regional do Cariri – URCA, como parte das exigências do Mestrado Profissional em Educação (MPEDU), para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Ribeiro.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri – URCA
Bibliotecária: Ana Paula Saraiva CRB: 3/1000

Lima Neto, Osvaldo Bezerra.

L732i A inserção dos jovens no mercado de trabalho a partir das escolas estaduais de educação profissional (EEEPs) na Região Metropolitana do Cariri (RMC)/ Osvaldo Bezerra Lima Neto. – Crato – CE, 2019.

147p.; il.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Educação (MPEDU) da Universidade Regional do Cariri – URCA

Orientador: Prof. Dr. Emerson Ribeiro.

1. Educação profissional, 2. Escolas profissionalizantes, 3. Mercado de trabalho; I. Título.

CDD: 370.115

Na versão impressa esta ficha encontra-se no verso da folha de rosto.

CRATO – CEARÁ

2019

OSVALDO BEZERRA LIMA NETO

**A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DAS
ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (EETPs) NA
REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI (RMC)**

Dissertação apresentada à
Universidade Regional do Cariri –
URCA, como parte das exigências do
Mestrado Profissional em Educação
(MPEDU), para a obtenção do título
de Mestre em Educação.

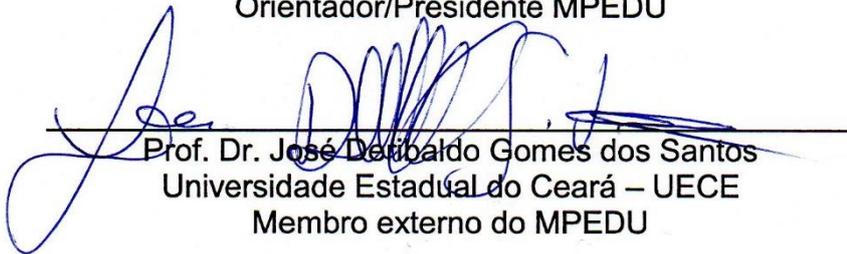
Área de Concentração: Formação de
Professores.

Aprovada em: 26 de junho de 2019.

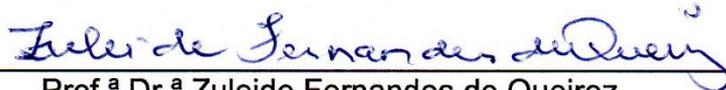
BANCA EXAMINADORA



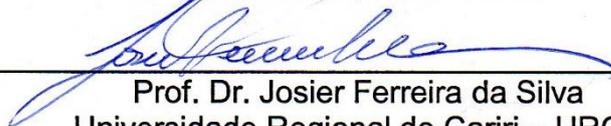
Prof. Dr. Emerson Ribeiro
Universidade Regional do Cariri – URCA
Orientador/Presidente MPEDU



Prof. Dr. José Delivaldo Gomes dos Santos
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Membro externo do MPEDU



Prof.ª Dr.ª Zuleide Fernandes de Queiroz
Universidade Regional do Cariri – URCA
Membro interno do MPEDU



Prof. Dr. Josier Ferreira da Silva
Universidade Regional do Cariri – URCA
Membro interno do MPEDU

Dedico este trabalho a minha mãe de criação (*in memoriam*), D. Francisca do Nascimento Silva (Fira), agricultora, mulher do campo, negra, nordestina de fibra, que mostrou-se resistente diante de uma sociedade perversa e excludente, que mesmo sem nenhum grau de instrução, foi a minha maior educadora e incentivadora nos estudos, a ela meu amor, incondicional e eterna gratidão. Dedico ainda, a presente obra a minha mãe Francisca Inês Dias, que é mãe e pai ao mesmo tempo, mulher do campo, de coragem e força, incentivadora dos meus projetos de vida, tenho certeza que num futuro bem próximo estaremos mais perto um do outro, pois embora não pareça amo-a, pois meu jeito de amar pode não ser visível, mas meu coração, a minha companhia e a minha essência fazem parte daquilo que chamo de amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus fonte de inspiração e sabedoria e a Antônio de Pádua, santo e a quem dedico todos os milagres que ocorrem diariamente em minha vida.

Aos que acreditam em minha força, motivando-me a não desistir: eu sabia desde o início, não seria fácil, mais também não seria impossível.

Ao meu avô Antônio Dias Silva, agricultor, mostrou-me que ser pai vai muito além do sentido biológico, é quem cuida, dá o alimento, um teto, esse foi pai duas vezes, jamais esquecerei.

À amiga Lúcia Maria de Oliveira, a verdadeira amizade é aquela que lhe aceita do jeito que você é, e está sempre presente em sua vida, jamais esquecerei todos os conselhos, a ela tenho um amor de mãe.

À minha companheira de todas as aventuras, a educadora e jornalista, Maria Iraídes Rufino de Sales, pelo auxílio e ensinamentos. Além da motivação, pelas gostosas risadas, serei a ela eternamente grato.

Ao amigo Jhonnys Eliel Torcate, esse homem é por demais generoso, amigo e parceiro. A ajuda durante o processo seletivo do mestrado, foi indispensável, quando acreditei que não seria possível, com sua ampla visão que só um amigo tem, recordo-me das suas palavras: “[...] rapaz você é muito capacitado, já enxergo você aprovado na seleção”. Você foi a motivação para que eu aceitasse mais esse desafio.

À minha amiga Francinete Ferreira do Carmo, um presente de Deus em minha vida, tenho muito orgulho de tê-la como amiga, tenho respeito, carinho e confiança, as amizades sinceras duram a vida inteira.

Ao meu companheiro Isac Ferreira Lima, aos oito anos repletos de muitos momentos de felicidade, de companheirismo, de partilha, com ele a cada dia é um aprendizado.

Às minhas irmãs Iáskara Suélen Dias Bezerra e Ana Miriam Dias Ferreira, que são verdadeiras amigas e me apoiam na realização de todos os meus feitos, isso me inspira a continuar lutando por dias melhores na educação. São mulheres empreendedoras, guerreiras, sonhadoras, vejo nelas amor genuíno e incondicional entre irmãos, resistimos e estamos dando a volta por cima.

Aos sobrinhos Luiz Henrique Dias Ferreira e a Maria Fernanda Dias, que esta vitória sirva-lhes de inspiração para seguir nos estudos.

À minha tia Maria Ivone do Nascimento Silva, aos anos dedicados à educação juazeirense, serviram de motivação para a minha escolha profissional na área da educação.

Aos professores do Programa de Mestrado Profissional em Educação – MPEDU, da Universidade Regional do Cariri – URCA, em especial a Dr.^a Maria Dulcinéia Loureiro, a Dr.^a Cícera Nunes e ao Dr. Josier Ferreira, pelos ensinamentos e a partilha de conhecimentos.

À professora Dr.^a Zuleide Fernandes de Queiroz, és inspiração, desde o primeiro momento. Ela me fez acreditar que sou capaz, eu escutei por várias vezes: “Meu querido vai dar tudo certo”. Os ensinamentos aumentaram minha bagagem de conhecimento e sabedoria, e, hoje, eu posso dizer que acredito na educação brasileira.

Ao professor Dr. Emerson Ribeiro, meu orientador. Indispensável na orientação deste trabalho, a ele agradeço a confiança, todas as orientações e esclarecimentos, que foram muito importantes e me motivou a alçar voos maiores, pensar alto, as cobranças foram decisivas para a conclusão desse trabalho. A ele todo o meu respeito.

Ao Professor Dr. Deribaldo Santos, docente da Universidade Estadual do Ceará - UECE, a sua generosidade e as contribuições grandiosas durante a qualificação do meu Projeto de Mestrado foram muito importantes. Agradeço pela disponibilidade, a ele tenho gratidão e admiração.

À turma do MPEDU, em especial à Leilson Barros Oliveira, esse homem magnífico foi a motivação nos dias difíceis e a sua preocupação fortaleceu a nossa amizade, a ele sou eternamente grato. À Ítalo Ramon Santos Bandeira, sua força e resistência me inspira, a semelhança por sermos homens do campo, me fazer acreditar que devemos lutar sempre e a não baixar a cabeça durante as dificuldades. À Rebeca Baia Sindeaux e à Maria Belo Silva Lima, Kátia Maria de Moura, o marido dos momentos de café, sou feliz pela força e motivação em não desistir do percurso. E à Maria Alice de Freitas Marques, determinação é a sua marca, o seu empenho pela nossa turma não tem preço. As ligações, a preocupação, a ajuda nos trabalhos, o carinho e o principal, vocês não desistiram de mim. De coração obrigado, jamais esquecerei.

Ao amigo Alexandre Ribeiro da Silva, quando penso nas minhas dificuldades, me veem à tona o exemplo de superação que você é. Você pra mim é um grande exemplo de homem, agradeço pela amizade.

Aos colegas de trabalho da Escola Estadual de Educação Profissional Raimundo Saraiva Coelho, que contribuem diariamente para o profissional que sou hoje, aos ensinamentos, partilha de conhecimentos, isso é muito importante, jamais esquecerei, em todos os anos de trabalho, tenham certeza, foi muito aprendido.

À amiga Marta Gonçalves da Silva, pela sincera amizade, a você tenho tamanha consideração, seu carinho, sua atenção e sua disponibilidade para os amigos, não tem preço, sou muito feliz por ter a sua amizade, além de incentivadora da execução de todos os meus projetos, sempre disponível, amiga, parceira e atenta para ajudar nas horas difíceis, a ela meu carinho e admiração.

Aos novos amigos que ganhei na minha jornada de professor da educação básica, em especial, Fábio Tavares, Edilson Botelho, José Edivan, Ycaro Carlos, José Batista, Francisca Gesuína, Pedro Edcarlos, Harethúcia Mota, Maria Gilcarla, Nívea Maria, Mariana Gonçalves, Bruna Coimbra, Simone Campos, Angélica Vidal e José Oberdan. No ambiente de trabalho a verdadeira amizade é indispensável e muito importante para que tudo se concretize da melhor forma.

À Maria Cirlene Duarte, mesmo com a minha ausência constante, não deixou de me querer bem, de vibrar por minhas vitórias e acreditar no meu potencial. A ela tenho também um amor de mãe. Educadora, ela é uma das minhas fontes de inspiração. Dezesesseis anos, não são dezesesseis dias! Desculpas minha ausência – lembre-se: um bom filho a casa retorna.

Aos colegas de trabalho do Instituto Juazeiro de Educação Superior – IJES, e aos meus alunos do Curso de Pedagogia, que compartilham comigo a alegria de participar do Mestrado em Educação.

Às CREDEs 18º e 19º, pelas horas disponibilizadas ao meu atendimento, para que dados os pudessem ser obtidos e analisados, em especial a Laene Augusto, Adriana Santos, Cícera Alves, Francisca Tavares e Oriana Bastos.

À Maria Maneide de Araújo Gonçalves, me recebeu de braços abertos nos meus primeiros anos na atividade docente, com seus ensinamentos, delicadeza e respeito as diferenças, contribuiu muito para o que sou hoje tanto pessoal quanto profissional.

À Rosa Cruz Macêdo e a Maria Francimar Telles, educadoras, mestras da educação do Cariri Cearense, a permissividade do aprendizado disponibilizado a mim, me fazem ser o que sou hoje.

À Antônia Lucélia Mariano, a sua militância e resistência é a motivação que encontro para lutar por dias melhores. Seus conselhos e sua bondade não esquecerei. Você é muito generosa!

Aos meus alunos, são eles a razão do meu ofício. Cada vez mais me fazem acreditar na educação brasileira, me fazem reinventar-se a cada dia, vencendo todas as batalhas impostas pelo sistema e mostrando que é muito gratificante ser professor, mesmo que em tempos difíceis.

Aos que não citei, que de forma direta ou indireta contribuíram para realização de mais este sonho, o meu muito obrigado.

Também aos que não acreditaram na minha força e no meu empenho, o êxito dos meus trabalhos pode servir de exemplo para mostrar aos que duvidam, que a realização de um sonho é possível.

Lutarei até o fim por dias melhores.

“O professor deve ser capaz de, apoiando-se nas ciências humanas, sociais e econômicas, compreender as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, construindo categorias de análise que lhe permitam apreender as dimensões pedagógicas presentes nas relações sociais e produtivas, de modo a identificar as novas demandas de educação e a que interesses elas se vinculam. Ou seja, compreender historicamente os processos de formação humana em suas articulações com a vida social e produtiva, as teorias e os processos pedagógicos, de modo a ser capaz de produzir conhecimento em educação e intervir de modo competente nos processos pedagógicos amplos e específicos, institucionais e não institucionais, com base em uma determinada concepção de sociedade.”

Acácia Zeneida Kuenzer.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa tem como temática central a educação profissional no Brasil, e como recorte, a inserção dos jovens egressos das escolas profissionalizantes da Região Metropolitana do Cariri no mercado de trabalho. Atualmente, é possível perceber que boa parte desses jovens não está conseguindo acesso ao primeiro emprego ou ao mercado de trabalho, tanto como muitos estão seguindo para a universidade, desviando-se assim, do destino que deveriam ter quando ingressaram na escola profissional. Portanto, esse é o problema que norteou a pesquisa, ou seja, por que os jovens cearenses egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) estão indo em sua maioria para o ensino superior e não para o mercado de trabalho? Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo compreender como está se dando a inserção de jovens no mercado de trabalho a partir das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) na Região Metropolitana do Cariri (RMC). Para atingir este objetivo optou-se por delimitar como campo de pesquisa três escolas da região, situadas respectivamente, nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Para atingir o objetivo geral dessa pesquisa foi necessário desenvolver pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema em questão com o intuito de construir a sua base teórica. A pesquisa de campo teve por objetivo a obtenção de dados numéricos ou estatísticos referentes aos alunos egressos das EEEP, sua inserção no mercado de trabalho, na universidade, etc. Os resultados obtidos demonstraram que a cada ano cresce o número de jovens egressos das EEEP que ingressam na universidade e diminui o número daqueles que ingressam no mercado de trabalho, pois há um intenso trabalho nestas escolas voltado para a melhoria dos indicadores da educação do estado e uma política educacional voltada para interesses econômicos e políticos. Além disso, cumprindo exigência do Programa de Mestrado Profissional de Educação – MPEDU, no propósito de contribuir para a divulgação do tema, para novas pesquisas e para a comunidade acadêmica, apresento como produto deste trabalho de pesquisa um livro de bolso, em formato impresso e em formato digital. Esses materiais apresentarão breve contextualização histórica da educação profissional no Brasil e no Ceará e os resultados da pesquisa.

Palavras-chave: Educação profissional. Escolas profissionalizantes. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

The present research work has as central theme the professional education in Brazil, and as a cut, the insertion of the young graduates of the vocational schools of the Metropolitan Region of Cariri in the labor market. Nowadays, it is possible to see that many of these young people are not getting access to the first job or to the job market, as many are going to university, thus diverting from the destiny they should have when they entered professional school. Therefore, this is the problem that guided the research, that is, why the young people from Ceará State graduates of Professional Education (EEEPs) are going mostly to higher education and not to the job market? In this context, the present research aims to understand how the insertion of young people in the labor market from the State Schools of Professional Education (EEEPs) in the Metropolitan Region of Cariri (MRC) is taking place. In order to reach this goal, three schools of the region, located respectively in the cities of Juazeiro do Norte, Crato and Barbalha, were chosen as the field of research. In order to achieve the general objective of this research, it was necessary to develop bibliographic and documentary research on the subject in order to build its theoretical basis. The field research had the objective of obtaining numerical or statistical data referring to the students graduated from EEEPs, their insertion in the job market, university, etc. The results obtained showed that each year the number of young people entering the university is increasing, and the number of those who enter the labor market decreases, as there is an intense work in these schools aimed at improving the indicators of state education and an educational policy focused on economic and political interests. In addition, in order to contribute to the dissemination of the theme, for new research and for the academic community, I present as a product of this research paper a paperback book in print and in digital format. These materials will present a brief historical context of professional education in Brazil and Ceará and the results of the research.

Keywords: Professional education. Vocational schools. Job market.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa Conceitual da pesquisa	22
Figura 2	Organograma de setores das CREDE e sua relação com as EEEP e SEDUC	110
Figura 3	Página inicial do SIGE	111
Figura 4	Página inicial do SICE	112
Figura 5	Consulta aos dados do SICE da escola A	113
Figura 6	Consulta aos dados do SICE da escola B	114
Figura 7	Consulta aos dados do SICE da escola C	114
Figura 8	Relatório de alunos inseridos no mercado de trabalho	115
Figura 9	Página da SEDUC para acesso a dados do ENEM	122
Figura 10	Dados do ingresso de alunos no Ensino Superior	123
Figura 11	Organograma de funcionamento das EEEP	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Dados das EEEP do estado do Ceará de 2008 à 2018	72
Quadro 2	Elementos constituintes da TESE	81
Quadro 3	Professores da base técnica – quantidade e formação acadêmica	88
Quadro 4	Registro de visitas às CREDE 18 e 19	106
Quadro 5	Registro (datas) das visitas nas escolas	107
Quadro 6	Alinhamento das visitas (dados e informações coletados)	108
Quadro 7	Atividades realizadas com os 3º anos egressos do ano de 2018	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Alunos matriculados, por série e ano, nas Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará, no período de 2008 até 2017.	91
Tabela 2	Dissertações sobre Educação Profissional no Brasil.	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução das matrículas nos cursos técnicos do estado entre 2008 e 2017.	92
Gráfico 2	Percentual de inserção de egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional no mercado de trabalho, nos anos de 2011 a 2015, no Ceará.	102
Gráfico 3	Número de egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional inseridos no mercado de trabalho, no Ceará, de 2011 a 2015.	103
Gráfico 4	Percentual de aprovação de alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional na universidade, nos anos de 2012 a 2016, no Ceará.	104
Gráfico 5	Comparação percentual entre a inserção de egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional no mercado de trabalho e aprovação na universidade, no Ceará, de 2011 a 2014.	105
Gráfico 6	Situação após 100 dias de egresso do Ensino Médio Profissionalizante do Curso Técnico em Enfermagem.	116
Gráfico 7	Situação após 160 dias de egresso do Ensino Médio Profissionalizante de outros Cursos Técnicos.	117
Gráfico 8	Indicadores de desemprego no Brasil por faixa etária	118
Gráfico 9	Participação dos egressos do Curso de Enfermagem (turmas 2018) no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.	119
Gráfico 10	Participação dos egressos de outros cursos (turmas 2018) no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.	120

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Localização das EEEPs na Região Metropolitana no Cariri – RMC	21
MAPA 2	Localização das EEEPs no Ceará	74
MAPA 3	Localização geográfica das escolas pesquisadas	95

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASME - SOCIEDADE AMERICANA DE ENGENHEIROS MECÂNICOS

BM - BANCO MUNDIAL

BNDES – BANCO MUNDIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CE – CEARÁ

CREDE – COORDENADORIA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

COEDP - COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

CENTEC - CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO

CLT - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

CODEA - COORDENADORIA DO DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA E DA APRENDIZAGEM

CEGAF – CÉLULA DE GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA

CECOM – CÉLULA DE COOPERAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

CNPq – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

EA – ESTADO DA ARTE

EQ – ESTADO DA QUESTÃO

EEEPs - ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

EPT - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA

ENEM - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

FHC – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IFCE - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ICE - INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO

IA - INSTITUTO ALIANÇA

LDBEN – LEIS E DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

MPEDU - MESTRADO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO

NTPPS - NÚCLEO DE TRABALHO, PESQUISAS E PRÁTICAS SOCIAIS

OMC - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

PRONATEC - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

PPDT - PROJETO PROFESSOR DIRETOR DE TURMA

PNE - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PPP – PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

PROCENTRO - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS CENTROS DE ENSINO EXPERIMENTAL

RMC - REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI

SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

SEDUC - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

SICE - SISTEMA INFORMATIZADO DE CAPTAÇÃO E ESTÁGIOS

SIGE - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ESCOLAR

SEFOR – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE FORTALEZA

SPAECE – SISTEMA PERMNETE DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

TGA - TEORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

TESE - TECNOLOGIA EMPRESARIAL SOCIOEDUCACIONAL

TEO - TECNOLOGIA EMPRESARIAL ODEBRECHT

TCE - TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

TRE - TERMO DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

URCA - UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I - A ESCOLA E A FORMAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO	24
1.1 A EMERGÊNCIA HISTÓRICA DA SEPARAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO	24
1.2 TRABALHO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA.	28
1.3 EDUCAÇÃO COMO REPRODUTORA DE CLASSES OU COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	32
1.4 REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO E DEMANDAS PARA A ESCOLA.....	36
1.5 ESCOLA A SERVIÇO DO MERCADO E A EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA	47
1.6 A REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	51
2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	54
2.1 PRIMEIRAS INICIATIVAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	54
2.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - DO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA ATÉ OS DIAS ATUAIS	62
2.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ENTRE AS REPRESENTAÇÕES TEÓRICAS E A PRÁTICA	66
2.4 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ E OS CAMINHOS QUE LEVAM O ALUNO A UMA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO	69
2.5 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS EEEPs NO CEARÁ.....	75
2.5.1 Análise da Tecnologia Empresarial Socioeducacional – TESE	76
2.5.2 A vivência da TESE na percepção docente	83
2.5.3 As EEEPs e o Plano Nacional de Educação – PNE	84
2.6 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ – DADOS PRELIMINARES.....	91
3 A REALIDADE, AS PERSPECTIVAS E AS POSSIBILIDADES PARA O JOVEM DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ	95
3.1 METODOLOGIA	97
3.2 DADOS E RESULTADOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ – LEVANTAMENTO DE DADOS NO <i>SITE</i> SEDUC – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	101
3.3 A PESQUISA NAS CREDE E NAS ESCOLAS	106
3.3.1 A coleta de dados nas escolas e os resultados preliminares	110
3.4 RESULTADOS FINAIS DA PESQUISA.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	133

ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	139
ANEXO B – OFÍCIO PARA A CREDE 19.....	140
ANEXO C – OFÍCIO PARA A CREDE 18.....	141
ANEXO D – CARTA DE RECOMENDAÇÃO.....	142
ANEXO E - PRODUTO (MODELO DE CAPA 1).....	143
ANEXO F – PRODUTO (MODELO DE CAPA 2).....	144
APÊNDICE A – QUADRO DE DISCIPLINAS COMPLEMENTARES/PARTE DIVERSIFICADA DO CURRÍCULO DAS EEEPS.....	145
APÊNDICE B - CONVITE DA DEFESA.....	146
APÊNDICE C – SLIDE DE APRESENTAÇÃO DA DEFESA.....	147

INTRODUÇÃO

A educação profissional há muito tempo é de interesse dos governos e da sociedade de um modo geral. Neste início de século esse campo da educação ganha uma importância ainda maior, diante do cenário de desemprego que se apresenta em diversos países. As mudanças nas estruturas e modelos produtivos dos últimos anos têm afetado, consideravelmente, o mercado de trabalho e assim passa-se a buscar um novo perfil de trabalhador. Conseqüentemente, altera-se também a educação para o mercado de trabalho e o perfil dos cursos e escolas voltados para a formação profissional.

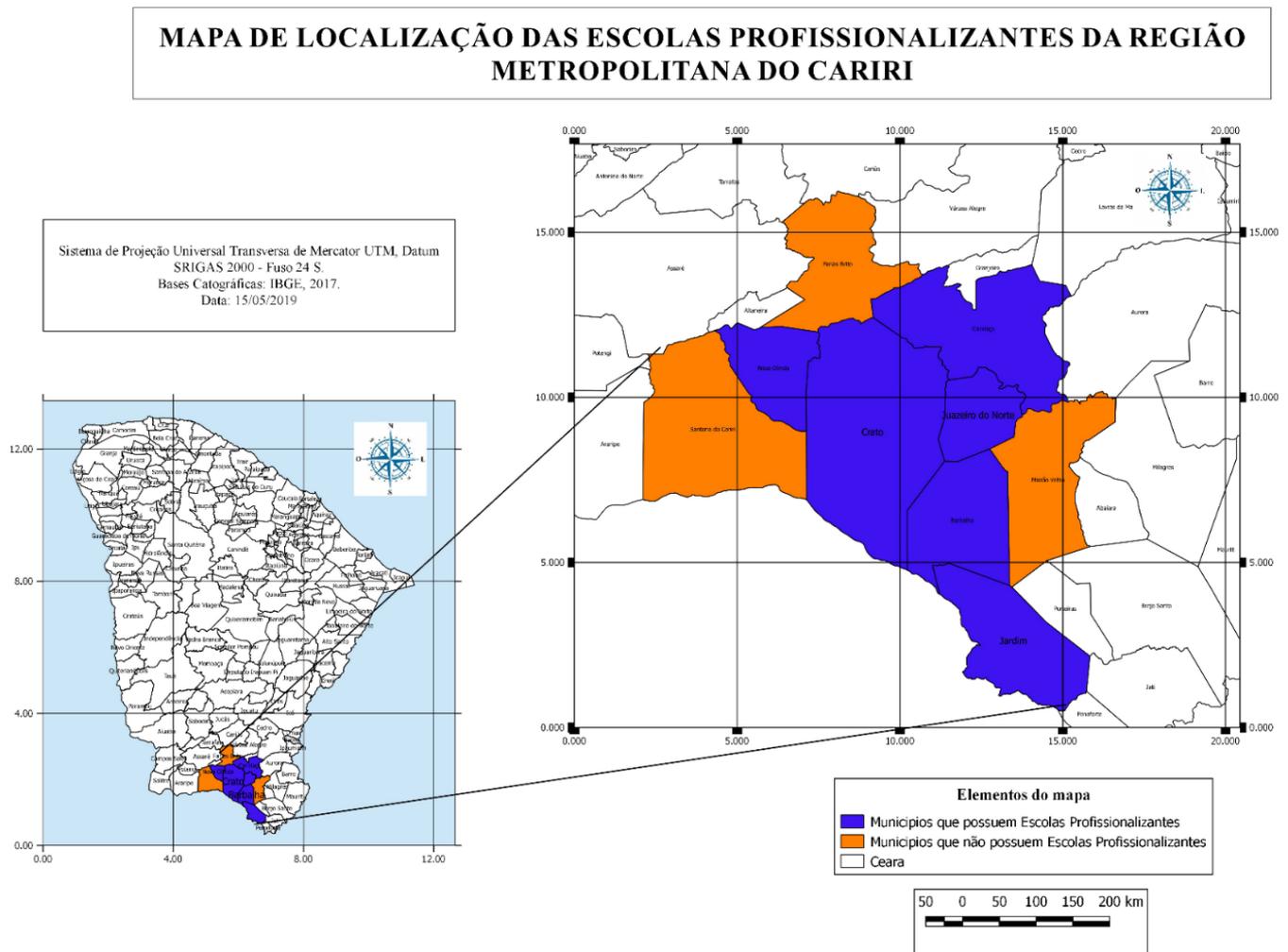
No Brasil, a educação profissional existe há mais de cem anos, considerando-se as primeiras iniciativas governamentais do início do século XX, e vem mudando constantemente, ora recebendo uma maior atenção por parte do poder público e assim ampliando-se, ora vivenciando períodos de estagnação e retrocesso, porém, sempre ficando atrás das inovações conquistadas pelos países centrais do sistema capitalista atual, seguindo os seus modelos e sujeita a influência do mercado.

O interesse pelo tema surgiu em decorrência da minha experiência docente mais recente na Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP Raimundo Saraiva Coelho (de 2013 aos dias atuais), localizada no município de Juazeiro do Norte-CE, pertencente à 19ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 19. Nessa instituição de ensino, venho lecionando diversas disciplinas o que tem contribuído para um interesse em conhecer cada vez mais a educação profissional como modalidade de ensino.

Nos últimos anos, os governos do estado do Ceará, seguindo uma tendência nacional, têm investido maciçamente na educação profissional do estado, criando diversas escolas profissionais de tempo integral e nível médio. Essas escolas surgem, em tempos de crise e desemprego crescente, como uma esperança de ingresso no mercado de trabalho para muitos jovens cearenses. Porém, é possível constatar que parte desses jovens não está conseguindo acesso ao primeiro emprego ou ao mercado de trabalho, como comprova os dados obtidos na pesquisa, muitos estão seguindo para a universidade, desviando-se assim, do destino que deveriam ter quando ingressaram na escola profissional.

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo compreender como está se dando a inserção de jovens no mercado de trabalho a partir das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) na Região Metropolitana do Cariri (RMC). Para atingir este objetivo optou-se por delimitar como campo de pesquisa três escolas da região, situadas respectivamente, nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. O mapa a seguir destaca os municípios da região que possuem escolas profissionais, dando uma ideia mais precisa da localização geográfica da pesquisa.

MAPA 1 – Localização das EEEP's na Região Metropolitana no Cariri - RMC



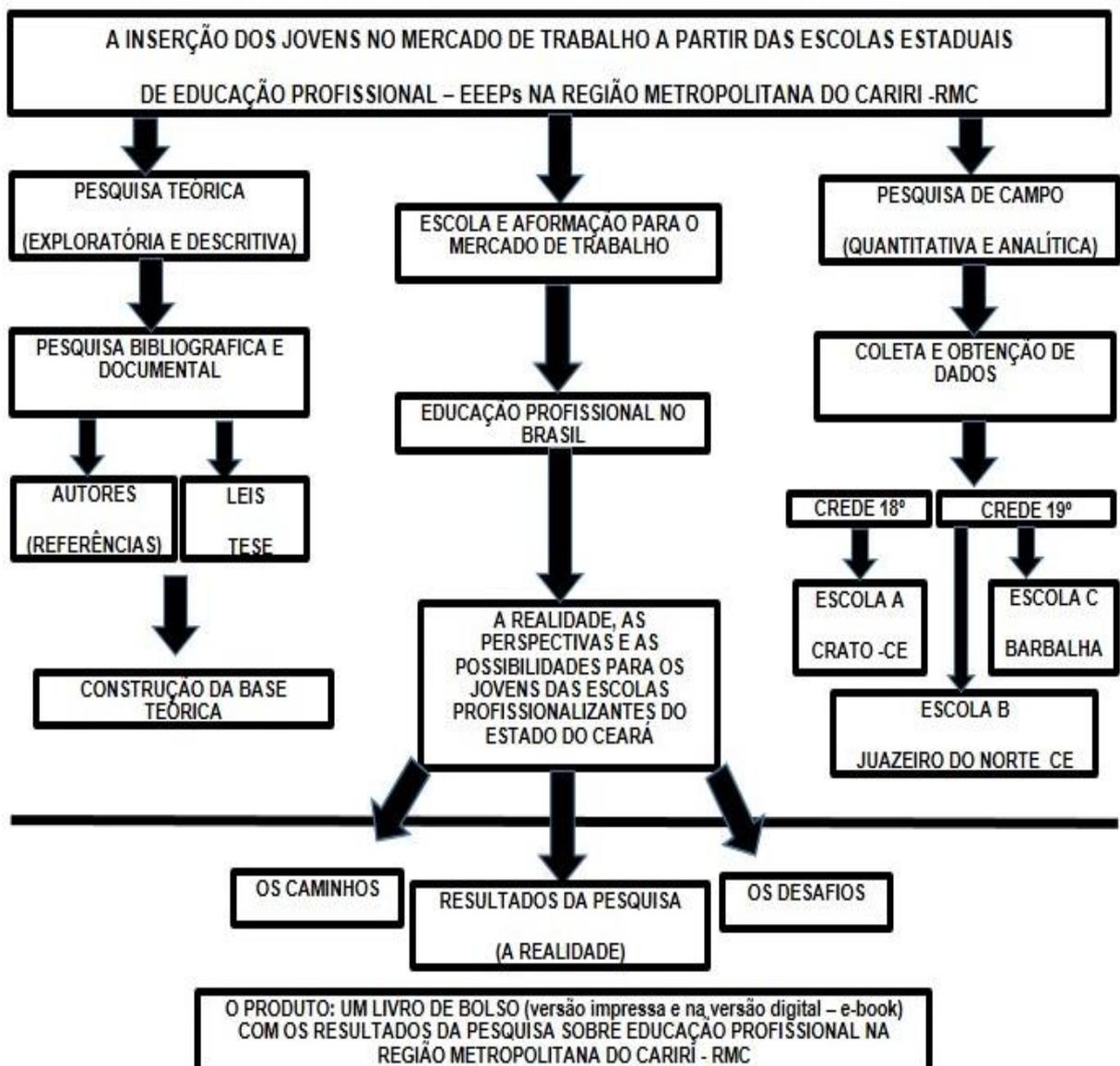
FONTE: Execução Técnica. **Elaboração:** O Autor, 2019.

O percurso metodológico utilizado consistiu de pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema em questão com o intuito de construir a sua base teórica.

Nessa etapa, buscou-se o aporte teórico de obras relacionadas ao tema, além de uma breve abordagem da legislação e do documento Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE). A pesquisa de campo consistiu de um levantamento de dados junto às Coordenarias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs 18 e 19) e às escolas selecionadas.

A seguir, temos o Mapa Conceitual da pesquisa (Figura 1), com o objetivo de demonstrar as suas principais etapas e a forma como se organizaram.

Figura 1 - Mapa Conceitual da pesquisa



Fonte: Elaboração do autor, (2019).

Sendo assim, o presente trabalho dissertativo está subdividido basicamente em três capítulos e parte final com os resultados da pesquisa, descrição do produto gerado e as considerações finais.

No primeiro capítulo, tratou-se de temas fundamentais como a relação trabalho e educação, evolução histórica dos processos produtivos e modelos de produção, reestruturação produtiva e influências sobre a educação, entre outros, constituindo-se assim, na base teórica da presente pesquisa.

O segundo capítulo, está voltado para a questão da educação profissional no Brasil e no estado do Ceará, apresentando-se inicialmente um breve histórico da educação profissional no Brasil, seus modelos e influências na educação, para posteriormente adentrar no tema mais específico da educação profissional no Ceará, destacando o ano de 2008, com a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), através da lei nº 14.273/08 e dados que demonstram o grande crescimento da educação profissional no estado nos últimos anos.

No terceiro, capítulo apresenta-se mais detalhadamente a metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa, dados e informações obtidas no *site* oficial da Secretaria da Educação do Estado (SEDUC) concernentes à educação profissional e a pesquisa campo, com dados obtidos através da coleta de informações nas CREDEs e nas escolas, além da análise dos referidos dados. Por fim, apresenta-se os resultados obtidos e o produto gerado desse estudo.

A execução dessa pesquisa justifica-se pelo fato de discorrer sobre um tema bastante atual, e muitas vezes controverso, que é a questão do ensino profissional. Um estudo que se volta para essa realidade tem condições contribuir significativamente para a sua compreensão e à melhoria do ensino profissional no estado do Ceará, pois os resultados obtidos podem servir para uma análise mais objetiva e real dos resultados alcançados pelas escolas profissionais do estado do Ceará.

E, somente é possível uma compreensão mais aprofundada das ações e intenções governamentais voltadas para a educação profissional no Brasil e no estado do Ceará quando se examina as suas raízes, através de pesquisas já realizadas e autores reconhecidos nesse campo de estudo. Assim, iniciamos esta análise no Capítulo a seguir.

CAPÍTULO I - A ESCOLA E A FORMAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO

1.1 A EMERGÊNCIA HISTÓRICA DA SEPARAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

A educação e o trabalho são atividades ligadas diretamente entre si. Desde que a humanidade aprendeu a utilizar a natureza a seu favor, transformando-a a partir do trabalho, pode-se afirmar que este foi, também, um processo de educação do ser humano. No início da formação das sociedades humanas, pouca ou nenhuma técnica era exigida, tanto como havia uma divisão simples e natural do trabalho.

Num passado bastante remoto o trabalho era uma forma de subsistência, produzia-se o necessário para manter a sobrevivência do grupo e os bens de produção (terra, ferramentas, etc.) eram coletivos. No período histórico em que predominou a atividade artesanal de produção, apesar das técnicas envolvidas no processo de transformação dos bens, o trabalhador (artesão) tinha o controle do processo produtivo, ditando o seu ritmo e dominando as técnicas necessárias a sua elaboração. O conhecimento e o domínio das técnicas artesanais eram repassados dentro do próprio grupo familiar, de tal forma que educação e trabalho faziam parte de um mesmo processo.

Assim, não há mais essência divorciada da existência; o homem se define essencialmente pela produção, e pelo trabalho; desde que começa a produzir defini-se como humano, distinto dos animais e, ao transformar a natureza e produzir-se a si mesmo, faz história, que é a da produção da vida material a partir da produção dos meios de existência. (KUENZER, 2002, p. 34)

Dessa maneira, ao buscar a sua sobrevivência, através da relação com a natureza e os meios nela disponíveis, o homem se humaniza, distinguindo-se dos demais animais através da atividade criadora (de ferramentas, objetos, moradias, etc.). Neste processo, o homem relaciona-se também entre si, pois não sobreviveu individualmente, mas coletivamente, construindo então, relações de trabalho entre si, e assim, fazendo história.

Com a evolução das técnicas de produção e do conhecimento sobre a natureza, surge o excedente de produção, que posteriormente é apropriado por alguns, fazendo surgir às desigualdades no interior do grupo. Portanto, o excedente

surge como elemento de técnicas rudimentares do modo de produção primitivo, ocasionando o surgimento das desigualdades no interior dos agrupamentos humanos. Com o passar do tempo, a divisão social do trabalho se intensifica diante da necessidade de especialização, surgindo assim, uma nova forma de produção, a manufatura.

Conforme Kuenzer (2002):

A manufatura tem duas origens: quando são reunidos na mesma oficina trabalhadores com funções diversas independentes, cada um contribuindo com uma parte específica para o produto final; os diferentes ofícios que eram independentes perdem sua independência e vão se tornando tão especializados que passam a constituir operações parciais do processo de produção de uma mesma mercadoria. Ou então, quando o capitalista reúne ao mesmo tempo na mesma oficina trabalhadores que fazem a mesma espécie de trabalho, produzindo com alguns auxiliares a mercadoria por inteiro. (KUENZER, 2002, p. 39)

Assim, a partir do desenvolvimento da produção manufatureira (século XV), estimulada por relações pré-capitalistas de produção, com o intuito de abastecer a atividade comercial em expansão, houve a fragmentação do processo produtivo, que passou a ser desenvolvido por etapas. Esta forma de produção diferencia-se substancialmente do artesanato, pois nela, o trabalhador não detém os meios de produção e trabalha sob o controle de um patrão (o capitalista burguês).

E, envolvido no processo o trabalhador vai aos poucos perdendo a noção do produto final do seu trabalho e a consciência do seu papel no processo produtivo. É nesse contexto, que se iniciam as relações capitalistas no processo produtivo. (SOUSA JÚNIOR, 2010)

A divisão do trabalho, ao determinar a hierarquização do trabalho coletivo, determina, também, relações específicas de trabalho que têm profundas implicações sobre a educação do trabalhador e que reproduzem as relações de poder do capital sobre o trabalho. Estas relações só podem ser compreendidas a partir da análise do modo de produção e das formas de organização do processo produtivo. (KUENZER, 2002, p. 13)

Nesse sentido, o trabalho é parte da prática cultural que acompanha as atividades humanas provocando transformações na sociedade. Em decorrência desse processo evolutivo surgem as classes sociais e a propriedade privada da terra. Como dito anteriormente, até determinado período histórico as atividades laborais eram simples e ensinadas dentro do próprio grupo familiar, a produção era

voltada, primordialmente, para a manutenção do grupo, num processo em que educação e trabalho aconteciam concomitantemente.

Com o avanço das técnicas de produção e a especialização, a divisão do trabalho vai tornando-se cada vez mais complexa, surge um excedente de produção que já não tem destinação interna, ou seja, para consumo do próprio grupo. O excedente de produção que antes surgia naturalmente e era comercializado, porém não era o objetivo principal da produção, passa a ser, com o advento do sistema capitalista de produção, o principal objetivo. Como afirma Mészáros (2000, 2002, 2003) *apud* Santos (2017, p. 16): “[...] em sua forma original, no pré-capitalismo, a produção ainda era orientada para o uso. O capitalismo passou, em sua evolução histórica, a tratar o trabalho vivo como mercadoria, desumanizando-o”.

Nesse sistema de produção, torna-se nítido a divisão social entre aqueles que detinham a posse dos bens (meios de produção) e aqueles que apenas possuíam a sua força de trabalho como meio de sobrevivência. Neste contexto histórico se dá o surgimento do sistema capitalista. Kasper (2016, p. 16) citando Fonseca (1961, p. 148), afirma que:

Havia-se, assim, operado uma verdadeira separação de classes. De um lado, uma minoria de homens altamente instruídos [...] e de outro, enorme massa de povo analfabeto, ou quase, arcando com as tarefas pesadas dos trabalhos humildes.

Esta divisão no interior do processo produtivo influenciou mudanças também na educação dos indivíduos, passando a haver interesses distintos no processo de educação dos mais jovens. O conhecimento elaborado ficava restrito aos filhos dos nobres e dos burgueses, enquanto a classe trabalhadora (escravos, artesãos e demais trabalhadores livres) ficava excluída do acesso à educação formal.

Sendo assim, com o advento do sistema capitalista de produção, da divisão do trabalho e das relações assalariadas, passam a ocorrer mudanças radicais na sociedade daquela época, a partir do século XV, e de forma mais intensa, a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial. Diversos teóricos, filósofos e outros estudiosos passaram a investigar esses fenômenos sociais, destacando-se dois posicionamentos antagônicos, que serão abordados, o posicionamento dos teóricos da economia política burguesa e as postulações de Karl Marx.

Uma das principais contribuições para a economia política burguesa foram as ideias de Adam Smith¹, em sua obra, Smith defende a divisão do trabalho como fator fundamental para o crescimento da economia e a riqueza das nações. Ele explica que a divisão do trabalho foi um fato necessário a qualificação do trabalho fabril e do trabalhador, que resultaria no aumento da produtividade, no barateamento da produção e conseqüentemente em maiores lucros para todos, patrões e empregados (trabalhadores). (KUENZER, 2002, p. 13)

Aos estudos de Smith, seguiram os de Jamis Mill (1826), “[...] estudos de tempo e movimento para aumentar a produção [...]”, os estudos de Ricardo, Malthus e Newman, “[...] com seus trabalhos sobre economia política; das organizações eclesiásticas e militares com seus modelos de estrutura hierárquica [...]”. (KUENZER, 2002, p. 28-29). Portanto, foram vários os estudiosos que “contribuíram” para aplicação dos conhecimentos científicos da época nos processos produtivos e de maneira especial na produção fabril ou industrial.

Para esses estudiosos a divisão do trabalho foi um acontecimento espontâneo e natural que necessariamente contribuiu para uma maior produtividade, argumentavam que o artesão seria um trabalhador inviável ao processo fabril de mercadorias, por exigir muito tempo para a sua aprendizagem, e este, quando no processo produtivo, gastaria tempo excessivo nas atividades de produção.

Sendo assim, através da divisão do trabalho, ou seja, cada trabalhador realizando apenas uma etapa do processo, tanto o tempo de produção seria menor, como o tempo de aprendizagem deste trabalhador seria muito menor, exigindo-lhe menos qualificação, e conseqüentemente menos custo para a sua qualificação, por este realizar apenas parte do produto final.

Além disso, argumentavam os economistas clássicos burgueses que o processo produtivo deveria ser planejado, controlado e disciplinado por uma gerência que determinaria todo o processo produtivo, propondo assim, a hierarquia no interior da fábrica, ou seja, aqueles que mandam (a gerência burocrática) e aqueles que obedecem (os trabalhadores), propondo assim um sistema orgânico e hierarquizado.

Segundo Kuenzer (2002):

¹ Smith publicou a obra *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, em 1776, obra de tamanha importância na época que originou uma nova ciência, a economia política. (KUENZER, 2002, p. 20)

Começa aí o planejamento das ações do trabalhador pelos especialistas, exigindo-se deles determinadas destrezas, fruto de um treinamento rigoroso, definido pelas necessidades do processo produtivo; o trabalhador começa a perder o controle do ritmo e tempo de execução do seu trabalho, sendo os seus movimentos determinados externamente a ele, o que exige índices cada vez menores de qualificação. Alia-se, desta forma, a fragmentação do trabalho à heterogestão, compreendidas ambas como processos de qualificação do trabalhador, que tem aumentada sua destreza, precisão e rapidez no desempenho da tarefa. E, evidentemente, sua capacidade de geração de trabalho excedente. (KUENZER, 2002, p. 28)

Portanto, por mais que os teóricos da economia clássica burguesa argumentassem que a divisão do trabalho, da forma como se deu (injustamente), foi necessária, que isso traria ganhos para todos, patrões e empregados, e conseqüentemente o aumento da riqueza das nações, por trás destes argumentos havia o interesse da burguesia industrial inglesa do século XVIII, na expansão dos seus lucros e negócios, na acumulação do capital.

Os argumentos dos economistas clássicos, na verdade, estavam a serviço da burguesia industrial nascente, buscavam resolver os problemas da baixa produtividade do trabalhador, aumentar o excedente de produção (mais valia) e os lucros, retirar do trabalhador a capacidade de impor o seu valor e exigir melhores condições de trabalho. Sendo assim, os economistas clássicos ocultavam a realidade, que mostrava que a cada dia, os burgueses (donos dos meios de produção) tornavam-se mais ricos e o trabalhador a cada dia mais pobre, criando os conflitos naturalmente existentes nas relações de trabalho capitalistas.

Sendo um dos mais importantes teóricos que se opôs as teorias dos economistas clássicos burgueses, Karl Marx², que teceu forte crítica ao capitalismo e aos seus mecanismos de exploração do trabalho humano, como será visto no próximo tópico.

1.2 TRABALHO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA.

Como vimos discutindo, trabalho e educação são dois processos interligados, que no decorrer de toda a história humana acompanharam o seu desenvolvimento. Porém, está relação não vem se dando apenas por consensos entre os sujeitos

² Karl Marx (1818–1883) foi um filósofo e revolucionário socialista alemão. Criou as bases da doutrina comunista, onde criticou o capitalismo. Sua filosofia exerceu influência em várias áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Política, Direito e Economia. Disponível em: https://www.ebiografia.com/karl_marx/. Acesso em: 28 mar. 2019.

envolvidos no processo produtivo, pois com o seu desenvolvimento surgiram conflitos e interesses divergentes, notadamente a partir do desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Analisar esta relação é uma forma de compreender o papel da educação e posteriormente da escola na sociedade.

No dizer de Saviani (1985, p. 9), “As relações entre educação e trabalho constituem, sem dúvida, problema fundamental a ser elucidado, se se quer chegar a uma compreensão correta do lugar e papel da Educação e da Escola na sociedade.”

Então, cabe a reflexão a respeito dessa relação levando em consideração que o trabalho tanto pode ser um processo de formação do sujeito, e assim, da sua emancipação humana, tanto como pode ser um processo alienador e de sujeição do indivíduo aos interesses de outros. A educação, por sua vez, pode também ser um processo de formação humana e conscientização voltada para a cidadania ou um processo que visa interesses alheios aos seus fins, como por exemplo, os interesses do capital.

Kuenzer (2002), traz uma reflexão sobre a educação do trabalhador a partir do pressuposto de que o homem se educa e se faz homem, na produção de suas condições de existência e nas relações sociais geradas por esta produção, através de um processo contraditório, no qual estão presentes momentos de educação e de deseducação, de qualificação e desqualificação e, portanto de humanização e desumanização.

Essa mesma autora aponta que a obra de Karl Marx (1818-1883) constituiu a base teórica e crítica à economia política burguesa e suas derivações, que apresentam o trabalho fragmentado e heterogêneo como responsável pela qualificação do trabalhador. Marx, em sua obra, faz uma análise profunda da relação trabalho e capital, demonstrando que os argumentos dos economistas burgueses eram análises superficiais que visavam ocultar as contradições do sistema capitalista.

Marx, ao contrário dos teóricos burgueses via na divisão do trabalho não um processo de qualificação do trabalhador, mas uma forma de alienação do trabalho, portanto, de desqualificação. Pois, segundo ele, o parcelamento da produção fazia com que o trabalhador (antes artesão, agora operário) perdesse a noção do produto do seu trabalho, passando a considerá-lo um meio de subsistência.

Além disso, ao ingressar numa relação capitalista de trabalho, o trabalhador passou a vender a sua força de trabalho, que tornou-se também mercadoria. O

trabalhador passou a ver o seu trabalho não mais como uma atividade criadora e uma forma de relacionar-se socialmente, mas como um meio de subsistência, e assim, ele foi perdendo a sua capacidade de organizar-se enquanto classe social no interior de um sistema político e econômico que apenas o considerava como mais um elemento da produção.

Dentro da tradição marxista, a perspectiva do conflito deriva não de uma escolha da vontade, mas da própria materialidade das relações sociais ordenadas por uma estrutura classista. Estas relações tipificam, para Marx, a pré-história da humanidade, cindem e esgarçam o ser humano, limitando o seu devenir. Nesta perspectiva há uma mediação de primeira ordem, constituída pelo pressuposto da centralidade do trabalho como criador da condição humana, que recebe, historicamente, mediações de segunda ordem, que transformam o trabalho criador em alienação, mercadoria e força de trabalho. (FRIGOTTO, 2013, p. 28)

Pois, tendo como base a perspectiva marxista, o sistema capitalista é contraditório, gerador de conflitos por estruturar-se como sistema produtivo de classes, sendo que uma delas (a burguesia capitalista) tira proveito da outra (classe trabalhadora). A classe trabalhadora, por necessidade de sobrevivência vende a sua força de trabalho, porém, produz além do valor correspondente ao seu trabalho, gerando assim um excedente (mais valia) a ser apropriado pelo capitalista.

Sendo assim, Marx aponta o trabalho como criador da condição humana, ou seja, uma atividade essencial a sua sobrevivência e criadora também da sua própria condição humana (mediação de primeira ordem), porém, com o sistema capitalista e a necessidade de vender a sua força de trabalho (mediações de segunda ordem), o trabalho passa a não mais ser atividade criadora, tornando-se alienação, ou seja, uma realidade distorcida.

De forma que esse debate, que gira em torno da centralidade do trabalho enquanto categoria social transformadora, ainda hoje vem sendo discutida, Ricardo Antunes, em sua obra *Adeus ao Trabalho, Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho (2007)*, ao referir-se as correntes teóricas que tentam descaracterizar o trabalho enquanto categoria social, e a pós-modernidade, assim afirma: “Coerente com a fragmentação ‘pós-moderna’, com o culto fetichizado do ideário dominante, estas formulações, em grande medida, recusavam-se a reconhecer o sentido ativo e transformador do trabalho e da classe trabalhadora.” (Antunes, 2007, p. 9)

De fato, a pós-modernidade tem sido acompanhada de “inovações” que na verdade são fetiches que visam desarticular a classe trabalhadora e desconsiderar o

trabalho enquanto categoria social fundamental, disseminando falsas ideias como o fim do trabalho (vivo) e a hegemonia da ciência e da tecnologia nos processos produtivos.

Como descreve detalhadamente Kuenzer (2002):

Esta alienação se dá em dois planos: o subjetivo e o objetivo. Considerada do ângulo subjetivo, a alienação significa o não reconhecimento de si nos seus produtos, na sua atividade e nos demais homens, que lhe surgem como seres estranhos e exteriores a si. Independentemente do que possa sentir o operário, a alienação tem um conteúdo objetivo, evidenciado pela sua pauperização material e espiritual em contraste com a riqueza que produz; o trabalho alienado, além de produzir mercadoria, produz a força de trabalho como mercadoria; o produto do trabalho se traduz em puro meio de subsistência e não em uma atividade vital; o operário é separado do seu produto e dos meios de produção, que são apropriados pelo capitalista. (KUENZER, 2002, p. 33)

E, esse é o problema central da análise de Marx, que via o homem concreto, ou seja, o trabalhador no seu contexto social, como indivíduo alienado, que contribui para o enriquecimento do patrão ou para a acumulação capitalista sem ter consciência deste fato. Sendo assim, é necessário que o trabalhador, para que supere a condição de alienado, tenha consciência do processo histórico que gerou estas contradições, sendo que nesse processo a educação tem papel fundamental.

E trazendo essa reflexão para a temática do presente trabalho de pesquisa, é necessário que a educação, seja ela regular ou profissionalizante, e principalmente a educação profissional - que se propõe a formar jovens para o mercado de trabalho - tenha no seu currículo disciplinas que abordem esses processos históricos de construção da realidade, onde o aluno, futuro trabalhador, tenha consciência do seu papel social, e não torne-se um trabalhador alienado, sujeito a qualquer tipo de exploração.

A educação não deve ter por finalidade apenas a produção de mão de obra humana para o mercado, pois uma educação que adote esta finalidade como primordial é uma educação voltada para o capital especulativo, que explora a força de trabalho humana com o objetivo de acumulação de capitais. Num processo que intensifica as desigualdades sociais e a exploração do homem pelo próprio homem.

Educação voltada para o mercado é educação alienadora que retira do homem a capacidade de refletir sobre a sua própria existência, compreender-se como sujeito da sua própria história e capaz de mudá-la. (SAVIANI, 2013)

A educação deve ser independente do mercado e visar à formação integral do homem, pois os propósitos do mercado são primordialmente o lucro e a acumulação de capitais, portanto, são objetivos distintos, que devem estar claros se a proposta é de uma educação libertadora.

1.3 EDUCAÇÃO COMO REPRODUTORA DE CLASSES OU COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A educação não deve “formar” sujeitos passivos e conformados diante de uma realidade que o oprime. O homem educado, que passou por um processo de escolarização verdadeiramente crítico e reflexivo, tem consciência do seu papel na sociedade e sabe o valor do seu trabalho. (FRIGOTTO, 2010)

Porém, todos nós, ao vivermos em sociedade, estamos sujeitos à influência das ideologias existentes no seu meio. Cabe à educação escolar ensinar ao aluno a ter uma postura crítica e reflexiva diante da realidade, para que possa reagir criticamente diante das ideologias que tentam o oprimir.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. (MARX; ENGELS, 2007, p. 72, grifo do autor)

Sendo assim, a burguesia enquanto classe social detentora dos meios de produção, tornou-se detentora também, das ideias dominantes na sociedade (ideologia dominante), de tal forma que essas ideias passaram a ser aceitas como as ideias de todas as classes. O trabalhador sem condições materiais e ideológicas de combater as ideias dominantes, passa a aceitá-las como ideias comuns, submetendo-se a um processo de alienação da sua condição humana de trabalhador.

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007, p. 72).

Nesse contexto, dominado pela ideologia burguesa surgem ideias como a de aptidão natural para determinadas atividades, ou seja, alguns já nascem com aptidão para liderar e administrar, enquanto outros apenas demonstram capacidade para executar, a burguesia é abastada porque tem inteligência mais avançada para pensar e empreender, e ainda, o trabalho dignifica o homem.

Estas proposições aparentemente ingênuas escondem os reais interesses de dominação de classe: justificar as desigualdades, apresentá-las como naturais, passar a ideia de que ao trabalhador apenas resta vender a sua força de trabalho àqueles que sabem como organizar e explorar o trabalho coletivo.

Sendo assim, a ideologia³ dominante é aceita como a ideologia de todos, ela passa a dominar o pensamento de todos, de todas as classes sociais. E assim, passa a ser difundida em diversos espaços sociais e ainda de forma intensa na escola.

Para Frigotto (2013), a escola tem sido uma instituição que veicula a ideologia dominante, que ensina os valores da classe dominante como sendo os valores de todas as classes, quando orienta os objetivos da escola para os interesses do mercado (preparação de mão de obra para o mercado de trabalho), apresenta o trabalho humano como mercadoria, submetido às relações de servidão e mais recentemente o trabalho assalariado como única forma de sobrevivência do trabalhador.

A função da escola deve ser debatida amplamente, pois a escola constitui-se como espaço privilegiado da produção cultural humana. Reduzir o homem à mão de obra para o mercado e necessariamente consumidor dos seus produtos é reduzir o papel da educação na sociedade, é colocar a escola e a educação a serviço do capital. Sendo justamente este o interesse das ideias dominantes.

[...] é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX, 2017, p. 72).

³ O termo ideologia é aqui empregado para referir-se ao conjunto de ideias e valores disseminados em uma sociedade com o intuito de serem aceitas como “verdade”, como ideias e valores de toda a sociedade. Porém, essas ideias e valores não originam-se das necessidades e concepções de todas as classes, mas sim, da classe social hegemônica, que no âmbito do sistema capitalista, é representada pela burguesia capitalista. Neste contexto social, a ideologia tem a função de produzir uma visão distorcida da realidade, alienar e oprimir. Visa justificar as desigualdades, manter a classe social hegemônica no poder. (KUENZER, 2002; FRIGOTTO, 2010)

Então, a escola segue até os dias atuais uma tendência de veicular a ideologia dominante, qual seja, a ideologia burguesa, reproduzindo as exigências da sociedade capitalista. Nesse sentido, a visão de Althusser a respeito do pensamento de Marx, defende e acredita que a educação pode ser vista como reprodutora da estrutura de classe. Contrariando essa ideologia, Antônio Gramsci defende que a escola pode ser um instrumento de oposição e resistência contra a hegemonia cultural, e para que isso aconteça basta que haja uma revolução contra as ideias dominantes, que na verdade pertencem a classe burguesa e que é repassada à população como sendo cultura. (FRIGOTTO, 2013)

Marx (2017) acreditava que o estado capitalista enquanto conjunto de órgãos ou instituições vem assegurando a conservação da dominação e exploração sobre a classe operária. A burguesia foi a classe social que mais se beneficiou e continua a se beneficiar com a exploração capitalista, pois através da exploração da força de trabalho do trabalhador, a mais valia, pode acumular capitais e torna-se a classe social hegemônica, detentora dos meios de produção e da ideologia dominante.

Como reforça Antunes (2007, p. 10),

[...] procuram invalidar a centralidade do trabalho, quer pela afirmação da perda de sentido da teoria do valor, quer pela tese que propugna a substituição do valor-trabalho pela ciência, ou ainda pela vigência de uma lógica [...] que se colocaria em posição analítica de superioridade diante da formulação marxiana da centralidade do trabalho e da teoria do valor.

Assim, é através do trabalho do homem, agindo sobre objetos da natureza, com o intuito de transformá-los em bens úteis, e portanto, com valor de troca que se construiu a ideia de valor. De forma que, mesmo diante do avanço dos processos tecnológicos, o trabalho humano continuará tendo sua importância, mesmo que sofra transformações, continuará sendo categoria social fundamental.

Como expõe Antunes (2007, p. 12), “[...] a ciência não pode se converter na principal força produtiva autônoma e independente. [...] As máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores.” O capital depende da ciência para introduzir novas técnicas e aumentar a produtividade (lucratividade), de forma que o conhecimento científico vem sendo “manipulado” pelo capital, e em meio a tudo isto, está o homem (trabalhador) que continua sendo o elemento fundamental do processo produtivo, quer queiram ou não os capitalistas.

Nesse contexto, Santos (2017, p. 19):

Com as devidas ressalvas sobre as diferenças existentes entre os modos de produção [...], salientamos ainda com Rio (2013) que o capitalismo se constituiu como variante histórica melhor acabada do capital. Em outras palavras, esse modo produtivo foi o que melhor elaborou, em última instância, a ganância, por excelência, dos lucros do capital.

Ao trabalhador, restou vender a sua força de trabalho, muitas vezes em troca de um salário que lhe garante apenas a sobrevivência e a de sua família, sendo que muitas vezes esta situação torna-se inevitável pelo fato do desemprego crescente. Cabe ainda destacar que o grande número de pessoas desempregadas nas sociedades capitalistas tornou-se uma forma de manter os baixos salários e um grande número de pessoas a disposição da produção, formando um exército de desempregados, um exército de reserva. (FRIGOTTO, 2013)

Essa situação deixa o trabalhador a mercê da própria sorte, não lhe sendo assegurada uma vaga no competitivo mercado de trabalho. E, quando inserido no mercado, fica praticamente sem condições de lutar e reivindicar os seus direitos, ou por não ter consciência dos mesmos ou por medo de perder o seu “meio de vida”. O resultado dessa situação é uma espécie de escravidão moderna, em que o trabalhador torna-se, literalmente, preso ao trabalho como mão de obra barata.

Diante desse quadro e considerando-se ainda as mudanças advindas com a reestruturação econômica deste século, se fazem oportunos os questionamentos de Antunes (2007, p. 18):

[...] a classe-que-vive-do-trabalho estaria desaparecendo? A retração do operariado tradicional, fabril, da era do fordismo, acarreta inevitavelmente a perda de referência do ser social que trabalha? Que repercussões estas metamorfoses tiveram (e têm) junto aos organismos de representação dos trabalhadores?

Na contemporaneidade, assistimos a grandes transformações no mundo do trabalho, que necessariamente afeta a classe trabalhadora. A força do capital especulativo se expande rapidamente no espaço e no tempo, as novas formas de trabalho precarizado também se expandem, como, por exemplo, as contratações temporárias, terceirizadas, de tempo parcial, etc. Assiste-se ainda ao enfraquecimento dos sindicatos e das organizações de trabalhadores, a subida ao poder de governos de extrema direita e ao fortalecimento do neoliberalismo.

Nesse cenário de exploração e exclusão cabe a seguinte indagação: por que o trabalhador não se rebela? Por que o trabalhador, que existe em número muito maior que os burgueses, não fazem a revolução? Para isso, como já exposto, os

capitalistas contam com os meios de difusão da ideologia dominante, que vão desde a própria família, passando pela escola e o estado. Nestes espaços sociais veicula-se a ideologia capitalista, que visa justificar as desigualdades sociais, além das estratégias de exploração capitalista através das novas formas de produção e trabalho.

Antunes (2007, p. 167) alerta que: “[...] é imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como, quais são seus principais significados e suas mais importantes consequências”.

É necessário compreender que a escola tornou-se uma das instituições responsáveis pela veiculação da ideologia dominante. Através dela a classe dominante, representado pelo governo (cúpula do Estado), impõe a sua ideologia e controla a sociedade.

Nesse contexto, uma educação escolar que não leva os seus alunos a refletirem ou a questionarem a realidade, que não lhes ensina o processo histórico de construção das desigualdades sociais é sem dúvida uma educação alienadora, que “formará” sujeitos passivos, trabalhadores sem consciência dos seus direitos e conformados com as desigualdades.

1.4 REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO E DEMANDAS PARA A ESCOLA

O sistema capitalista de produção, como qualquer outro está sujeito a crises, de tal forma que teóricos como Karl Marx defendia que o capitalismo um dia chegaria ao fim, através da tomada do poder pelo proletariado, da superação da economia de mercado e o advento do comunismo.

De tal forma que o sistema capitalista desde a sua ascensão em meados do século XV vem passando por crises e se reestruturando como forma de se manter como sistema hegemônico. Essas transformações ou reestruturações do sistema capitalista quase sempre envolvem a educação e o trabalho, por provocar grandes mudanças no mercado de trabalho, nas relações de trabalho e nos sistemas produtivos. Como afirma Antunes (2007, p. 167):

No que diz respeito ao mundo do trabalho, pode-se presenciar um conjunto de tendências que, em seus traços básicos, configuram um quadro crítico e que têm direções assemelhadas em diversas partes do mundo onde vigora a lógica do capital.

Desse modo, a educação profissional é um campo bastante influenciado por estas mudanças, como afirma Fonseca (2017, p. 15):

Durante todo o século XX e início do século XXI, observaram-se transformações no mercado de trabalho e como consequência, transformações também na educação profissional. Tais mudanças derivaram da forma como o Estado interveio no mercado e dos tipos de sistemas de produção⁴ que foram surgindo nos últimos cem anos, descritos entre os séculos XX e XXI.

Sendo, a educação profissional é um campo da educação extremamente influenciado pelas mudanças nos sistemas produtivos e no mercado de trabalho. Como veremos, sempre que altera-se a estrutura produtiva, altera-se também a educação profissional, por exigir um novo perfil de trabalhador e novas relações de trabalho.

Com relação aos sistemas de gerência da produção, destacam-se o Taylorismo, o Fordismo e o Toyotismo. Cada um dos quais com características próprias e um período histórico de predominância. Conforme afirma Fonseca (1986, p. 28):

Não se pode falar de fordismo sem falar do seu precedente, o taylorismo⁵, o qual possui uma relação peculiar e complementar com o mesmo. Em meio à expansão da revolução industrial na América, criou-se uma nova realidade no que tange à relação entre a força de trabalho e o capital, principalmente a partir do que veio a se denominar de taylorismo.

Taylor⁶ baseou-se no conceito de eficiência para embasar sua tese da produtividade, segundo ele “A produtividade resulta da eficiência do trabalho e não da maximização do esforço. A questão não é trabalhar duro, ou depressa, nem bastante, mas trabalhar de forma inteligente.” (MAXIMIANO, 2006, 58 *apud* FONSECA, 1986, p. 28-29) Sendo assim, pela primeira vez na história, princípios científicos e a racionalidade seriam aplicados no processo produtivo em busca de

⁴ “[...] sistemas de produção, como o conjunto de subsistemas interdependentes entre si, que formam o todo, ou seja, o conjunto de características intrínsecas a forma como se gerencia uma produção, ao uso da mão de obra e ao tipo de educação profissional exigida”. (FONSECA, 2017, p. 15)

⁵ O taylorismo foi proposto por Frederick Winslow Taylor, que criou um movimento chamado administração científica, o qual teve origem na Sociedade Americana de Engenheiros Mecânicos (ASME), fundada em 1880. Taylor propunha aplicar técnicas científicas no processo de produção industrial. (FONSECA, 2017, p. 28)

⁶ Frederick Winslow Taylor mais conhecido como Taylor, foi formado em técnico em mecânica e operário, [...]. Ele é conhecido como “o pai da administração”, pois ele propôs métodos científicos cartesianos para administração de empresas [...].

Fonte: www.ebah.com.br/content/ABAAABfWwAF/teoria-taylor. Acesso em: 18 de mar. 2018.

maior produtividade. Taylor propunha a divisão do trabalho como uma forma de racionalizar gastos, aumentar a produtividade e a eficiência do trabalho.

Esses princípios têm sua origem na Teoria Geral de Administração (TGA), sistematizada por Frederick Taylor, que apregoa a racionalização do processo produtivo, por meio da fragmentação do trabalho – separação entre os que planejam e controlam e os que executam. (MIRA; ROMANOWSKI, 2009, p. 10209)

Também desenvolveu estudos sobre como aumentar a produtividade do trabalhador, e foi um ferrenho defensor da divisão do trabalho, tanto no parcelamento das atividades no interior da fábrica, cada operário desenvolvendo uma etapa da produção, sob o controle de “fiscais” da produção, como uma clara divisão entre a gerência e os trabalhadores. O resultado da aplicação dos princípios tayloristas na produção foi o aumento da produtividade do trabalhador e consequentemente dos lucros da produção.

Porém, o principal beneficiado com o aumento dos lucros na produção foi o capitalista, pois o excedente do trabalho não era repassado, em forma de aumento salarial ao trabalhador, que se mantinha com salário praticamente fixo e necessário apenas a sua sobrevivência. Taylor também argumentava que não havia necessidade de repassar ao trabalhador esse lucro excedente da produção, pois segundo ele, esse excedente era resultado da aplicação das novas técnicas de produção oriundas da divisão do trabalho e não de um maior esforço do trabalhador.

Com isto, Taylor demonstrou claramente qual o seu posicionamento, ou seja, um idealizador de soluções para o aumento da produção, da acumulação de capital, porém, mantendo-se a exploração da mão de obra trabalhadora. (KUENZER, 2002)

A separação entre concepção e execução é perfeitamente consequente ao considerar-se o desenvolvimento do capitalismo industrial, que substitui o trabalho individual pelo trabalho coletivo. Se o trabalho continua a ser orientado pela concepção do trabalhador, é impossível impor-lhe a eficiência metodológica ou o ritmo necessário à reprodução ampliada do capital. (KUENZER, 2002, p. 30)

Sendo assim, não cabia mais ao trabalhador planejar, pensar o seu trabalho, mas apenas executar, e sendo apenas um executor ele perdeu a noção da essência do seu trabalho, num processo chamado por Marx de alienação. Nesta forma de produção, Taylor encontrou o ambiente propício para aplicar a sua teoria da administração, tornando o trabalhador apenas mais uma engrenagem do sistema.

A heterogestão define o conceito de controle do taylorismo, que assume uma conotação inteiramente nova: a necessidade absoluta da gerência impor ao trabalhador a maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado. (KUENZER, 2002, p. 30)

O conceito de heterogestão define muito bem o método de Taylor, ou seja, é o contrário de autogestão, que seria uma situação em que o indivíduo se auto governa, na heterogestão o sujeito perde a sua autonomia é “guiado” por “outro” externo a si. O filme *Tempos modernos*, de *Charlin Chaplin*, é um clássico do cinema que representa muito bem o período histórico do início da industrialização inglesa, período em busca-se aplicar a racionalização sobre os processos produtivos, com base em princípios como controle, disciplina e fragmentação do processo produtivo.

O filme é uma crítica ao modelo clássico de industrialização, em que o homem torna-se apenas mais uma engrenagem do sistema, perde a noção do produto do seu trabalho, apenas lhe restando vender a sua força de trabalho. Ainda, retrata a vida “dura”, sofrida e pobre do trabalhador inglês do período inicial da industrialização.

Diante disso, não duraria muito para que o Taylorismo sofresse críticas e provocasse grande insatisfação nos trabalhadores, que através do movimento operário, das greves e outras formas de organização, foram aos poucos conquistando alguns direitos e o Taylorismo foi dando espaço à um novo modelo de produção. Porém, cabe ressaltar que devido ao Taylorismo ter se adequado muito bem aos interesses dos capitalistas burgueses, ele se expandiu por diversos países, e até hoje, serve de modelo tradicional de produção industrial.

Sucedendo-se ao modelo taylorista de produção, surgiu, nos Estados Unidos, o fordismo⁷, que conforme Fonseca (2017, p. 26-27) não foi apenas um sistema de produção, mas também em um regime de acumulação de capital. Pois o fordismo, diferentemente do taylorismo, foi um modelo de produção e acumulação de capital apoiado pelo Estado, que desta vez passa a intervir de forma mais direta na economia e na produção, sendo assim, quando nos referimos ao fordismo não estamos se referindo apenas a um modelo de produção (forma de gestão da produção e da força de trabalho), mas a um regime de acumulação.

⁷ Fordismo, termo criado por Henry Ford, em 1914, refere-se aos sistemas de produção em massa (linha de produção) e gestão idealizados em 1913 pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), autor do livro "Minha filosofia e indústria", fundador da Ford Motor Company, em Highland Park, Detroit. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fordismo>. Acesso em: 12 mar. 2019.

Dessa forma, o fordismo enquanto regime de acumulação de capital está representado, segundo Fonseca (2017, p. 28) como:

[...] Estado social-democrático (o Estado do Bem-Estar Social), onde o Estado efetiva políticas educacionais de promoção da educação profissional submetida à lógica do capital com vistas a alcançar o pleno emprego, da força de trabalho e dos meios de produção.

Portanto, esta é uma diferença a ser considerada, o fato do Estado fazer parte do projeto de reestruturação da produção industrial, inclusive apoiando através da oferta de educação profissional.

Como acrescenta Santos (2017), o capital necessita do apoio do Estado, para manter o controle social, os níveis de produção e de lucratividade. “Em uma expressão, o apoio estatal é imprescindível para manter o sistema capitalista em pé.” (SANTOS, 2017, p. 17).

Outro ponto fundamental destacado pelo autor e que tem relação direta com o tema desta pesquisa, é o fato da educação profissional estar submetida à lógica do capital e do mercado, aspecto este mantido até hoje.

Porém, há ainda outro ponto bastante peculiar do sistema fordista que é a questão do pleno emprego, ou seja, neste modelo produtivo e de acumulação do capital havia uma maior preocupação do Estado com a geração de empregos, buscava-se qualificar para inserir no mercado de trabalho, e diante do crescimento econômico e industrial ofertar vagas para “todos”. Sendo assim, no período em predominou o Estado de Bem-Estar⁸ social havia uma preocupação por parte do Estado em garantir direitos aos cidadãos.

Torres (1995, p. 113) destaca que o modelo de estado de Bem-estar social contribuiu consideravelmente para a expansão da educação pública, além da garantia de outros direitos sociais em diversos países, pois nesta acepção de estado, os gastos com a educação pública são vistos como investimentos necessários. Desta forma, no período em que predominou o estado de Bem-estar social houve uma grande ampliação do número de matrículas, programas e outras ações voltadas para a educação pública.

⁸ O estado de bem-estar social representa um pacto social entre o trabalho e o capital, que remonta às organizações institucionais do capitalismo do início do século na Europa, especialmente nas origens da social-democracia europeia [...]. Constitui uma formação de governo na qual os cidadãos podem aspirar a níveis mínimos de bem-estar social, incluindo educação, saúde, seguridade social, salário e moradia, como um direito de cidadão [...]. (TORRES, 1995, p. 112)

Voltando a discussão a respeito do modelo fordista de produção, Fonseca (2017) destaca que durante este período houve pequena redução da carga horária do trabalhador e aumento salarial, porém, estes fatores não alteraram a dura rotina de trabalho e as condições gerais em que estavam submetidos os trabalhadores.

A elevação dos salários introduzida por Ford foi planejada, tendo como objetivo, não promover uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores ou simplesmente o recompensarem pelo dispêndio de energia provocado pelas suas forças de trabalho, mas: para a pacificação dos conflitos operários provenientes da implantação da linha de montagem tendo por base a redução das operações produtivas ao aspecto físico “maquinal”. (GRAMSCI, 2010, p. 17 *apud* FONSECA, 2017, p. 39-40)

Dessa forma, o fordismo não foi um sistema de produção que trouxe grandes benefícios ao trabalhador, pois o mesmo tinha na sua essência diversos aspectos que muito se assemelhava ao taylorismo. Como afirma ainda Fonseca (2017, p. 35):

O taylorismo e o fordismo foram sistemas de produção que se desenvolveram ao longo da história, tendo o fordismo sido criado como uma tentativa de se inovar o taylorismo, buscando vencer os seus pontos fracos que faziam os trabalhadores insatisfeitos, provocando uma crise entre a relação capital e força de trabalho [...].

Sendo assim o fordismo manteve a lógica da divisão do trabalho através da linha de produção, estrutura empresarial hierarquizada e produção em massa. Foi um sistema de produção que expandiu-se consideravelmente entre diversos países e que ideologicamente “prometia” resolver os problemas do subdesenvolvimento, como afirma Frigotto (2013, p. 37):

O modo de regulação fordista, que transcende o âmbito econômico e se constitui numa matriz cultural, centra-se nas ideias de produção em massa, consumo de massa, busca o pleno emprego e diminuição das desigualdades. Estas ideias firmam-se no pressuposto da possibilidade de generalização da industrialização e na ideia de desenvolvimento harmônico, progressivo e ilimitado.

Isso, associando-se o forte crescimento econômico dos Estados Unidos no século XX ao modelo fordista, este passa a ser seguido por diversos outros países como o modelo ideal de desenvolvimento, que iria resolver todos os problemas sociais e econômicos, inclusive dos países mais pobres.

Pois, difundiu-se a teoria do capital humano, que em linhas gerais pregava a ideia de que o desenvolvimento dos países estava relacionado ao máximo aproveitamento da sua força de trabalho, e que se esta fosse preparada e qualificada para produzir o país poderia dar um grande salto econômico e social.

A teoria do capital humano foi proposta por Theodoro Schultz, entre 1962 e 1973, que: “elaborou o conceito de capital humano, vinculando-o a uma função agregada macroeconômica, para explicar as diferenças de desenvolvimento econômico-social entre as nações e as diferenças e desigualdades entre grupos sociais ou entre os indivíduos.” (FRIGOTTO, 2013, p. 36)

Porém, as postulações da teoria do capital humano não se concretizaram, tanto como o modelo fordista de produção não pode ser adotado por todos os países, principalmente aqueles mais pobres, que não desenvolveram seu parque industrial.

De tal forma, que o final do século XX e início deste século tem sido marcado por fortes crises econômicas e sociais, como o desemprego em massa e o aumento da pobreza, demonstrando mais uma vez que o sistema capitalista não beneficiou a todos, mas apenas a uma parcela da população mundial.

Nesse contexto, com a crise do Estado de Bem-Estar social⁹, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, emerge o processo de globalização da economia e o neoliberalismo¹⁰, acirrando a concorrência entre os países, alterando os modelos produtivos até então em vigor e exigindo mais qualificação profissional e qualidade dos produtos.

Ainda no século XX, a partir de fins dos anos 70 observa-se a nível mundial uma reestruturação produtiva, em que há o abandono do sistema de produção fordista em consequência da crise do Estado de Bem-Estar Social, haja vista, que tal sistema não atendia mais as necessidades de um mundo, que nesse contexto, buscava a globalização através da internacionalização dos capitais. (FONSECA, 2017, p. 17)

Pois o sistema fordista necessitava ser reestruturado ou ceder lugar a novo modelo, como assim exigia o atual estágio do capitalismo mundial, que requer um sistema econômico livre da intervenção do Estado, e este, por sua vez, vêm perdendo as condições de dar garantias de emprego e renda aos seus cidadãos. Diante disso, a globalização tem aspectos positivos e negativos, pois é um processo

⁹ O Estado de Bem-Estar Social foi um modelo político e econômico implantado após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), que tinha por base uma forte participação do estado na economia, visando assegurar direitos sociais. Neste período, predominou o modelo Fordista de produção industrial. (FONSECA, 2017)

¹⁰ Neoliberalismo como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. De acordo com esta doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Fonte: <https://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm> Acesso em: 18 março. 2018.

que vem beneficiando principalmente os países ricos, de economia mais competitiva e estrutura industrial mais avançada, porém, mesmo nestes países o desemprego também tem crescido nos últimos anos.

Com relação aos países pobres e em desenvolvimento a abertura econômica coloca estes países em desvantagem em relação aos países desenvolvidos e suas empresas de alta tecnologia.

Porém, cabe aqui destacar algumas mudanças advindas com a reestruturação econômica, que visa uma interferência cada vez menor do estado na economia, como a retirada de direitos trabalhistas através da flexibilização das leis, entre outras mudanças que visam ampliar os lucros das empresas e reativar a economia de mercado. Cabe ainda destacar o emprego de alta tecnologia no processo produtivo, situação que faz aumentar o desemprego pelo o uso cada vez maior da mecanização na produção.

Essa mais recente reestruturação econômica tem trazido diversos desafios e dificuldades para a economia dos países pobres e em desenvolvimento, por motivos diversos como: sua tecnologia e nível das empresas não se equiparam ao nível tecnológico das empresas dos países desenvolvidos, havendo assim uma concorrência desleal no mercado neoliberal; sua classe trabalhadora não possui nível avançado de formação e qualificação, encontrando-se ainda nos níveis do modelo taylorista e fordista, além disso, os trabalhadores de países como o Brasil nem sequer conquistaram a plenitude dos seus direitos, e agora assistem a um período de supressão do pouco que foi conquistado. (KUENZER, 2002)

Para Antunes (2007, p. 49-50),

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Como argumentado anteriormente, o sistema capitalista baseado na lógica do lucro e da produtividade, que põe o ser humano em segundo plano, e visa privilegiar ou beneficiar pequena parcela da população humana, é originalmente contraditório.

Tenta se manter em ascensão às custas da exploração da mão de obra humana, inventando e reinventando modelos que beneficiam poucos e prejudicam a maioria.

O desemprego estrutural é consequência dessa lógica capitalista destrutiva e excludente, prova de que neste sistema econômico não há lugar para todos. De forma que, o trabalho estável está se tornando escasso em todo o mundo, sendo substituído por formas precárias de emprego e obtenção de renda. Acertadamente, Antunes (2007) destaca as características marcantes da classe trabalhadora atual, que tornou-se mais heterogênia, fragmentada e complexa.

Para Torres (1995, p. 115):

As premissas da reestruturação econômica predominantes no capitalismo avançado ou as premissas do ajuste estrutural são altamente compatíveis com os modelos neoliberais. Estas implicam redução do gasto público; redução dos programas que são considerados gasto público e não investimento (inclusive gastos com educação pública e saúde pública); venda das empresas estatais, parastatais ou de participação estatal; e mecanismos de desregulamentação para evitar o intervencionismo estatal no mundo dos negócios.

A consequência desse processo é perversa, porém, pode passar despercebida através da máscara da alienação, deixando milhares de seres humanos relegados a exclusão de uma vida digna e sem chances de transformação.

Como aponta Kuenzer (2002, p. 8):

[...] aprofunda-se o descompasso entre os avanços do capital na manutenção de sua hegemonia, e a capacidade dos trabalhadores de se articularem na constituição de seu próprio projeto.

É contra essas atrocidades que a educação deve ter o seu papel e função, seja ela formal ou informal, nos diversos espaços de socialização humana como nos sindicatos, associações, igrejas ou na escola, deve formar indivíduos conscientes do processo histórico que construiu o presente e capazes de se opor as forças avassaladoras do mercado e os interesses do capital. É necessário que fique claro que o desenvolvimento da tecnologia não significa bem estar para toda a sociedade, como afirma Farias (2001b, p. 91) *apud* Fonseca (2017, p. 17) “[...] os capitalistas sempre fizeram do progresso técnico uma arma a mais de seu arsenal na luta contra a classe operária”.

Neste contexto, o mundo do trabalho nas últimas décadas vem sofrendo intensas mudanças em função dessa reestruturação, que supera o antigo modelo

Taylorista/fordista, para dar espaço ao Toyotismo¹¹. Conforme os estudos de Santos (1992), essa nova fase do capitalismo beneficia claramente as empresas transnacionais que acabam por deter os mecanismos que controlam a economia, além de influenciar social e culturalmente as pessoas.

[...] O toyotismo configura-se como uma nova forma de organização dos processos de trabalho, onde os sistemas hierarquizados e integrados verticalmente característicos do taylorismo dão lugar a sistemas flexíveis de produção integrados horizontalmente: introduz-se o trabalho em equipe e o trabalhador polivalente; produz-se apenas o necessário, mantendo-se um estoque mínimo; o tempo deve ser aproveitado da melhor forma possível e, ao mesmo tempo, deve-se aumentar a qualidade do que é produzido (eficiência e produtividade). (SANTOS, 1992)

Então, o trabalhador com formação apenas técnica, disciplinado a cumprir tarefas repetitivas dentro de um sistema hierarquizado já não mais interessa ao novo sistema produtivo. Ao toyotismo interessa um trabalhador com melhor nível de qualificação, apto a trabalhar em equipe e assumir funções diversas com o objetivo de flexibilizar a produção (produzir apenas o necessário) e melhorar a qualidade dos produtos, diante de um mercado cada vez mais exigente e concorrido. Cabendo ainda destacar que eficiência e produtividade continuam sendo palavras-chave do novo sistema produtivo.

Pois, este novo sistema irá exigir mudanças na formação do trabalhador e conseqüentemente na educação profissional, como veremos mais adiante. A esta nova etapa do desenvolvimento do capitalismo e dos sistemas de produção Fonseca (2017) denomina pós-fordismo.

Esse novo sistema exigirá, necessariamente, e cada vez mais, o aparecimento de tecnologias que garantam a eficiência das comunicações, bem como a redução de seus custos. A resposta a tais exigências encontra-se na microeletrônica, na informática. Em decorrência disso, alteram-se as questões de tempo e espaço. [...] a informatização permite quebrar as paredes e as fronteiras, fragmentando e dispersando a força de trabalho, sem alterar o compartilhamento dos mesmos fluxos de informação que passam a ser integrados pelos gestores dos processos produtivos através de softwares especiais de gestão. (SANTOS, 1992, p. 34)

¹¹ Toyotismo é um sistema de organização voltado para a produção de mercadorias. Criado no Japão, após a Segunda Guerra Mundial, pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno, o sistema foi aplicado na fábrica da Toyota (origem do nome do sistema). O Toyotismo espalhou-se a partir da década de 1960 por várias regiões do mundo e até hoje é aplicado em muitas empresas. Fonte: <https://suapesquisa.com/economia/toyotismo.htm>. Acesso em: 18 maio 2018.

Dessa forma, se torna fundamental a estratégia utilizada que permite o alcance do grau de desenvolvimento tecnológico desejado pelas empresas. Surgem novos ramos industriais focados na alta tecnologia, e aplica-se essa mesma tecnologia no controle e gestão empresarial, permitindo um maior alcance das ações necessárias ao processo produtivo. Os avanços no campo da informática e telecomunicação permitem a ampliação dos investimentos e um maior controle da produção.

Neste contexto, mais difícil torna-se a situação do trabalhador, diante de um cenário de desemprego e exigência de qualificação profissional cada vez maior. Cresce cada vez mais a força e a influência do capital, através dos grandes grupos corporativos, as multinacionais, que influenciam governos e os manipulam.

Paralelamente a essa tendência, há outra também extremamente significativa, dada pela *subproletarização* do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, “terceirizado”, vinculados à “economia informal”, entre tantas modalidades existentes”. (ANTUNES, 2007, p. 52, grifo do autor)

De tal forma que toda esta realidade desafia o trabalhador a pensar novas formas de organização e mobilização, que se ajuste a esta nova realidade da categoria e possa fazer frente a “onda” avassaladora da reestruturação produtiva. Em consequência disso, resta aos trabalhadores à esperança que, mais uma vez unidos, possam fazer frente aos ditames do capital especulativo e monopolista, que explora a sua força de trabalho. (SOUSA JUNIOR, 2010)

Segundo Santos (2004), o sistema capitalista se constrói a partir de fases e em cada fase de sua organização vão sendo criados novos mecanismos que objetivam o controle das políticas econômicas, equilibrando a balança comercial. Esse controle visa buscar soluções para os conflitos sociais que são gerados pela falta de equilíbrio financeiro.

Antunes (2007, p. 165), sintetiza precisamente as mudanças que marcam os novos tempos, afirmando que:

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada.

Dessa maneira, é em oposição a esta realidade nefasta que devem lutar trabalhadores e estudantes, buscando novas formas de organização, compatíveis com a forma como se apresenta hoje a complexidade e heterogeneidade da classe trabalhadora, compreendendo que o trabalho ainda é uma categoria social fundamental e que os trabalhadores exercem importante papel no processo produtivo, além de serem agentes de luta e pressão sobre governos e patrões.

Na atual fase do capitalismo, a conjuntura exigiu um modelo produtivo que se adequasse as exigências atuais, sendo este modelo o Toyotismo, que vem sendo implantado nos diversos países com níveis diferenciados, como será visto no tópico a seguir.

1.5 ESCOLA A SERVIÇO DO MERCADO E A EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA

As necessidades do mercado e os interesses do capital têm influenciado intensamente as políticas públicas educacionais, de tal forma que sendo a escola um dos aparelhos ideológicos do Estado, corre-se o risco da escola tornar uma instituição a serviço do mercado e do capital e a educação, uma mercadoria.

Como afirma Frigotto (2013, p. 14):

Os processos educativos e formativos, que ao mesmo tempo são constituídos e constituintes das relações sociais [...] passam por uma resignificação no campo das concepções e das políticas. Estreita-se ainda mais a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação, desvinculando-se da dimensão ontológica do trabalho e da produção, reduzindo-os ao economicismo do emprego e, agora da empregabilidade.

O que é possível perceber nas últimas décadas no Brasil e em diversos outros países, através das políticas econômicas neoliberais que afetam a educação, é que aumentam os interesses em desvirtuar o seu verdadeiro papel na sociedade, que é a promoção do desenvolvimento das crianças e jovens preparando-as para a vida em sociedade.

De forma que, o processo educativo, formativo e a qualificação não podem restringir-se a preparação técnica, tanto como a educação não deve ter como finalidade apenas preparar mão de obra para o mercado, pois esta seria uma concepção estreita e limitada de educação.

Porém, a escola é fortemente influenciada pelos interesses do mercado, pois o mercado, tendo como principal objetivo a reprodução do capital, influencia as

decisões governamentais, que por sua vez, são determinadas pelos interesses das classes dominantes. Conseqüentemente, a escola ou se sujeita aos ditames do Estado e do mercado ou adota uma postura crítica diante da realidade e constrói o seu próprio projeto de educação.

Para Mira e Romanovysk (2009), o nível tecnológico acaba determinando qual deve ser o tipo de educação que será necessária na formação do trabalhador, trata-se de uma questão antiga, em que a necessidade do mercado de trabalho dita as regras, impõe modelos a serem aceitos pela escola e pelo trabalhador. De tal forma que a preocupação com uma melhor formação e qualificação do trabalhador apenas surge quando da necessidade do mercado.

Que tipo de projeto de educação escolar básica e de formação profissional e tecnológica se coloca como necessário para uma sociedade que moderniza o arcaico e onde o atraso de determinados setores, a hipertrofia do trabalho informal e a precarização do trabalho formal, o analfabetismo etc. não são obstáculos ou impeditivos ao tipo de desenvolvimento que se ergueu pela desigualdade e se alimenta dela? (FRIGOTO, 2013, p. 1135)

As palavras do autor supracitado levam necessariamente a uma reflexão oportuna e profunda, ou seja, como tentar inserir o Brasil no contexto do modelo pós-fordista de produção, propondo qualificar o trabalhador ou preparar alunos para um mercado de trabalho moderno se problemas básicos como o atraso de diversos setores produtivos, o crescimento vertiginoso do mercado informal, o analfabetismo e a precarização do trabalho formal no Brasil nem sequer foram resolvidos.

Freitas (1995) já mencionava hipoteticamente que a formação de um “novo trabalhador” poderia trazer diversas conseqüências para a educação:

[...] a) o ensino básico e técnico vai estar na mira do capital pela sua importância na preparação do novo trabalhador; b) a didática e as metodologias de ensino específicas (em especial alfabetização e matemática) vão ser objeto de avaliação sistemática com base nos seus resultados (aprovação que geram); c) a “nova escola” que necessitará de uma “nova didática” será cobrada também por um “novo professor” – todos alinhados com as necessidades do novo trabalhador; d) tanto na didática quanto na formação do professor haverá uma ênfase muito grande no “operacional”, nos “resultados” – a didática poderá restringir-se cada vez mais ao estudo de métodos específicos para ensinar determinados conteúdos considerados prioritários, e a formação do professor poderá ser aligeirada do ponto de vista teórico, cedendo lugar à formação de um prático; e) os determinantes sociais da educação e o debate ideológico poderão vir a ser considerados secundários – uma “perda de tempo motivada por um excesso de politização da área educacional”. (FREITAS, 1995, p. 127)

A reestruturação econômica exige um novo perfil de trabalhador e sabendo-se que boa parte desta mão de obra passa pela escola de nível fundamental e médio, principalmente as escolas profissionais, está torna-se alvo dos interesses do mercado. A tendência atual é de um “acompanhamento” e uma vigilância cada vez mais acirrada por parte dos governos e dos mercados, como destaca Santos (2017, p. 20), “[...] o capital põe em curso inúmeras medidas, de ordens diversas, cujo interesse incessante é o de reformar o Estado a fim de que este favoreça os mecanismos de exploração do capital sobre o trabalho.” Desta forma:

[...] as políticas públicas e, de forma destacada, as políticas direcionadas ao complexo educacional, especialmente as que se destinam a formar os trabalhadores por intermédio da profissionalização precoce de jovens, recebem privilegiada atenção dos guardiões do capital. (SANTOS, 2017, p. 17)

Portanto, as iniciativas governamentais voltadas para a educação profissional no Brasil e no estado do Ceará precisam ser compreendidas também, e principalmente, sob este viés, do interesse político e do capital. De forma que, sob este ponto de vista as mudanças não são animadoras, pois busca-se uma escola formadora de mão de obra para o mercado, busca-se reformar o currículo escolar priorizando as disciplinas técnicas necessárias a formação de um “trabalhador ideal”, “adaptado” às exigências do mercado atual.

As mudanças também irão incidir sobre a formação do professor, a ideia é simplificar o currículo, retirar do mesmo as disciplinas voltadas para uma reflexão mais ampla da realidade, tornar o currículo cada vez mais técnico e as questões fundamentais e críticas da educação relegadas a um segundo plano.

São mudanças perigosas, que visam ampliar a alienação no âmbito escolar e retirar de alunos, professores e trabalhadores os argumentos e os meios necessários para lutarem por uma educação libertadora e pela a conquista de seus direitos. No Brasil, após as eleições presidenciais de 2018, assistimos a volta ao poder de partidos liberais e conservadores, que apesar de pregarem o discurso reformista alinham-se com a extrema direita e visam aplicar reformas que na verdade serão a volta ao tecnicismo e ao economicismo de épocas passadas.

Sendo assim, este “novo momento” do mercado e da escola exige mudanças profundas, a começar pelo planejamento do ensino, que visa retirar a autonomia dos

sujeitos da educação (professores, alunos, gestores escolares), como destaca Saviani (2013, p. 383):

[...] a operacionalização dos objetivos, de modo a garantir a eficiência do processo educativo; a ênfase à utilização de recursos audiovisuais no ensino e o desenvolvimento de componentes de instrução programada; a avaliação somativa e periódica (visando a verificar/mensurar o atingimento dos objetivos previamente elaborados); a separação entre os que planejam e os que executam o trabalho educativo, com a conseqüente fragmentação do processo pedagógico; o planejamento e o controle do processo educativo pelos técnicos da educação/especialistas, de modo a assegurar a produtividade do processo.

Neste sentido, reflete-se o elemento primordial da pedagogia tecnicista e neotecnicista, que se baseia na racionalização dos meios, busca retirar a autonomia da escola e dos educadores ao repassar para técnicos e especialistas o planejamento geral do ensino. Pois a crítica aqui pertinente é que esses técnicos e especialistas têm como objetivo adaptar a escola e o ensino as novas demandas do mercado e do capital, não tendo nenhuma relação ou postura crítica diante da realidade que tenta mascarar os interesses.

Na perspectiva de uma educação voltada para os interesses do mercado e do capital, educadores e educandos foram e continuam sendo relegados a posições secundárias. Nesta perspectiva, nos cursos técnicos prioriza-se a relação aluno e tecnologia, deixando de lado a relação professor e aluno. O resultado deste processo é uma educação reprodutora da ideologia dominante, comprometida com a manutenção da “ordem das coisas”, que visa formar um profissional acrítico, a disposição do mercado de trabalho capitalista.

Nesse contexto surge à discussão e as reflexões sobre o currículo, que envolve a discussão e o debate sobre o que ensinar nas escolas. Surgem as críticas ao currículo tradicional e aquele voltado para uma formação estritamente técnica.

Sendo assim, essa reflexão deriva da crítica feita a um currículo tradicional que não permite ao sujeito refletir sobre sua condição de oprimido, que apenas reproduz o conhecimento. Traz consigo a proposta de neutralidade científica, o que implica a ausência do debate político, sendo assim ideológico, sem chances de formar um sujeito crítico, capaz de questionar a realidade em que está inserido. (SAVIANI, 2013)

Freitas (1995, p.128), alerta para os riscos de permitirmos uma influência decisiva do mercado e do capital sobre a educação. Destaca que a educação vem sendo alvo constante dos interesses do mercado que busca por mão de obra “qualificada” e barata. Este mesmo autor aponta para uma nova tendência ou estratégia do mercado, assim afirmando: “É muito provável que estejamos diante de uma retomada do tecnicismo, sob novas bases: uma espécie de neotecnicismo.”.

Frigotto (2013) aponta que no atual contexto econômico, dominada pelas relações capitalistas de mercado, o trabalho, a tecnologia, a ciência e os bens da natureza tendem a tornar-se mercadoria, moedas e valores de troca. Frigotto (2013) argumenta ainda que, a formação do sujeito requer uma leitura e entendimento do todo, porque as pessoas não se educam apenas na escola, o homem sofre influências da sociedade como um todo, através da mídia, da religião, dos costumes e das tradições.

Ainda, afirma que a intenção do mercado é utilizar todos os meios possíveis para tornar o homem submisso aos desmandos do capital e aos interesses das classes dominantes, trabalhadores sem consciência da importância do seu trabalho e consumidores alienados, espécie de marionete do sistema, como está ilustrado na capa de sua obra *Educação e Crise do Trabalho* (2013), obra que serviu de referência para o desenvolvimento do presente trabalho de pesquisa.

1.6 A REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Barraqui e Souza (2010) reafirmam que, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) apresenta e relata que a educação deve ser entendida como um direito universal. Todavia, este direito é desonestamente usurpado, comercializado e expropriado, como uma mercadoria, servindo aos interesses do capitalismo.

Para os autores é fato que atualmente a educação se vincula diretamente às leis que regem o mercado e as suas necessidades. Sendo assim, conforme a economia se expande e aumenta o nível tecnológico da produção, exige-se um profissional mais bem qualificado, ficando excluídos do mercado de trabalho aqueles que não apresentarem os requisitos exigidos.

O Brasil não foge à regra e desde o Plano Real¹², na década de 1990 os sucessivos governos brasileiros buscam atrelar a economia brasileira ao ritmo da globalização econômica e do neoliberalismo. Nesta perspectiva, um dos campos bastante atingidos tem sido o da educação, que vem passando por reformas no sentido de adequar o sistema educacional aos “novos tempos”.

Países como o Brasil desperta o interesse do capital internacional, devido a fatores como numerosa mão de obra, disponibilidade de recursos naturais e infraestrutura, adequados ao desenvolvimento de alguns setores industriais. Sendo assim, desde o fim da 2ª Guerra Mundial (1945) até os dias atuais diversos grupos econômicos buscam investir no Brasil. Torres (1995, p. 114) destaca a forte participação de organismos internacionais interessados neste ajuste estrutural e econômico, “O ajuste estrutural define-se como um conjunto de programas e políticas recomendadas pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e outras organizações financeiras.”

Porém, para isto é necessário à disponibilidade de mão de obra qualificada para as diversas funções. Sendo assim, a educação e de maneira especial a educação profissional torna-se alvo dos interesses dos grandes grupos econômicos e dos governos.

Contudo, este processo não veio acompanhado de políticas educacionais condizentes, que renovassem as pedagogias educacionais tradicionais, mas, mantendo os fins mais genuínos da educação, quais sejam, o respeito à pessoa humana, ao cidadão, seja na sua condição de aluno, aprendiz, seja na sua condição de trabalhador. Desta forma, a realidade mostra que não tem havido um equilíbrio entre os interesses do mercado e os interesses do cidadão, predominando, quase sempre os interesses do capital. (SANTOS, 2017)

Nesse sentido, o que pode ser observado é uma influência cada vez maior dos interesses do capital internacional sobre os governos dos países em desenvolvimento. Estes devem adotar as reformas educacionais propostas ou impostas sob pena de ficarem excluídos da lista de países que receberão os investimentos. Organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas

¹² O Plano Real foi um plano econômico, desenvolvido e aplicado no Brasil durante o governo de Itamar Franco. Desenvolvido em 30 de junho de 1994, tinha como principal objetivo à redução e o controle da inflação. Fonte: https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/plano_real.htm. Acesso em: 22 maio 2018.

para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), são órgãos ligados aos interesses econômicas internacionais que veiculam e mediam as exigências do mercado de trabalho capitalista, acabando por impor regras e políticas educacionais. (BARRAQUI; SOUZA, 2010).

Souza (2014) analisando toda esta situação, aponta para um processo que chama de mercantilização da educação, em que o governo age sobre o sistema de ensino, propondo a sua reforma com o objetivo de obter investimentos financeiros para o país ou estado. Estas reformas, atreladas à decadência do ensino público, têm permitido ainda a entrada de capital privado nos sistemas de ensino, em um crescimento considerável da rede privada ou particular de ensino. De tal forma, que Souza (2014) afirma ainda que o mercado educacional tornou-se um dos mais disputados do país.

Tudo isto é prova que a educação brasileira ainda não recebeu a importância que merece como área estratégica e fundamental ao desenvolvimento. Mas não ao desenvolvimento apenas econômico, como objetivam as atuais reformas, que visam beneficiar o mercado e todos aqueles que tiram proveito da sua expansão. A educação deve estar prioritariamente a serviço da sociedade, de todas as classes sociais visando à redução das desigualdades.

Sendo assim, diante de todas as reflexões desenvolvidas ao longo deste capítulo, cabe a partir daqui, uma análise mais apurada da situação da educação profissional no Brasil e no estado do Ceará, a ser desenvolvida no próximo capítulo.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Após tudo que foi anteriormente exposto sobre temas relevantes para o presente trabalho de pesquisa, como a relação entre trabalho e educação, trabalho e capitalismo, sistemas de produção e educação escolar, neste capítulo será abordado especificamente a questão da educação profissional no Brasil.

Para isto, o presente capítulo trata do tema subdividindo-o inicialmente em duas partes. Na primeira parte será tratada a questão da educação profissional desde as primeiras iniciativas governamentais (com recorte temporal a partir do início do século XX) até o fim do período dos governos militares, marcado pelo tecnicismo. Na segunda parte, discutiu-se a educação profissional da redemocratização política até os dias atuais, seguindo-se com outros temas pertinentes.

No decorrer deste longo período histórico a educação profissional vem mudando constantemente, ora recebendo uma maior atenção por parte do poder público e assim ampliando-se, ora vivenciando períodos de estagnação e retrocesso. Esses “ciclos” ou “fases” estão relacionados às mudanças nos sistemas produtivos, e de modo especial, no perfil de trabalhador exigido pelo mercado.

Porém, neste início de século assistimos a mudanças intensas e rápidas, baseadas no desenvolvimento da tecnologia, na globalização da economia e no neoliberalismo. Mudanças estas que afetam diretamente a educação profissional e para que sejam bem compreendidas se faz necessário o estudo das primeiras iniciativas voltadas para a educação profissional no Brasil. Sendo assim, estudar a história da educação profissional no Brasil é uma forma de compreender também os propósitos dessa modalidade de educação no século XXI.

2.1 PRIMEIRAS INICIATIVAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Considerando-se que as iniciativas governamentais mais importantes e duradouras voltadas para a educação profissional no Brasil deram-se apenas no início do período republicano, mais precisamente no início do século XX, período em que o contexto social, político e econômico propiciou um maior crescimento da

educação profissional no Brasil, optou-se por desenvolver a abordagem do tema a partir deste período.

Porém, cabe destacar, mesmo que sucintamente a importância histórica do período colonial e imperial brasileiro no que concerne a educação profissional. Pois como afirmam Caires e Oliveira (2016):

É importante ressaltar que, embora não tenha existido, nessa fase da história do país, um ensino profissional sistematizado, o estudo da época é imprescindível para o entendimento da dualidade original da sociedade brasileira – a separação entre homens livres e escravos – que tem repercussões na educação e, especialmente, na educação profissional.

O estudo do período colonial brasileiro no que concerne as iniciativas voltadas para a educação profissional demonstra que esta área da educação foi relegada ao ensino de ofícios as camadas mais subalternas da sociedade (indígenas, negros), e associada às atividades de baixo valor social e muitas vezes humilhante. Além de que não havia um desenvolvimento econômico que exigisse uma formação técnica ou profissional do seu povo, a economia era dependente da importação de produtos manufaturados e havia restrição ao desenvolvimento industrial.

Portanto, durante o período colonial no Brasil não havia o interesse por parte do Estado português em desenvolver uma educação voltada para a formação de mão de obra técnica ou especializada, restringindo-se essas iniciativas ao trabalho dos jesuítas e as corporações de ofício.

As palavras de Santos (2017), refletem precisamente essa realidade histórica que deixou raízes no presente:

Sob orientação jesuítica, como se vê, foram introduzidos os primeiros aprendizados, o que se convencionou chamar de ensino profissionalizante. Esse tipo de instrução teve como marca os trabalhos pesados, os afazeres precários, as profissões manuais e foram executados pelos escravos (índios e negros). Esse quadro caracteriza muito bem a educação que será reservada, desse pioneirismo religioso em diante, aos assim chamados órfãos de Deus, desafortunados da sorte, abandonados pela bonança, desvalidos da riqueza ou qualquer outra expressão que, independente do momento histórico, guarda a marca da servidão. (SANTOS, 2017, p. 161)

No que concerne ao período imperial no Brasil, as palavras de Fonseca (1986, p. 135) *apud* Caires e Oliveira (2016, p. 36), referindo-se especificamente ao Ensino de Ofícios, no início do período imperial, evidenciam que:

[...] nenhum progresso havia sido feito com a mudança operada no regime político, ou com as discussões ocorridas na Constituinte. A mesma mentalidade, o mesmo pensamento de destinar aquele ramo do ensino aos humildes, aos pobres, aos desvalidos, continuava a imperar.

Apesar disso, no período imperial brasileiro, é possível destacar alguns avanços no campo educacional, principalmente com as iniciativas voltadas para organizar o ensino público no país, que de uma forma ou de outra contribuíram para os primeiros debates voltados para o papel da educação profissional, apesar da manutenção de parte da estrutura colonial, tanto no aspecto político (centralização) quanto econômico, como por exemplo, a manutenção da escravatura.

Caires e Oliveira (2016, p. 38), registram que, “Entre 1840 e 1865, foram criadas 10 casas de educandos artífices, uma em cada capital provincial [...]” Sendo elas mantidas integralmente pelo Estado, criadas por iniciativa dos presidentes das províncias, autorizadas por leis das casas legislativas provinciais.

Porém, apesar das iniciativas governamentais deste período, a manutenção da escravidão e a falta de recursos financeiros e humanos dificultou o avanço da educação profissional, que apenas passaria a ter um apoio governamental mais efetivo com a proclamação da república e as mudanças decorridas nas primeiras décadas do século XX.

Neste sentido, Kasper (2016, p. 15) destaca que o marco histórico da educação profissional no Brasil se deu no início do século XX, período marcado pelo crescimento urbano e da manufatura, fato que fez o governo federal criar o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, para gerenciar as atividades econômicas do país. Nesta época, as pequenas fábricas e manufaturas existentes recebiam as primeiras máquinas que necessitavam de mão de obra especializada para o trabalho mecânico. Iniciou-se assim a preocupação do governo com a escassa mão de obra especializada naquela época.

Sendo assim, ainda conforme Kasper (2016, p. 16):

[...] em 1906, o então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, criou quatro escolas profissionais, três para o ensino de ofícios e uma para aprendizagem agrícola. [...] Com esta iniciativa do Governador do Rio de Janeiro, estabeleceu-se, uma política de incentivo ao ensino industrial, comercial e agrícola brasileiro.

E, como anteriormente exposto, é o quadro econômico e político de determinado período histórico que cria as condições para as iniciativas voltadas para a educação profissional. No início do século XX, o Brasil começava a apresentar um quadro social e econômico que requeria iniciativas voltadas para a educação profissional da sua população. Crescia a população urbana e as atividades típicas do meio urbano, o comércio, os serviços e as indústrias, porém boa parte da

população da época não tinha nenhuma qualificação ou grau de formação, o ensino era restrito aos filhos das elites e havia uma preocupação com a crescente população desocupada das cidades.

Historicamente, a educação profissional no Brasil tem se destinado às classes menos favorecidas, que sem perspectiva de conseguir chegar ao ensino superior e diante da necessidade de sobrevivência e obtenção de renda buscam o caminho mais curto para a profissionalização e acesso ao trabalho.

Naquela época, uma grande massa de excluídos e desempregados povoavam as cidades, portanto o governo precisa fazer algo para evitar o descontrole social. De forma que, o ensino profissional ou de ofícios teria duplo objetivo, ou seja, ocupar parte da população desocupada das cidades e ofertar mão de obra para o incipiente parque industrial brasileiro, contexto que iria se intensificar ainda mais por ocasião da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com as dificuldades de importação de produtos industrializados.

Porém, as primeiras iniciativas governamentais voltadas para o incentivo à educação profissional no Brasil tiveram como marco histórico o ano de 1909, ocasião em que o então presidente Nilo Peçanha cria dezenove escolas de educação profissional públicas, uma em cada estado da União. Nesta época, os governantes visualizavam um novo cenário econômico para o país, em que a economia ingressaria em novo ciclo, pautado não apenas na produção agropecuária, como antes, mas também no crescimento industrial. (KASPER, 2016, p. 16)

A este período inicial de ação governamental voltada para a educação profissional no Brasil, seguiram-se diversos outros, de tal forma que a educação profissional passou a fazer parte das políticas públicas educacionais no país. Sendo assim, o Brasil vem vivenciando em diversos períodos históricos, políticas públicas de incentivo a formação profissional destinada a atender o mercado de trabalho.

Desde a década de trinta, com o Estado Novo (1937-1945), no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), na época da Ditadura Militar (1964-1985) até a nova república (1985 aos dias atuais) a educação profissional vem mudando e adotando modelos que se adequam as demandas do mercado.

Nesse contexto, entram em cena os modelos produtivos adotados nesses períodos, mais especificamente no Brasil a partir da década de 30, com o fordismo, que fez surgir à necessidade de um novo perfil de trabalhador, ficando para a escola

o papel de dar uma formação que levará para o trabalho. Fonseca (1986, p. 52-53), registra a entrada do Brasil nos modelos produtivos industriais do início do século XX, assim afirmando:

No Brasil, entretanto, segundo Pochmann (2004, p. 7) foi após a crise de 1930 que o Brasil passa do modelo econômico agrário-exportador “para a consagração de uma nova estrutura produtiva nacional (de base industrial), necessária à conformação do sistema de proteção social no Brasil”. Essa mudança do enfoque do setor primário (agrário-exportador) para o setor secundário (industrial) é que configura a entrada do Brasil no regime fordista de acumulação do capital, que no caso brasileiro denominamos de fordismo periférico [...]. (FONSECA, 1986, p. 52-53)

Neste contexto histórico, a década de 1930 foi um marco para a economia brasileira, ao determinar a mudança de um modelo econômico agroexportador para um modelo industrial. Porém, cabe destacar que o modelo de industrialização brasileiro se deu de forma tardia em comparação com as economias capitalistas dos países desenvolvidos. Fato que levou o Brasil a não experimentar o modelo taylorista propriamente dito, pois como importou tecnologias e modelos produtivos dos países desenvolvidos, estes já haviam adotado o fordismo como modelo.

Portanto, taylorismo e fordismo se completam, são modelos a serviço do capital, do aumento da produtividade e da acumulação. De tal forma que a ascensão do fordismo como modelo produtivo hegemônico não representou nenhuma ruptura no sistema capitalista, mas apenas uma adaptação aos novos tempos e uma forma de amenizar os problemas gerados pelo taylorismo.

Nesse ponto, cabe destacar o porquê do Brasil não ter vivenciado a fase Taylorista, anteriormente apresentada, pois o processo de desenvolvimento industrial do Brasil se deu de forma tardia, apenas no início do século XX, período de expansão do modelo fordista de produção. Além disso, no início do século XX, o Brasil já apresentava forte ligação e dependência com a economia americana, país que difundiu o fordismo.

Ainda com relação às iniciativas voltadas para a educação profissional no Brasil, Vieira e Souza Junior (2016, p. 157), destacam a criação do chamado Sistema S4, que tem contribuído bastante para a formação profissional no Brasil.

Em 1942, também, surgiu o chamado Sistema S4, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 1943, foi criada a Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial. Em 1946, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), impulsionando o atendimento em educação profissional.

Assim, no período marcado pela ascensão do modelo econômico industrial no Brasil e conseqüentemente pelo crescimento da educação profissional no país, coube às escolas técnicas e profissionais adotarem modelos de ensino e funcionamento que em muito se assemelhavam aos modelos de organização das fábricas. Pois esta era uma forma de “treinar” e “adequar” o trabalhador as longas e exaustivas jornadas de trabalho, direcionando os objetivos da educação unicamente para a formação técnica e profissional, características do modelo tecnicista.

Neste sentido, Caires e Oliveira (2016) destacam a ascensão da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1961, e no que concerne à educação profissional, assim afirmam:

No campo da Educação Profissional, a LDBEN/1961 estabeleceu a completa equivalência dos Cursos Técnicos com o Ensino Secundário, para efeito de ingresso no Ensino Superior. Foi permitida, também, a matrícula no Ensino Médio, para os concluintes dos Cursos de Aprendizagem, em série adequada ao grau de estudo atingido na referida etapa. (CAIRES; OLIVIRA, 2016 p. 71)

Portanto, é indiscutível que a entrada em vigor no país, de uma legislação específica voltada para a educação e o ensino nacional trouxe repercussões positivas. Com o intuito de organizar e planejar o sistema de ensino, suas etapas e modalidades a referida lei contribuiu para uma discussão mais presente e evidente sobre a educação nacional. No que concerne à educação profissional, a equivalência dos Cursos Técnicos com o Ensino Secundário, entre outras determinações legais, foi também um avanço, no sentido de amenizar a histórica dualidade ensino profissional e as demais modalidades de educação formal.

Retomando a discussão a respeito do tecnicismo no Brasil, este deslança no início do século XX, perpassando pelo governo de Getúlio Vargas e por fim, tem sua ascensão na década de 1960, no período da Ditadura Militar. Os fundamentos teóricos que regem o tecnicismo adéquam-se ao contexto que se consolida face ao monopólio do desenvolvimento capitalista.

Para Mira e Romanowski (2009), apesar do tecnicismo ter forte vinculação com os interesses do capital e do mercado, este modelo foi bem aceito no Brasil, assimilado pelos sistemas educacionais sob a justificativa da necessidade de qualificar a mão de obra brasileira diante dos baixos índices de escolaridade e produtividade do trabalhador.

A pedagogia tecnicista tem sua oficialização, no Brasil, no final da década de 1960, no contexto da consolidação da fase monopolista do desenvolvimento capitalista, como uma das soluções para a baixa produtividade do sistema escolar (altos índices de evasão e repetência) que impediam/dificultavam o “desenvolvimento econômico com segurança”. (KUENZER; MACHADO, 1982 *apud* MIRA; ROMANOWSKI, 2009, p. 10209)

Ainda conforme Mira e Romanowski (2009), o tecnicismo tem sua origem na Teoria Geral de Administração (TGA), sistematizada e definida por Frederick Taylor¹³, que sustentava a ideia da racionalização com o objetivo de elevar o processo produtivo, através da fragmentação do trabalho.

Segundo a teoria de Taylor, anteriormente apresentada, o processo produtivo deveria ter por base a divisão do trabalho, como forma de racionalizar a produção. A teoria de Taylor, fundamentada no positivismo, lançou bases teóricas para o tecnicismo, que por sua vez, foi adotado como modelo produtivo por inúmeros países, por atender aos interesses do capital e trazer inovações aos modelos produtivos até então adotados.

Sendo assim, esperava-se que com uma gestão mais sistemática, burocrática e planejada, nos moldes da administração empresarial, a educação pudesse “sair do vermelho” e apresentar altos resultados. A pedagogia tecnicista respaldava-se ainda no uso de recursos da tecnologia (uso de recursos audiovisuais e outros) e delegava o planejamento geral da educação aos técnicos/especialistas da educação, separando assim, aqueles que planejam e aqueles que executam (entre estes, principalmente, os professores).

No Brasil, o positivismo e o tecnicismo ficaram bem representados no lema da nossa bandeira “Ordem e Progresso”, sendo que o termo “ordem” reflete claramente a ideologia positivista de controle e racionalidade e o termo “progresso” como decorrência da “organização” das forças produtivas a favor do crescimento econômico e da acumulação capitalista.

Portanto, a pedagogia tecnicista foi uma forma de tentar transpor para a educação os modelos de gestão empresarial, fundamentados no racionalismo, na hierarquia e alta produtividade. No Brasil um dos períodos em que o tecnicismo foi adotado de forma mais intensa foi durante o período dos governos militares (1964-1985). O pensamento propagado no período da Ditadura Militar era o de incentivo ao

¹³ A “contribuição” de Taylor para a administração foi apresentada e discutida no tópico 1.4 do capítulo I da presente pesquisa.

estudo técnico, tendo por base as ideias propagadas a partir da Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1973) que defende a ideia de que “a educação é um bem de produção indispensável ao desenvolvimento econômico [...]” e sendo assim, teve como principal objetivo preparar indivíduos para o mercado de trabalho em expansão, conforme as necessidades e exigências deste mercado. (MIRA; ROMANOWSKI, 2009)

Porém, o intuito dos governos militares de vincular o ensino profissional ao ensino médio de forma obrigatória, através da lei 5.692/71 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) não durou muito, pois provocou a insatisfação de diversos setores da sociedade, entre eles das escolas particulares (com ensino voltado para o ingresso na universidade), e das camadas médias da sociedade, que viam o ensino médio como um caminho para o ingresso dos seus filhos no ensino superior.

Além disso, por trás desta iniciativa dos governos militares estava o interesse em suprir uma demanda do capitalismo monopolista, como destacam Escott & Morais (2012, p. 1496) *apud* Vieira e Souza Junior (2016, p. 158):

Associado a esses fatos, reside o interesse do governo militar no desenvolvimento de uma nova fase de industrialização subalterna, conhecido historicamente como o milagre brasileiro. Tal projeto demandava por mão de obra qualificada com técnicos de nível médio, para atender a tal crescimento, possibilitada pela formação técnica profissionalizante em nível de 2.º grau, que “garantiria” a inserção no “mercado de trabalho”, devido ao crescente desenvolvimento industrial, marcado pela intensificação da internacionalização do capital.

Para a pedagogia tecnicista a educação e o ensino devem ter como objetivos precípuos formar indivíduos para o mercado de trabalho, ficando a formação humana, a consciência cidadã e o senso crítico, que constroem a base para uma compreensão crítica da realidade, em segundo plano.

Segundo Saviani (2013) no período marcado pelo tecnicismo predominou uma educação técnica voltada para a produção de mão de obra barata para a indústria nascente do Brasil, a formação profissional, assim, tinha por fim o emprego assalariado de baixo custo para as indústrias, no contexto do modelo fordista de produção, do estado de Bem estar social. Ainda segundo o referido autor, a educação no período do tecnicismo era “concebida como um subsistema cujo funcionamento eficaz é essencial ao equilíbrio do sistema social de que faz parte”.

Por fim, apesar dos posicionamentos que defendiam o tecnicismo, o período dos governos militares no Brasil foi marcado pela falta de liberdade política e dura repressão sobre os movimentos sociais, forte controle sobre as instituições de ensino, fato que impossibilitou o avanço das ideias pedagógicas progressistas e uma educação inovadora. E até mesmo no campo econômico, os progressos foram poucos, restando para o país uma enorme dívida pública, gerada pelos excessivos empréstimos e investimentos, que não trouxeram os resultados esperados, período histórico que ficou conhecido como *o milagre brasileiro*.

2.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - DO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA ATÉ OS DIAS ATUAIS

O final do século XX no Brasil, mais especificamente a década de 80, marcou os movimentos sociais a favor da redemocratização política do país, que culminou com a promulgação da atual Carta Constitucional de 1988. A atual Constituição, de caráter democrático representou uma série de conquistas sociais para o povo brasileiro, ampliando assim a função social do estado.

De forma que educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, entre outros, passaram a ser direitos sociais assegurados pela atual Carta Magna. (BRASIL, 1988, CF, Art. 6º). Portanto, com base neste dispositivo constitucional cabe ao Estado garantir educação pública aos seus cidadãos, incentivar a sua formação para o trabalho e a sua qualificação profissional.

Outro aspecto importante a ser destacado na referida Constituição, diz respeito a concepção de educação, apresentada no seu artigo 205, que assim dispõe:

Art. 205. A **educação**, direito de todos e **dever do Estado e da família**, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua **qualificação para o trabalho**. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Neste dispositivo, interessa destacar dois pontos fundamentais para o presente trabalho de pesquisa, o primeiro deles diz respeito ao dever do estado e da família para com a educação das crianças e jovens, cabendo ao Estado ofertar escolas e universidades para os cidadãos brasileiros, e as famílias, incentivar as

crianças e jovens a seguirem o caminho dos estudos. Neste sentido, o que dispõe a lei não é uma opção, mas uma obrigação.

O segundo ponto a ser destacado é a evidente vinculação da educação com o trabalho, pois cabe a educação não apenas o pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania, mas também a sua qualificação para o trabalho. De forma que, este dispositivo nos remete a educação profissional e explicita mesmo que indiretamente, a obrigação do estado para com esta modalidade da educação básica.

Nesta perspectiva, a educação profissional tem se expandido significativamente no país, sendo reconhecida como modalidade da educação básica através da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96), que no seu art. 39, assim determina: “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. (BRASIL, 1996)

Seguindo essa diretriz legal a educação profissional deve ser ofertada concomitantemente com a educação regular, oportunizando ao educando o prosseguimento das etapas escolares e a sua profissionalização, ou a sua vinculação ao trabalho, oportunizando aqueles que já ingressaram no mercado de trabalho se qualificar, além da vinculação desta modalidade de ensino a ciência e a tecnologia.

No seu art. 40, orienta que: “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. (BRASIL, 1996)

Portanto, a partir da redemocratização política do país e a promulgação de importantes leis democráticas, como a própria Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, ampliou-se a função social do Estado e com isso a educação nacional obteve ganhos consideráveis, apesar dos desafios ainda presentes na atual realidade educacional.

O início do século XXI, por sua vez, foi marcado por grandes transformações em todo o mundo. O desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações e os avanços em diversas outras áreas fizeram surgir um novo contexto político,

econômico e social. No âmbito político e econômico, o neoliberalismo avançou sobre diversos países, adotando políticas de liberação condizentes com o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Na esfera dos setores produtivos, diante do avanço da tecnologia, passou-se a exigir um profissional de nível técnico e educacional mais elevado, fazendo surgir um novo modelo de gestão empresarial que também iria influenciar a educação, o neotecnicismo. Conforme Saviani (2013), o neotecnicismo pedagógico, se organiza na escola por meio do planejamento de métodos de funcionamento, sendo baseado no “método de gerenciamento produtivo-industrial denominado: Qualidade Total”.

[...] qualidade total, método de gerenciamento produtivo, está relacionado ao processo de reconversão produtiva, promovida pelo sistema toyotista de produção ao “[...] introduzir, em lugar da produção em série em grande escala visando a atender a necessidade do consumo em massa, a produção em pequena escala dirigida ao atendimento de determinados nichos do mercado, altamente exigentes”. (SAVIANI, 2013, p. 433).

A crítica de Saviani (2013) é que, apesar da nova “roupagem” do ensino técnico, representada pelo neotecnicismo, ainda se mantém formas de se ensinar que conduzem os jovens ao mercado de trabalho como mão de obra barata e desprovida de uma formação crítica e capaz de questionar as condições a que lhes são impostas. De tal forma, que a exploração do trabalhador continua e vem se intensificando nas últimas décadas no Brasil e no mundo.

As mudanças no mercado de trabalho atual influenciam as políticas educacionais, que propõe um novo modelo de educação profissional que precisa ser analisado criticamente, pois trazem na sua proposta um conjunto de interesses, que se traduz em mecanismo de controle social. Diante disto, cabe refletirmos sobre as seguintes questões: o que propõe e em que se diferencia o atual modelo de educação profissional no Brasil dos modelos do passado? Que tipo de trabalhador visa formar a atual educação profissional no Brasil?

Para tanto, é necessário analisar os modelos educacionais propostos e refletirmos sobre o seguinte pensamento: não se pode ver o homem, e mais especificamente o jovem estudante apenas como mão de obra disponível para o mercado ou ainda apenas como um simples elemento do processo produtivo. Este sujeito que ingressa na educação profissional é antes de tudo um cidadão de

direitos, que sendo assim, precisa ter acesso ao conhecimento científico socialmente elaborado e não apenas a conteúdos técnicos.

Além disso, é necessário que percebamos o conteúdo ideológico existente na teoria do capital humano, que defende que o progresso depende da utilização intensa e generalizada da mão de obra disponível em uma nação. Pois esta teoria ignora as relações sociais que necessariamente mediam as relações de trabalho, e que, quando estas se baseiam numa lógica capitalista de produção, beneficia apenas os detentores dos meios de produção ou a burguesia.

Conforme Fonseca (2017, p. 114):

[...] o Brasil no término do século XX e início do século XXI, demonstrou ter adotado o regime Social-Liberal. [...] Ele é social porque está comprometido para com os direitos sociais, e é liberal porque acredita nos mercados e na concorrência.

Portanto, esta é a caracterização política e econômica do Brasil na última virada do século e que irá ser seguida pelos governos subsequentes a este período, ora demonstrando mais interesse no crescimento econômico e apoiando o mercado, ora voltando-se mais para o social. Conforme afirma ainda Fonseca (2017, p. 114):

O governo tucano de FHC e os Governos petistas de Lula e Dilma apontaram ter conforme regime político um Estado Social-Liberal, governos comprometidos com o social, mas que ao mesmo tempo se sujeitam às exigências do mercado e da concorrência, adotando os mandamentos de organizações internacionais [...].

No entanto, este mesmo autor deixa claro que houve diferenças nestas políticas governamentais, tendo sido o governo FHC mais marcado pelo predomínio de medidas neoliberais, enquanto os governos petistas voltaram-se mais para o social. De tal forma que em cada um destes períodos a educação profissional foi influenciada por estes fatores, no governo FHC ela continuou com um viés estritamente técnico e recebeu pouca atenção deste governo.

Durante os governos petistas, marcados pela ascensão do toyotismo ou do período pós-fordista, buscou-se uma melhor qualificação da força de trabalho no Brasil, houve considerável crescimento das escolas técnicas e dos cursos de educação tecnológica, de nível superior, apoiados por programas sociais de apoio ao ingresso no ensino superior. Como destacam Caires e Oliveira (2016, p. 164):

No Governo Lula (2003-2010), considerando as ações e políticas que foram implementadas, é necessário salientar que, indubitavelmente, se avançou em termos de: diminuir os índices de pobreza e exclusão social da população brasileira; promover políticas educacionais de inclusão escolar, em todos os níveis e modalidades da educação; e, no que tange à Educação Profissional, priorizar a valorização e a ampliação da sua oferta pública e gratuita.

Porém, as referidas autoras, no que concerne mais especificamente a educação profissional e a possibilidade de avanços reais neste campo da educação, destacam que: [...] a Educação Profissional, continuou sendo “o ponto nevrálgico da questão”, uma vez que, por um lado, parte das ações e programas desenvolvidos para a formação técnica permaneceu desvinculada de uma formação humana, científica e cultural e, por outro, o Ensino Médio não caminhou no sentido da politecnia e da possibilidade de assegurá-lo a todos os brasileiros.

Nesta perspectiva, fazendo um balanço geral do referido governo, Frigotto (2011, p. 241-242) apud Caires e Oliveira (2016, p. 166) tecem a sua crítica:

[...] ao não disputar um projeto societário antagônico à modernização e ao capitalismo dependente e, portanto, à expansão do capital em nossa sociedade, centrando-se num projeto desenvolvimentista com foco no consumo e, ao estabelecer políticas e programas para a grande massa de desvalidos, harmonizando-as com os interesses da classe dominante (a minoria prepotente), o governo também não disputou um projeto educacional antagônico, no conteúdo, no método e na forma.

Portanto, com base neste “apanhado” geral, realista e profundo da realidade vê-se que, apesar dos avanços conquistados as mudanças necessárias ainda não foram alcançadas. De forma que, mesmo com as mudanças empreendidas, o Brasil não superou totalmente o modelo fordista de produção, que adéqua-se mais precisamente ao nível tecnológico dos seus setores produtivos e as relações de trabalho predominantes.

O modelo pós-fordista exige um sistema produtivo moderno e com relações de trabalho flexíveis, muito presente nas economias desenvolvidas, de forma que, para alguns estudiosos o atual estágio de desenvolvimento produtivo brasileiro pode ser considerado um neofordismo, ou seja, um toyotismo incompleto.

2.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ENTRE AS REPRESENTAÇÕES TEÓRICAS E A PRÁTICA

Vivemos grandes transformações sociais neste início de século, transformações estas que tem afetado diretamente a educação escolar. Nesse contexto, pode-se indagar: qual o papel do ensino profissional neste início de século? Que fatores têm provocado grandes mudanças neste campo da educação.

Como exposto anteriormente, o desenvolvimento da tecnologia empregada nos sistemas produtivos tem exigido a formação de um novo perfil de trabalhador, com mais conhecimento técnico e nível de escolaridade.

Diante disso, continuam os investimentos na educação profissional, porém agora não apenas naquela de nível técnico ou médio, mas uma educação profissional tecnológica ou de nível superior. Assim, ampliam-se os cursos e a procura pela formação profissional.

Conforme Alencar, Napomuceno e Bandeira (2014) nos últimos anos houve uma ampliação dos propósitos da educação profissional no Brasil, de forma que atualmente esta modalidade de ensino tem por objetivo criar cursos que garantam perspectivas de trabalho para os jovens e facilitem seu acesso ao mercado de trabalho, bem como que atendam aos profissionais que já estão no mercado e buscam qualificação para exercerem suas atividades, e, ainda para aqueles que buscam reinserir-se no mercado de trabalho.

Com isso, uma formação profissional, seja ela de nível médio ou superior, que ensina a obedecer às regras do mercado (competitividade, exclusão, empregabilidade) sem reflexão e formação cidadã, passando a ideia de que “não há lugar para todos” é uma educação alienadora, que não constrói no indivíduo a sua autoestima e senso de independência.

Assim, muitos jovens ingressam no ensino técnico e profissionalizante na “certeza” de conseguir uma vaga no mercado de trabalho, sem a consciência de que vivemos num sistema que exclui, em nome do capital e do lucro, boa parte dos seus cidadãos.

Dessa forma é necessário uma “leitura crítica” das atuais intenções governamentais que se voltam para a educação profissional e, além disso, saber relacionar estas intenções aos interesses do capital, como bem expõe Santos (2017):

O atual estágio do capitalismo contemporâneo, que se encontra em crise profunda, demanda, por intermédio da administração do Estado, uma escola que forma o trabalhador para um mundo em “câmbio constante”. Esse “novo” modelo escolar apresenta algumas especificidades: planejamento, currículo, metodologia, conteúdo, didática, avaliação, entre outros elementos do processo de aprendizagem-ensino que possam oferecer garantias ao próprio Estado, aos empresários e às agências internacionais de orientação e monitoramento, que essa educação terá a eficiência almejada pelo mercado de trabalho capitalista. (SANTOS, 2017, p. 15-16)

A atual crise estrutural do sistema capitalista exige ação por parte não só do empresariado, mas como vem sendo, busca-se a aliança com o Estado, para aplicar as medidas que supostamente irão resolver esses problemas. A educação profissional de modo especial é uma destas áreas de grande interesse dos governos e empresários, que por sua vez, não querem investir perdido, buscam a garantia de uma educação que dê retorno aos investimentos e supra as necessidades do mercado capitalista. É neste contexto, que ressurgem no Brasil os investimentos na educação profissional.

Nos últimos anos, muitas discussões giraram em torno do papel da educação na sociedade, foi intensa a crítica ao tecnicismo e a um modelo de educação voltado para os interesses das classes dominantes, porém, o que se assiste atualmente é um retorno aos “velhos modelos” disfarçados de inovação.

De forma que as mudanças que marcam este início de século, destacando os avanços tecnológicos, os problemas sociais e econômicos como o desemprego e as dívidas públicas, exigem novos modelos educacionais. Neste contexto, entra em cena o neotecnicismo, que em muito se assemelha ao tecnicismo, já abordado, pois propõe a aplicação de novos modelos de gestão e organização do ensino. De forma que o neotecnicismo, apesar de ser um modelo que busca adequar-se as demandas do século XXI, mantém os traços básicos do tecnicismo, como uma educação voltada para o mercado e aplicação de modelos empresariais na educação, em busca da “qualidade total”.

Atualmente, com a expansão das redes de comunicação e informação, os lugares e espaços para o investimento do capital se ampliaram. Países como o Brasil, que dispõe de grandes recursos populacionais para produzir e consumir tornou-se alvo dos interesses capitalistas estrangeiros.

Entretanto, um povo sem qualificação e renda não tem poder de compra, ou seja, não pode ser consumidor, por isso a educação torna-se área estratégica e de interesse dos governos, não só nacionais, bem como empresas e governos

estrangeiros, que passam a financiar e avaliar a educação com o propósito de ampliar os seus lucros.

Diante desse contexto, a educação profissional torna-se mais uma vez (como em outros períodos de reestruturação produtiva) área “prioritária” para os governos, de forma que cresce a cada ano, em todo o Brasil, a oferta de cursos profissionalizantes através de políticas públicas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do governo federal, que visa integrar iniciativas voltadas à educação profissional e tecnológica no Brasil.

Para se ter uma ideia da grande expansão da rede de pública de ensino profissionalizante no Brasil, Feres (2015) aponta que entre 2011 e 2014, as redes públicas de ensino ofertaram mais de oito milhões de vagas em cursos técnicos e profissionalizantes em todo o país.

No Ceará, desde 2008 o governo do estado vem assumindo o desafio de inserir nas escolas estaduais os cursos profissionalizantes, através da criação das Escolas Estaduais de Educação Profissionais (EEEPs), com o intuito de permitir e possibilitar um futuro mais justo, igualitário e com mais chances de empregos para os jovens de todo o estado (CEARÁ, 2019). Atualmente já são 122 escolas de educação profissional de nível médio no estado. Estas escolas funcionam em tempo integral e se organizam de forma a integrar o ensino médio e a educação profissional, buscando construir modelos de educação que valorizem a cidadania, articulando o direito à educação e ao trabalho.

Sendo assim, cabe o seguinte questionamento, será que as atuais escolas estaduais de educação profissional conseguem ofertar um currículo e uma metodologia que de fato prepare estes jovens para o mercado de trabalho? Por que parte destes jovens não está conseguindo uma vaga no mercado de trabalho e estão seguindo por outros caminhos, como o ensino superior ou a informalidade?

Diante dessa realidade, torna-se importante conhecer qual a proposta pedagógica e de ensino das escolas profissionais, verificar em que aspectos mudaram em relação aos antigos cursos técnicos e se o tecnicismo, tão marcante na educação profissional brasileira, continua sendo a base do ensino técnico atual.

2.4 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ E OS CAMINHOS QUE LEVAM O ALUNO A UMA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

Agora, inicia-se uma abordagem sobre a educação profissional no estado do Ceará, destacando um pouco da história da educação profissional no estado, a legislação concernente ao tema, o funcionamento e propósitos das escolas profissionais de ensino médio do estado e por fim, a forma como esta modalidade de educação viabiliza o ingresso dos jovens cearenses no mercado de trabalho.

No estado do Ceará, as iniciativas de educação profissional no estado iniciaram-se na década de 40, por volta de 1943, incentivadas pela necessidade de mão de obra para as primeiras fábricas. Conforme Alencar, Nepomuceno e Bandeira (2014, p. 5-6):

A primeira escola de ensino profissionalizante criada no Ceará foi o Liceu do Ceará que era vinculado ao ensino médio. Com o crescimento da cidade e o surgimento de novos colégios, como a Escola Normal, o Colégio São João, Colégio Fortaleza, o Cearense, São José, entre outros, o ensino secundário foi se democratizando em Fortaleza, e inclusive no Liceu, que no século XX, passou a ter maior abertura para alunos pobres e oferecer o ensino misto, pois durante muito tempo foi um educandário estritamente masculino.

Nesse contexto histórico, constata-se que as primeiras iniciativas governamentais voltadas para a educação profissional no Ceará deu-se inicialmente na capital, Fortaleza, e esta tinha como característica uma educação seletiva, ou seja, que não estava ao alcance de todos. Com o passar dos anos e o crescimento da cidade, ampliaram-se o número de escolas de ensino secundário na capital, porém, esta foi uma época em que nem todos tinham o seu direito a educação assegurado.

Cabe destacar ainda, a importância histórica do atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE), que tem origem na antiga Escola de Aprendizes e Artífices, criada em 1909, ano das primeiras iniciativas do governo federal brasileiro voltadas para a educação profissional, e já apresentada e discutida anteriormente.

O atual IFCE no decorrer da sua história foi Liceu Industrial de Fortaleza (1937), Escola Industrial de Fortaleza (1942), Escola Técnica Federal do Ceará (1968) e Centro Federal de Educação Tecnológica (1999), até receber a atual denominação em 2008. Sendo esta uma instituição de grande referência no ensino técnico e tecnológico no estado do Ceará¹⁴.

¹⁴ Dados obtidos e disponíveis em:
https://pt.wikipedia.org/.../Instituto_Federal_de_Educa%C3%A7%C3%A3o,_Ci%C3%AAncia_e_Tecnologia_do_Cear.
Acesso em: 31 mar. 2019.

Alencar, Nepomuceno e Bandeira (2014) registram ainda a importância do SENAI do Ceará, também conhecido como SENAI DEPARTAMENTO REGIONAL, criado em 1943, que ofertava cursos como Mecânico Ajustador, Torneiro Mecânico, Carpinteiro e Desenhista Técnico. Nos seus longos anos de atuação esta instituição já formou mais de 110 mil profissionais em diversas áreas para atuarem como mão de obra especializada para as indústrias.

Portanto, pode-se constatar que as ações voltadas para a educação profissional no nosso estado remontam aos períodos das primeiras iniciativas no Brasil, ou seja, primeira metade do século XX, porém, inicialmente de forma restrita a capital do estado, para com o passar dos anos se expandir para o interior.

Atualmente, tanto no Brasil quanto no Ceará ampliou-se bastante a oferta de cursos profissionalizantes, e não apenas de nível fundamental ou médio, mas inclusive os cursos tecnológicos de nível superior. Acompanhando esta tendência, no ano de 2008 iniciam-se ações mais efetivas do governo do estado para a ampliação da oferta de cursos profissionalizantes no estado, através da criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEPs.

Através da Secretaria da Educação do Estado Ceará (SEDUC) o governo do estado iniciou as ações de implantação da rede de educação profissional do estado no ano de 2008, a partir da Lei nº 14.273/2008, alterada pela Lei nº 15.181/2012 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 30.865/2012. De acordo com a referida legislação, os alunos devem cursar o ensino médio e um curso profissionalizante em tempo integral. (CEARÁ, 2019)

De forma que, nestes dez anos de início da implantação das escolas profissionais de ensino médio no estado do Ceará, um número expressivo de jovens tem concluído o ensino médio nestas escolas, que a cada ano tem recebido uma atenção especial do governo do estado, que por sua vez, tem apostado na educação em tempo integral como a melhor forma de preparar o jovem de hoje.

O Quadro 1, apresentado a seguir, apresenta dados que demonstram claramente o expressivo crescimento dos números da educação profissional do Ceará nos últimos anos, mais especificamente na última década. É notório o crescimento do número de escolas profissionais implantadas, de municípios beneficiados e da disponibilidade de cursos. Sem dúvida que a educação profissional no estado, apesar de ainda não suprir toda a demanda, tem se tornado uma alternativa a mais ao jovem cearense.

QUADRO 1 – Dados das Escolas Profissionais do estado do Ceará de 2008 a 2018.

Ano	Escolas em funcionamento (Nº)	Municípios (Nº)	Cursos (Nº)	Matrícula Inicial (1ª, 2ª e 3ª series)
2008	25	20	4	4.091
2009	51	39	13	11.116
2010	59	42	18	17.290
2011	77	57	43	23.465
2012	92	71	51	29.618
2013	97	74	51	35.734
2014	106	82	53	40.654
2015	111	88	52	43.811
2016	115	90	53	47.823
2017	117	93	53	49.627
2018	119	95	52	52.571*

Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Educação Profissional / Sistema de Gestão Escolar
Acesso em 09 de abril de 2018.

Nota: o número de Matrícula Inicial (1ª, 2ª e 3ª séries) referente ao ano de 2018 desta tabela encontra-se em destaque por estar sujeito à variação, conforme dados do Senso Escolar 2018, realizado no mês de maio do referido ano.

Nesse sentido, “O Estado do Ceará tem se destacado no cenário nacional pela grande capacidade de desenvolvimento e ampliação da política de Ensino Médio integrado à educação profissional”. (CEARÁ, 2019)

Para se ter uma ideia do expressivo crescimento da educação profissional no estado, cabe destacar que em 2008, quando iniciou-se o programa de implantação destas escolas havia apenas 25 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), que ofertavam quatro cursos profissionais de nível técnico, sendo estes Informática, Enfermagem, Guia de Turismo e Segurança do Trabalho, distribuídos em 20 municípios do estado.

Com relação à escolha dos primeiros municípios a receberem as escolas profissionais, o critério adotado inicialmente foi ser sede das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs), critério que contemplou a capital do estado e alguns outros municípios.

Para criação das EEEP's a partir de escolas estaduais regulares já existentes, deu-se prioridade aquelas situadas em áreas de vulnerabilidade social, que apresentassem indicadores educacionais negativos, porém que apresentassem as condições necessárias à implantação.

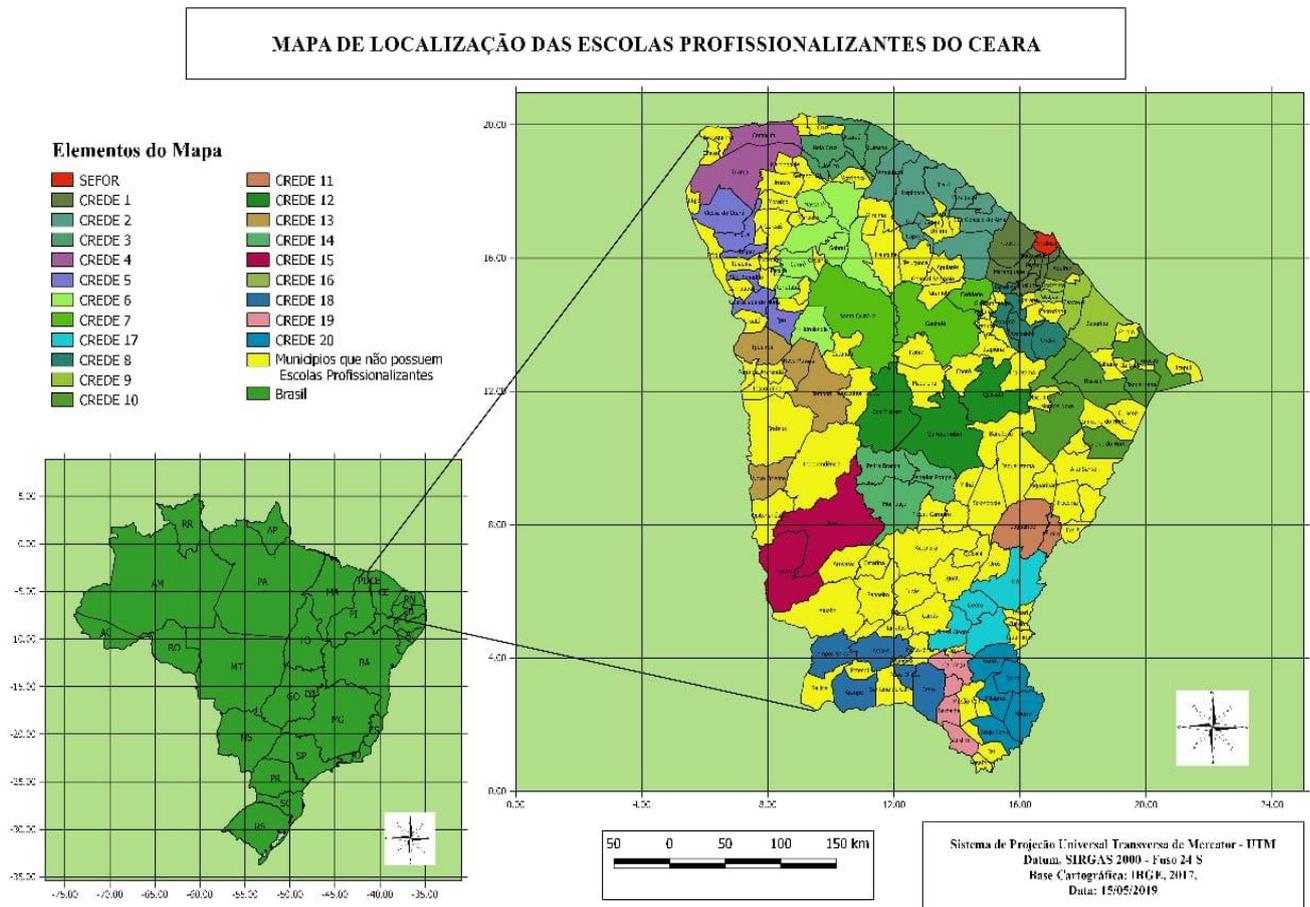
Quanto à escolha dos cursos, estes foram escolhidos com base nas características socioeconômicas dos municípios contemplados, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e produtivo do Ceará. Sendo este o critério ainda hoje adotado na criação de novos cursos.

Fazendo um balanço dos dez primeiros anos de implantação do projeto de criação das escolas profissionalizantes no estado, constata-se uma expansão significativa até o ano de 2018, nos seguintes aspectos: número de escolas – ampliação de 25 para 119 escolas; número de municípios contemplados – ampliação de 20 para 95 municípios; número de cursos técnicos ofertados - ampliação de 4 para 52 cursos, nas mais diversas áreas de atuação.

De tal forma, que o número de alunos atualmente matriculados nas escolas profissionais do estado chegou em 2018 a 12%, representando um número total de 52.571 alunos. Por fim, até o ano de 2017, 75.719 alunos concluíram formação técnica nestas escolas, o que justifica ainda mais um estudo sobre o destino destes jovens após a conclusão destes cursos. (CEARÁ, 2019)

Os dados anteriormente apresentados se refletem na grande expansão das EEEP's em diversos municípios do estado, como é possível visualizar através do mapa a seguir.

Mapa 2 – Localização das EEEPs no Ceará



Fonte: Execução Técnica. Elaboração do Autor (2019).

Nota: Dados atualizados na página oficial da SEDUC em 31/03/2019. (CEARÁ, 2019)

Portanto, estes são dados que demonstram o expressivo crescimento da educação profissional de nível médio no estado e da atenção que vem sendo dada a esta modalidade de ensino pelo governo estadual.

Este expressivo crescimento das escolas profissionais no estado também reflete-se na Região Metropolitana do Cariri, que atualmente conta com 8 (oito) escolas profissionalizantes, que anualmente formam vários estudantes que devem ser inseridos no mercado de trabalho.

No centro dessa Região metropolitana, no caso, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, encontram-se 6 (seis) destas escolas profissionais ofertando diversos cursos para alunos egressos do ensino fundamental, o que expande as oportunidades de ensino e a expectativa de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, cabe indagar sobre o tipo de ensino que está sendo ofertado nestas escolas profissionais, a quem interessa os seus fins, ou seja, tem como finalidade formar um jovem consciente, participativo e independente? Ou tem como objetivo preparar mão de obra (formação em massas de trabalhadores) para um mercado ávido por mão de obra qualificada e barata? Ou tem ainda por finalidade manter o jovem o dia inteiro na escola, para livrar-lhe das drogas e da violência ao invés de buscar a solução para estes problemas?

2.5 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS EEEP_s NO CEARÁ

Conforme consulta ao *site* oficial da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) área destinada à apresentação de dados e informações da Educação Profissional, é possível constatar que o projeto de criação e organização das EEEP_s no estado do Ceará constitui-se em um grande projeto educacional.

Prova disso são os números da sua expansão no estado, tanto como os investimentos já realizados, que conjuntamente com recursos federais, parceria do governo do estado com o Programa Brasil Profissionalizado, já somam mais de um bilhão de reais. Essas escolas organizam-se em torno de uma série de ações e planos que envolvem parcerias, projetos e programas voltados para a formação humana e a qualificação para o mercado de trabalho. (CEARÁ, 2019)

Nesse sentido, a Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP), órgão da Secretaria da Educação, visa orientar as EEEP_s no processo de integração entre o ensino médio e a educação profissional, dentre as suas atribuições destacam-se a definição e implementação do modelo de gestão organizacional e pedagógico destas escolas e definir seus objetivos e metas. (CEARÁ, 2019)

As Escolas Profissionais do Estado do Ceará funcionam com uma filosofia de Gestão fundamentada na Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), contida no Manual Operacional – Modelo de Gestão¹⁵, que foi desenvolvida com o intuito de levar conceitos gerenciais ao ambiente escolar. A TESE foi apresentada ao

¹⁵ Este material é propriedade do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação – ICE. O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, é uma entidade sem fins econômicos, foi criado em 2003 por um grupo de empresários motivados a conceber um novo modelo de escola e resgatar o padrão de excelência do então decadente e secular Ginásio Pernambucano, localizado em Recife. Disponível em: <http://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/>. Acesso em: 30 maio 2019.

Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental – PROCENTRO (Programa de Implementação dos Centros de Ensino Experimental de Pernambuco) em agosto de 2004, como uma alternativa de gestão aos Centros de Educação Experimental que viriam a ser implantados nesse mesmo ano em Pernambuco. (INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO – ICE, 2014)

O Governo do Estado do Ceará implantou esse modelo de gestão desde 2008, ano de implantação do programa de criação das Escolas Profissionais de Ensino Médio (EEEP) do estado do Ceará, através da lei nº 14.273/2008. (CEARÁ, 2019) Desta forma, a TESE é um importante documento norteador de todo o trabalho desenvolvido pelas EEEPs no estado do Ceará, de tal forma, que torna-se um documento imprescindível para toda e qualquer pesquisa voltada para a temática da educação profissional, para sua análise e compreensão.

2.5.1 Análise da Tecnologia Empresarial Socioeducacional – TESE

Conforme entendimento apresentado logo no início da TESE, ou seja, na sua introdução, não basta a liderança do gestor para efetivar os propósitos e objetivos das organizações, é necessário oferecer-lhes ferramentas gerenciais que permitam organizar e estruturar a escola. E essas ferramentas gerenciais encontram-se na TESE, apresentada como:

[...] um instrumento versátil e eficaz à medida que o ciclo de planejamento é simples e acessível. Essa tecnologia objetiva formar uma consciência empresarial humanística nos componentes da organização, alinhando-os à filosofia do PROCENTRO, que busca garantir a excelência do Ensino Médio público. Ela é definida como a arte de coordenar e integrar tecnologias específicas e educar pessoas por meio de procedimentos simples, que facilmente podem ser implantados na rotina escolar. (INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO – ICE, 2014, p. 6)

De forma que, apresentada como um instrumento versátil, eficaz e facilmente aplicável, a TESE tem como objetivo aplicar princípios da administração empresarial na educação pública, visando alcançar a excelência no ensino. Porém, a análise que será aqui apresentada discutirá esta questão, com olhar crítico e realista, contrapondo-a a realidade da escola pública profissionalizante.

Baseado na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) a filosofia da TESE se assenta nos quatro pilares da educação contidos no relatório de *Delors* (1996). Sendo estes: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e a

aprender a ser. Este é um dos pontos que visam adaptar ou adequar a TESE para a sua aplicação no âmbito educacional ou no ensino. Segundo este documento:

A gestão de uma escola em pouco difere da gestão de uma empresa. Na realidade, em muitos aspectos, a gestão de uma escola apresenta nuances de complexidade que não se encontram em muitas empresas. Assim sendo, nada mais lógico do que partir da experiência gerencial empresarial acumulada para desenvolver ferramentas de gestão escolar. (INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE, 2014, p. 6)

É possível perceber certa contradição nas postulações apresentadas ao afirmar haver pouca diferença entre a gestão de uma escola e a gestão de uma empresa, e ao afirmar que a gestão escolar apresenta níveis de complexidade maiores do que a de muitas empresas.

Esse aspecto já foi anteriormente abordado e será retomado adiante, mas certo é que a forma como se organiza e funciona uma escola pública em muito se diferencia do funcionamento de uma empresa privada.

A despeito disso, a TESE apresenta-se como a solução para todos os problemas da educação e da escola pública, visando construir uma nova estrutura, que garanta missão, objetivos, metas, estratégias, planos de ação e métricas, todos alinhados e bem definidos em todos os níveis da organização, definindo claramente os papéis de cada um em busca dos resultados esperados, que devem ser medidos, avaliados e recompensados.

Sendo assim, é possível perceber, logo na análise inicial deste documento, fortes traços do tecnicismo ou do neotecnicismo, compreendidos como controle, organização rígida, hierarquia, foco em metas de produtividade, etc. Portanto, é perceptível que a criação das EEEPs no estado do Ceará surgiu dentro de uma filosofia empresarial, que prioriza a construção de competências para o mercado de trabalho e visa integrar o aluno nesse mercado.

Porém, o aluno do ensino médio, seja esta modalidade regular ou profissional, precisa ter acesso aos conteúdos que lhe oportunizem uma visão geral da história e dos processos que a construíram, cabendo assim, uma crítica a esse modelo empresarial de educação que causa um distanciamento do papel social da instituição escolar. Como expõe Rafael (2015, p. 72):

[...] Como percebemos, o excesso de expressões empresariais reforça a proposta do manual de uma tecnologia que traz resultados para as empresas e que está se adaptando às escolas públicas estaduais profissionais, com o mesmo intuito de, alcançar números e resultados satisfatórios.

Surge uma contradição em pensar um modelo de ensino empresarial dentro uma escola pública profissional que tem um currículo alinhado a uma base nacional comum e atende a uma legislação específica, de tal forma que parece haver um distanciamento entre teoria e prática de ensino dentro de um modelo de escolas que vem aumentando a cada ano desde 2008. Desta forma:

[...] Retomam-se as discussões sobre a necessidade de reformar a escola para que se ajuste às exigências e necessidades do novo momento histórico. Ressurge o debate sobre o tipo de formação que ela deve privilegiar. Resignificam sob rótulos de novas teorias, antigos paradigmas conceituais, como a noção de “competência” (MANFREDI, 2002 p. 56).

Com isso, essas escolas profissionais podem estar, propagando um modelo de massificação tecnicista que corresponde a uma gestão por resultados, além das avaliações externas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Avaliação Permanente do Ceará (SPAECE). Associados diretamente a filosofia de ensino, pautados em resultados pertinentes a TESE, como modelo de gestão e o ciclo organizacional da educação profissional que envolve a qualidade do ensino, isso vivenciado pelos objetivos dessa filosofia de gestão, promovendo resultados, assim especificados:

Nela, a projeção dos resultados esperados e respectivos indicadores geram relatórios claros e objetivos, permitindo o acompanhamento por todos os parceiros internos e externos e, por conseguinte, a retroalimentação das informações necessárias para os ajustes e redirecionamentos no projeto escolar. (INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE, 2016, p. 6)

A questão não é que sejamos contra a melhoria da qualidade da educação, mas nem tudo que serve para uma boa gestão empresarial serve para uma boa gestão escolar. A realidade das empresas e a forma como se organizam são diferentes da forma como se organiza o trabalho na escola e a sua realidade, principalmente da escola pública.

As leis que regem empresas e escolas também são distintas, citando como exemplo, enquanto as empresas custeiam os seus funcionários através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a grande maioria dos funcionários da

escola (gestores, professores e alguns servidores) são vinculados ao regime estatutário, apesar do avanço dos processos de terceirização de servidores também na educação, outro ponto deve ser discutido criticamente, porém, que não é tema deste trabalho de pesquisa.

Retomando a abordagem sobre a TESE, cabe destacar a “teoria” que lhe serviu de base, a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), assim definida:

[...] como a arte de coordenar e integrar tecnologias específicas e educar pessoas. Educar significa criar um ambiente educacional onde todos, líder e liderados, sintam-se estimulados a aprender e a pôr em prática seus conhecimentos. Entenda-se como tecnologias específicas os diferentes saberes, as diversas áreas do conhecimento. No caso da escola, as diversas disciplinas e atividades de apoio. (INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE, 2016, p. 7-8)

Percebe-se neste conceito que até mesmo saberes, conhecimentos e disciplinas escolares “viram” tecnologias. No que diz respeito a criar um ambiente em que todos, líderes e liderados sintam-se estimulados, este propósito necessariamente passa, no caso da escola pública, por diversos fatores e principalmente por manter os professores estimulados, fato um tanto difícil diante das atuais condições de trabalho do professor do ensino público.

A educação de qualidade deve ser o negócio da escola - o que ocupa a mente de cada um dos seus integrantes, de acordo com suas áreas específicas; **deve gerar resultados** – satisfação da comunidade pelo desempenho dos educandos, educadores e gestores. Todos estão a serviço da comunidade e dos investidores [...]. (INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE, 2016, p. 8, grifo nosso)

Outro ponto a ser destacado é com relação ao produto do trabalho de empresas e escolas, empresas visam a produção de produtos e/ou serviços destinados ao mercado, tendo por fim a lucratividade, o crescimento econômico e a acumulação de capitais. Escolas prestam um serviço à sociedade e o seu produto, o ensino deve voltar-se para a construção da cidadania, para a formação do jovem enquanto ser humano.

Porém, certo é que a escola pública brasileira não vem sendo bem administrada, e, vem apresentando resultados insatisfatórios, necessitando assim de mudanças que contribuam para o seu melhor funcionamento. Entretanto, nenhuma nova proposta, seja ela empresarial ou não, tecnológica ou não, pode ignorar a

realidade social existente fora da escola e que de uma forma ou de outra irá interferir nos seus resultados.

Voltando a análise inicial, afirma-se que “A TESE exige uma verdadeira desconstrução de conceitos e paradigmas para **entender, aceitar e praticar** seus postulados. Portanto, ela é mais consciência do que um método de gestão.” (INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE, 2016, p. 8, grifo no original) Na análise da proposta pedagógica da TESE, de fato podemos encontrar elementos importantes para uma boa gestão de pessoas e relações interpessoais, como por exemplo, parcerias, a clareza nos propósitos e objetivos da instituição, ênfase na comunicação e na descentralização, além de se propor a educar pelo trabalho.

Assim sendo, é necessário constatar se de fato, esse quadro de desenvolvimento e harmonia é realidade nas nossas escolas profissionais ou a quem servem estes objetivos (interesses). De tal forma que apesar de apresentar e embasar-se em conceitos empresariais voltados para o funcionamento das organizações, alguns dos quais quase nada tem a ver com a educação pública e o funcionamento da escola, em diversas passagens é notório o esforço dos autores em incluir nas suas orientações ou diretrizes os conceitos educacionais, bem como os seus protagonistas (gestores, professores, alunos, pais, etc.).

Destacam-se na TESE documentos como o Plano de ação, Programa de Ação, Regimento Escolar, Plano de Curso, Proposta Pedagógica e Guia de Aprendizagem (Quadro 2), no referido quadro encontra-se uma descrição pormenorizada de cada um dos documentos, que em conjunto, compõe a TESE.

Porém, considerando a extensão de cada um destes documentos, no presente trabalho de pesquisa será destacada a importância do Plano de Ação, por conter os elementos necessários para uma visão de conjunto da TESE.

Sendo assim, o Plano de ação é o documento que estabelece as prioridades e estratégias para que a instituição ofereça um ensino de qualidade. Para isto faz-se necessário o reconhecimento das características a qual a comunidade escolar está inserida. A partir das perguntas “O que a comunidade espera? Quais as suas necessidades legítimas? Qual o negócio desta escola?”.

Portanto, estas questões fazem parte do planejamento inicial e tem por finalidade repensar a escola, a sua realidade, com intuito de construir um diagnóstico capaz de servir de base para um planejamento eficaz das suas metas.

Quadro 2 – Elementos constituintes da TESE

ELEMENTOS DA TESE	EXECUTORES	DESCRIÇÃO
PLANO DE AÇÃO	Toda a escola.	Deve ser criado um plano, definindo quais estratégias e qual o negócio e a proposta da escola.
PROGRAMA DE AÇÃO	Todos os professores.	Definição do passo a passo da execução das estratégias a serem seguidas por cada um que compõem o negócio – pois a escola funciona como uma empresa.
REGIMENTO ESCOLAR	Elaborados por todos organismos colegiados	Definição de normas por todos que compõem a escola afim de deixar o seu funcionamento integrado e com a garantia de que todos cumpriram com suas obrigações e amparados por um conjunto de normas internas.
PLANO DE CURSO	Elaborados pelos coordenadores de curso	Definido pelos coordenadores dos cursos técnicos, para supervisão dos alunos além de itens que envolvem a sua preparação para o campo de estágio e seu acompanhamento.
PROPOSTA PEDAGÓGICA	Toda a escola	Definido por todos através de uma única linguagem de comunicação para ter resultados positivos e que atendam às necessidades da escola e seus integrantes.
GUIA DE APRENDIZAGEM	Elaborados pelos professores.	Cada professor deve construir sua proposta de trabalho com base no contido em seu conteúdo programado.

FONTE: Elaboração do autor, (2019). Dados obtidos em: Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE). Disponível em: http://www.ccv.ufc.br/newpage/conc/seduc2010/seduc_prof/download/Manual_modelo_Gestao.pdf. Acesso em: 3 mar. 2016.

Neste sentido:

Repensar a escola implica um diagnóstico. É importante descrever o cenário atual ou real, isto é, a fase em que o Centro se encontra; aonde pretende chegar, ou seja, o cenário futuro ou ideal; que caminho deve seguir; como deve agir; que instrumentos utilizar, os indicadores, metas ou resultados esperados, os objetivos de longo prazo, a macroestrutura e atores responsáveis e seus papéis. (INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE, 2016, p. 17)

De fato, toda escola necessita adequar-se as características da comunidade a qual presta o seu serviço educacional, identificar as suas necessidades e das crianças e jovens que por ela serão atendidos.

Porém, cabe um enfoque na expressão “Qual o negócio da escola?”, anteriormente citada, que nos remete, sob um ponto de vista crítico ao viés tecnicista contido na TESE. Pois o termo negócio, apesar das suas variadas acepções, está associado necessariamente a um contexto econômico ou

empresarial. E como vimos discutindo, há diferenças consideráveis na forma e funcionamento de empresas e escolas.

Retomando a questão do Plano de Ação, este se apresenta como um “norte”, uma diretriz que guiará o trabalho de toda a equipe, sob a liderança do gestor. Dessa forma, cabe ao gestor coordenar as atividades, buscar o alcance dos objetivos (resultados) e educar pelo exemplo. Ainda conforme este documento, a execução do Plano de Ação, se bem conduzida:

[...] oportuniza o processo de formação das pessoas para atuarem de forma descentralizada, decidindo e assumindo riscos e sendo corresponsáveis pelas decisões tomadas em conjunto. Elaborar o Plano de Ação é estruturar caminhos para diminuir o hiato entre o Ser e o Dever Ser. É necessário traçar um roteiro com os pontos essenciais, permitindo a reflexão sobre cada um. (INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE, 2016, p. 17-18)

Conseqüentemente, um Plano de Ação bem elaborado deve conter os valores da instituição, sua visão de futuro, sua missão, premissas, objetivos, prioridades, resultados esperados, indicadores, estratégias, entre outros. Portanto, o Plano de Ação é sem dúvida um documento fundamental para uma efetiva aplicação da TESE nas escolas profissionais e se de fato posto em prática, trará resultados efetivos para a escola.

Portanto, uma análise sobre os pontos apresentados mais uma vez leva a perceber que a TESE consiste em um documento orientador construído a partir de premissas formuladas para o bom desempenho funcional de organizações empresariais e que foi reformulada para adequar-se à realidade escolar.

Não há como negar que a escola enquanto instituição educacional é também uma organização, e sendo assim, também precisa de planejamento, estratégias, metas, objetivos, liderança, gestão eficiente, etc. Porém, como dito anteriormente, a escola pública em particular, possui características próprias, particularidades, primeiramente por ser uma instituição de ensino, educacional, e segundo por ser pública, o que a distingue consideravelmente das organizações empresariais privadas, como por exemplo, aquela à qual a TESE tem seu fundamento.

Absorver bons princípios e valores da administração empresarial certamente vem a contribuir para o melhor funcionamento da escola e os seus resultados, porém, não é possível transformar a escola em uma fábrica ou uma empresa.

Sendo assim, percebe-se que os modelos de gestão empresarial na escola tentam ocultar a realidade a sua volta, de crise econômica (desemprego, exclusão social), política (corrupção, ingerência do dinheiro público), social (crise de valores éticos) que afetam famílias. É como se escola pudesse resolver tudo sozinha, e assim exigem da escola um trabalho que “ignore” esta realidade, e dê resultados, a qualquer preço. Desta forma, somente a aplicação prática dos princípios da TESE nas EEEPs podem dizer se de fato estes princípios funcionam efetivamente para os seus propósitos educacionais.

2.5.2 A vivência da TESE na percepção docente

Os seis anos de vivência na Educação Profissional como docente do eixo de disciplinas da base comum, na disciplina de Geografia e também da parte diversificada do currículo na disciplina de Empreendedorismo, possibilitaram uma aproximação e uma experiência muito importante para uma maior compreensão sobre a educação profissional no nosso estado.

Essa vivência nos leva a crer que estamos diante de um modelo de educação tratada como mercadoria e permeada de interesses que são planejados e projetados para dar resultados principalmente econômicos.

E a partir daí, compreender os mecanismos produzidos por um sistema que oferta educação pública profissional como garantia constitucional e direito do cidadão e ao mesmo tempo alia-se a interesses políticos e econômicos, que necessitam dar uma resposta imediata para satisfazer a tais interesses, como por exemplo, uma mão de obra especializada e “preparada”.

Nas escolas profissionais a aplicação da TESE representa uma nova roupagem na relação escola - aluno - mercado de trabalho, onde a escola torna-se uma espécie de empresa e os resultados, a aprendizagem medida como se fosse o lucro. Logo, constata-se que a educação focada nos resultados externos, que muito exige dos docentes e pouco lhe dá em termos de apoio e suporte, coloca gestores, docentes e discentes dentro de um mesmo contexto de interesses de cunho principalmente político e econômico.

Dentro da vivência na TESE, nas EEEP, cultiva-se uma série de conceitos fundamentais, e dentro dessa dinâmica empresarial trabalha-se com os discentes dando uma formação em tempo integral com uma habilitação técnica caracterizada

com um currículo inicial comum a todos os cursos. Dentro dessa preparação profissionalizante, insere-se ainda as disciplinas de Empreendedorismo, Projeto de Vida e Mundo do Trabalho e Formação para a cidadania (Apêndice A).

Estas disciplinas são ofertadas no currículo e elaboradas pelos parceiros vinculados a SEDUC, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)¹⁶, o Instituto Aliança (IA)¹⁷, Fundação Odebrecht¹⁸ e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)¹⁹, que uniram esforços para contribuir com a promoção de mudanças culturais e estruturais na região nordeste do Brasil, a fim de melhorar os indicadores educacionais. No Ceará o Instituto Aliança (IA), atua nas Escolas de Educação Profissional (EEEP), com a disciplina de Núcleo de Trabalho, Pesquisas e Práticas Sociais (NTPPS).

2.5.3 As EEEPs e o Plano Nacional de Educação – PNE

Retomando a discussão sobre educação pública, a escola não deve ser uma instituição preparada apenas para ensinar conteúdos técnicos ou científicos de maneira mecânica ou impositiva. Cabe à escola, além da transmissão do conhecimento historicamente construído, construir também sólidas noções de cidadania, além de ter de despertar o senso crítico e participativo dos seus alunos.

[...] a escola como uma instituição cujo papel central é a socialização do conhecimento historicamente elaborado e acumulado pela humanidade, ou seja, temos definido como seu objetivo principal a transmissão-assimilação do saber sistematizado, o que significa definir como atividade nuclear da escola o ensino e a aprendizagem dos conteúdos escolares historicamente construídos e definidos. (SALA, 2010, p. 84)

¹⁶ O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada sem fins lucrativos. É um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país. Desde 1972, trabalha para estimular o empreendedorismo e possibilitar a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos. Acesso em: 1 julho 2019.

¹⁷ Fundado em 1998, surgiu da parceria entre a Fundação Kellogg e o Instituto Ayrton Senna. Disponível em: <http://www.institutoalianca.org.br/>. Acesso em: 1 julho 2019.

¹⁸ Instituição privada, sem fins lucrativos, criada por Norberto Odebrecht em 1965 e mantida pela Odebrecht S.A., a Fundação Odebrecht é uma das fundações empresariais mais antigas do Brasil. Tem como missão "Educar para vida, pelo trabalho, para valores e superação de limites". Disponível em: <https://www.odebrecht.com/pt-br/sustentabilidade/iniciativas/fundacao-odebrecht>. Acesso em: 1 julho 2019.

¹⁹ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma empresa pública federal, cujo principal objetivo é o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Nacional_de_Desenvolvimento_Econ%C3%B4mico_e_Social. Acesso em: 1 julho 2019.

No que concerne as escolas profissionais do estado do Ceará, essas encontram-se assentadas em um conjunto de ações que envolvem parcerias e projeto diversos, voltados para a preparação do aluno. Desta forma, há parcerias com sindicatos, indústrias, empresas e associações, fato que demonstra a preocupação com o fim a que se propõe, ou seja, a inserção do jovem no mercado de trabalho. Nestas escolas profissionais, algumas com estrutura física bastante ampla e moderna²⁰, diversos projetos estão sendo desenvolvidos, destacando-se resumidamente:

Projeto e-jovem – voltado para a preparação dos jovens para o mercado da área da comunicação e informação;

Círculo de leitura – foco na leitura (formação de leitores);

Mini Empresa – foco no empreendedorismo, visa proporcionar ao jovem uma experiência prática em economia e negócios, organização e preparação de uma empresa;

Curso de Alemão – aprendizagem da língua alemã para a realização de intercâmbios com a Alemanha e possível empregabilidade naquele país, projeto este localizado apenas em algumas escolas, porém, com resultados obtidos;

Programa Cidadania – Trabalho, justiça e cidadania. Através deste projeto discute-se temas como cidadania, ética, direitos humanos e tecnologia da informação;

Programa Com.Domínio Digital – parceria com o Instituto Aliança, volta-se para a capacitação para o mundo do trabalho, formação cidadã e tecnologia da informação;

Entre estes ainda, pode-se citar o Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT) e o PRONATEC.

Desta forma, o conjunto de parcerias e projetos desenvolvidos demonstra que a preocupação não é apenas com os conhecimentos técnicos, mas com uma formação voltada também para a cidadania e que garanta ainda a continuidade dos estudos no ensino superior, se assim desejar e esforçar-se o aluno da escola profissional. Como afirmam Caires e Oliveira (2016, p. 186):

²⁰ Este ano de 2019, das 122 escolas profissionais existentes no estado, 80 delas apresentam padrão MEC, ou seja, estrutura moderna e ampla. (CEARÁ, 2019)

Atualmente, a Educação Profissional vem, ao que tudo indica, procurando promover, cada vez mais, um ensino de qualidade, tendo em vista o resgate da oferta do Ensino Integrado, que viabiliza a concretização de uma educação focada no caráter humanista, científico e tecnológico, direcionada para a formação ética, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento sustentável do país.

Além disso, oportuno se faz destacar ainda que os bons resultados esperados e “exigidos” por governos e empresas por parte da escola passa necessariamente pela valorização dos profissionais do magistério (principalmente os professores). Conforme o disposto no Plano Nacional de Educação PNE (2014-2024) meta 17, ocorrerá de forma mais intensa a valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, uma vez que, esta meta possa ser atingida até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

[...] A melhoria da educação e, conseqüentemente, dos índices educacionais e das taxas de escolarização da população e o desenvolvimento social e econômico do País estão relacionados, entre outros, à valorização dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica. (PNE 2014-2024, p. 287)

Assim, o atual PNE contemplou nas suas metas este aspecto fundamental para a melhoria do ensino público, a formação e melhores condições de trabalho para os professores e demais servidores da rede pública de ensino. Mas o que ainda se vê na prática é uma carência muito grande neste sentido, as condições salariais atuais exigem que o professor assuma cargas horárias de trabalho excessivas, e não há formações continuadas com regularidade e nem capazes de atingir o conjunto dos servidores da educação.

Estamos chegando ao sexto ano de vigência deste PNE diante de uma proposta de reforma da previdência que irá afetar a todos os trabalhadores, inclusive os professores da rede pública, negativamente, piorando as suas condições de trabalho.

Nas escolas de Educação Profissional o que reza a legislação é uma valorização que tem ganhado força com adequações de programas e ações voltados à melhoria da qualidade da educação, que permitam o acesso, permanência e melhoria da aprendizagem dos estudantes, com destaque para a formação do professor e sua valorização para o desenvolvimento dos profissionais do magistério. Neste sentido, segue o mesmo raciocínio, nem tudo o que está posto na lei acontece na prática.

Considerando a qualidade da formação e preparação do professor um fator fundamental para a boa qualidade do ensino, se faz oportuno destacar a forma como as escolas profissionais selecionam o seu corpo docente.

Para ingressar em uma EEEP, os professores precisam se submeter a uma seleção específica para esse fim, sendo lotados com uma carga horária de 40h, conforme a Lei Estadual nº 15.181, de 28 de junho de 2012, em seu art. 2º, que estabelece: “as Escolas Estaduais de Educação Profissionais (EEEP) terão corpo docente especializado e jornada de trabalho integral”.

Esse pode ser considerado um aspecto positivo, pois assim o professor poderá dedicar-se mais exclusivamente a escola profissional e não ter que dividir as suas atividades docentes em mais de uma instituição. Porém, para isto é necessário que os vencimentos que receba sejam suficientes para a sua sobrevivência.

A seleção para lotação dos professores é organizada pelas CREDEs e pelas Superintendências Estaduais das Escolas de Fortaleza (SEFOR), ou pelas próprias escolas. Os componentes curriculares da parte diversificada são as disciplinas: Projeto de Vida, Empreendedorismo e Mundo do Trabalho, Formação para cidadania e Desenvolvimento de competências socioemocionais. As formações continuadas são organizadas diretamente pela SEDUC ou em parceria com outras instituições. (CEARÁ, 2019)

Os professores da base técnica são contratados pelo regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), via Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), por meio de edital de seleção pública. Isso é possível devido ao contrato de gestão entre SEDUC/CENTEC.

Esses professores são contratados como horistas, com carga horária máxima de 44h semanais (o que inclui as horas de efetiva regência de classe e planejamento). Conforme Vieira (2016) não há diferença considerável entre um empregado mensalista e um horista. Apenas se diferenciando com relação a forma remuneratória, porém, as regras trabalhistas são iguais para ambos os casos, tendo o trabalhador horista os seus direitos assegurados por lei.

Com relação à lotação de professores da base técnica, esta exige ação conjunta de diferentes agentes, cada um com seu papel bem definido: EEEP – SEDUC (COEDP) – CREDE/SEFOR.

O Quadro 3 mostra a quantidade de professores da base técnica por escola pesquisada, bem como a sua formação acadêmica e profissional.

Quadro 3 – Professores da base técnica – quantidade e formação acadêmica

	Quantidade de profs. da base técnica	Formação	Atuam na área em outra atividade não docente
Escola A	08 docentes	1 – Bacharel em Enfermagem (08) 2 – Pós –graduação (08) 3 – Tem algum Curso de Licenciatura (01) 4 – Tem curso de Mestrado (00)	06 docentes
Escola B	09 docentes	1 – Bacharel em Enfermagem (09) 2 – Pós –graduação (06) 3 – Tem algum Curso de Licenciatura (00) 4 – Tem curso de Mestrado (00)	08 docentes
Escola C	09 docentes	1 – Bacharel em Enfermagem (09) 2 – Pós –graduação (09) 3 – Tem algum Curso de Licenciatura (01) 4 – Tem curso de Mestrado (01)	07 docentes

Fonte: Elaboração do autor (2019). Dados coletados através da pesquisa nas escolas.

As ETECs têm um quantitativo limite de professores, de acordo com o número de turmas existentes. Estes devem ter sua carga horária distribuída entre os 13 componentes curriculares que compõem a base nacional comum, os componentes curriculares da parte diversificada e das disciplinas técnicas específicas para cada curso. (CEARÁ, 2019)

Ainda com relação à questão da formação e qualificação do professor é necessário destacar que em se tratando das modalidades de educação em tempo integral e profissionalizante, este aspecto torna-se ainda mais importante. Nas escolas de tempo integral e profissionalizante os professores convivem o dia inteiro com os alunos, enfrentam os seus problemas e dificuldades cotidianamente, compartilhando vitórias e dificuldades, o que torna ainda mais importante uma boa qualificação profissional e o seu preparo constante através das formações continuadas. Desta forma, além da competência técnica o desenvolvimento de habilidades socioemocionais torna-se fundamental.

Retomando a questão do atual Plano Nacional de Educação (PNE), conforme Caires e Oliveira (2016, p. 180) o atual PNE, lei nº 13.005/14 “[...] estabeleceu 20 metas e 254 estratégias para o desenvolvimento da educação brasileira.” A serem

executadas no decorrer do decênio 2014-2024, medidas estas que exigem a ampliação dos investimentos públicos em educação, “[...] de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, no 5º ano de vigência dessa lei e, o equivalente a 10% do PIB, ao final dos 10 anos.”

A esse respeito, é animador o fato de PNE ter dado grande destaque e importância à educação profissional do país, incluindo-a entre diversas metas a serem alcançadas e estratégias a serem desenvolvidas. O aspecto a ser apontado como negativo no atual contexto é aquele em que ao mesmo tempo em que se tem uma lei que visa assegurar grandes investimentos na educação pública, vivemos um período político de reformas (trabalhista, da previdência, etc.) que ameaçam os direitos dos trabalhadores e visam racionalizar, ou em outras palavras “cortar” gastos com a educação pública.

Porém, diante da atual realidade, cabe aqui destacar os principais pontos do atual PNE que dizem respeito à educação profissional, tema do presente trabalho de pesquisa. A começar pela meta 3, no seu subtópico 3.7, que assim se apresenta: “[...] fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência; [...] (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 181)

Dessa forma vê-se o alinhamento deste Plano Nacional de Educação com a atual LDB, que estabelece no seu art. 40, a articulação da educação profissional com o ensino regular, diretriz que vem sendo adotado no estado do Ceará, como vimos, desde 2008, através das escolas profissionais de Ensino Médio.

Outro aspecto a ser destacado no referido PNE é uma proposta de educação profissional inclusiva, que respeite as particularidades dos povos, sejam indígenas, quilombolas e as pessoas com deficiência. Porém, sabemos que de fato as escolas brasileiras ainda não são inclusivas, e de modo especial, as escolas profissionalizantes, que ainda não se “abriram” para discutir a possibilidade e a forma de incluir a diversidade de jovens naturalmente presentes na sociedade.

A Meta 9, do atual PNE, que propõe “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.” (BRASIL, 2014, p. 159)

Percebe-se que algumas destas metas, apesar de não contemplarem diretamente a educação profissional, de uma forma ou de outra relaciona-se com ela, pois refere-se a um público em idade escolar de Ensino Médio, e a expansão da rede de escolas estaduais de educação profissional de ensino médio pode contribuir significativamente para o alcance destas metas.

Destaca-se ainda a Meta 10, que propõe “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.” (BRASIL, 2014, p. 159) E na sequência, apresenta a Meta 11, que propõe “Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica (EPT) de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público”. (BRASIL, 2014, p. 187)

Pois, é notória a importância dada pelo atual PNE à educação profissional, como área estratégica do ensino, direito a educação para o trabalhador e seus filhos, e, além disso, propõe que este ensino se desenvolva prioritariamente em instituições públicas, o que é sem dúvida, um avanço e fator de mudança. Como expõe Caires e Oliveira (2016, p. 182):

Diferentemente do PNE 2001-2010, o plano vigente inclui uma meta voltada para o financiamento educacional e, especificamente, no caso da Educação Profissional, não são priorizadas parcerias com a iniciativa privada, dando maior ênfase à sua oferta pública, gratuita e de qualidade, visando promover a superação da histórica dualidade educacional, por meio da articulação entre a formação geral e a formação profissionalizante.

Do exposto pelos autores, pode-se inferir algumas conclusões. De fato, apoiar e fomentar uma educação profissional vinculada a uma educação pública, gratuita e de qualidade é sem dúvida bastante positivo, dever do estado para com os seus cidadãos. Além disso, ofertar uma educação profissional integrada, que contemple uma base comum e outra técnica, oportunizando aos alunos a escolha do caminho a seguir, ingressar no mercado de trabalho ou na universidade, é sem dúvida, outro aspecto positivo, como afirmam ainda Caires e Oliveira (2016, p. 183):

Aumentar a oferta da educação para os trabalhadores é uma ação urgente, mas para que seja garantida sua qualidade faz-se necessário que essa oferta tenha por base os princípios e a compreensão de educação unitária e universal, destinada à superação da dualidade entre as culturas geral e técnica.

Por fim, de fato é possível constatar importantes avanços na educação profissional no Brasil nos últimos anos, como a ampliação da rede de escolas profissionais, inclusive dos cursos técnicos e tecnológicos de nível superior, a expansão dessa rede para o interior, uma considerável melhoria da qualidade, deixando o foco estritamente técnico para uma formação mais geral, entre outros aspectos positivos.

Contudo, ainda temos muito que avançar, diante do atual estágio tecnológico e das exigências do mercado de trabalho, realidade que faz com que muitos jovens egressos do ensino profissional no Brasil não consigam ingressar neste mercado.

2.6 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ – DADOS PRELIMINARES

Nesta parte, serão apresentados tabelas e gráficos que reafirmam a evolução e o crescimento dos números da educação profissional no estado do Ceará, bem como uma análise desses números relacionando-os com os propósitos desta pesquisa.

A Tabela 1 apresenta os dados da evolução do número de matrículas entre os anos de 2008 e 2017. Este considerável crescimento é decorrente de uma oferta a cada ano maior de vagas em todo o estado do Ceará. Estas escolas tornaram-se um atrativo aos jovens cearenses de diversas classes sociais, por apresentarem boa estrutura física (muitas foram construídas recentemente) com padrão moderno de construção, corpo docente selecionado e, além disso, a oferta de cursos profissionalizantes.

Tabela 1 - Alunos matriculados, por série e ano, nas Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará, no período de 2008 até 2017.

Série/Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	4.181	11.579	18.677	23.370	28.715	35.928	39.765	43.280	48.741	49.741

Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Educação Profissional/Sistema de Gestão Escolar – Data-base Censo Escolar. Adaptado pelos autores, (2019).

Com uma oferta a cada ano maior de vagas nas escolas profissionais do estado, a tendência vem sendo de grande crescimento das matrículas nos cursos

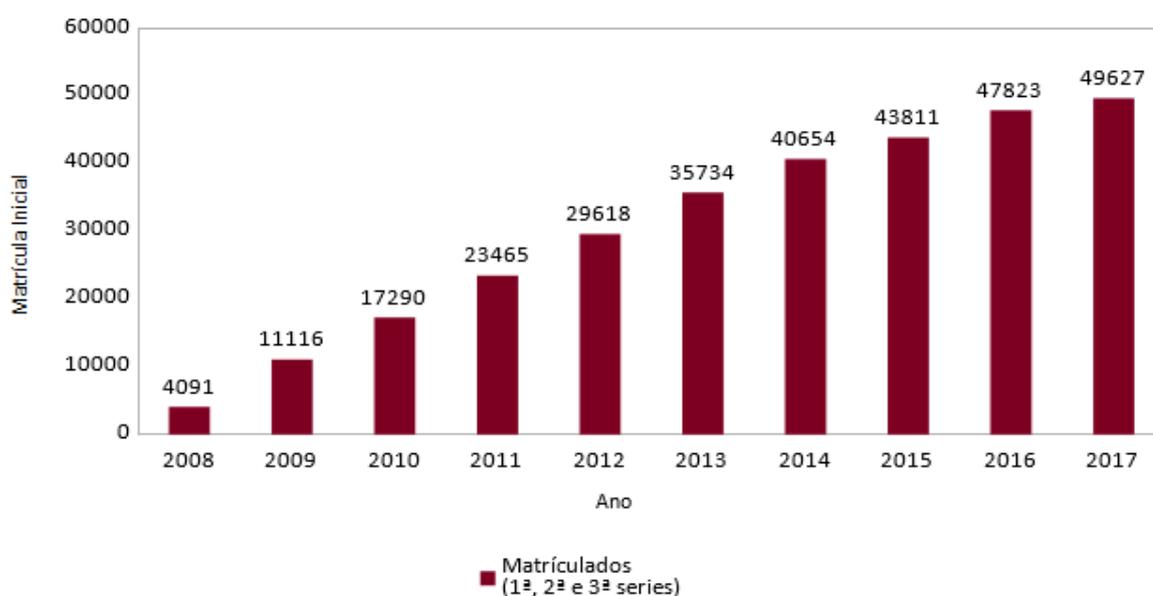
técnicos, de tal forma que em 2018, aproximadamente 12% dos alunos do Ensino Médio encontravam-se matriculados nas escolas de educação profissional, o que representa um total de 52.571 alunos, conforme indica a oferta de matrícula.

Os grandes beneficiários desse projeto são os estudantes, que ano a ano vêm sendo contemplados com a ampliação do acesso. E como resultado destes números, até 2017, 75.719 alunos concluíram a formação técnica nas escolas de educação profissional do Estado. (CEARÁ, 2019)

O Gráfico 1 - ilustra a evolução das matrículas nos cursos técnicos no período de 2008 a 2017, neste gráfico é possível visualizar o grande crescimento destas matrículas após praticamente uma década de implantação das ETECs no estado. São números com crescimento constante ano a ano, refletindo assim a maior oferta de matrículas, de escolas e cursos no âmbito do estado. O que leva a crer que um número também cada vez maior de jovens egressos dessas escolas esteja sendo inseridos no mercado de trabalho.

Gráfico 1 – Evolução das matrículas nos cursos técnicos do estado entre 2008 e 2017.

Evolução do número de alunos matriculados nos cursos técnicos, no Estado do Ceará, no período de 2008 à 2017



Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Educação Profissional/Sistema de Gestão Escolar – Data-base Censo Escolar.

Diante desses números cabe indagar qual tem sido o destino desses jovens, estão de fato ingressando no mercado de trabalho? Estaria, boa parte deles, indo para as universidades (ensino superior)? Ou ainda tomando os dois caminhos ao mesmo tempo, ou seja, trabalhando e prosseguindo nos estudos universitários?

Para uma análise mais coerente dessa questão deve-se levar em consideração ainda o crescimento das oportunidades para se ingressar no ensino superior nos últimos anos, através dos diversos programas públicos de acesso à universidade.

Outro fator que vem contribuindo para o acesso à universidade na nossa região é o grande crescimento de instituições de ensino superior públicas e privadas na região, de forma que apenas o município de Juazeiro do Norte já pode ser considerado um centro universitário de importância no estado, juntamente com o município do Crato. Pesquisas informam que o polo universitário de Juazeiro do Norte já conta com mais de dez instituições de ensino superior, entre públicas e privadas²¹.

Diante desse quadro, podemos levantar as seguintes hipóteses:

- 1) Boa parte desses alunos está de fato ingressando no mercado de trabalho;
- 2) A maioria desses alunos está ingressando no ensino superior; e uma parte menor, no mercado de trabalho;
- 3) Boa parte desses alunos está ingressando no mercado de trabalho, porém, não estão atuando na sua área de formação;
- 4) A maioria desses alunos está ingressando no ensino superior e no mercado de trabalho, conciliando as duas atividades;
- 5) Boa parte desses alunos está ingressando no ensino superior e não está indo para o mercado de trabalho.

Diante disso, são inúmeras situações que podem ser vivenciadas por um jovem que conclui um curso técnico de nível médio, diante de um mercado de empregos extremamente concorrido, pautado numa lógica capitalista. Esta experiência começa a ser vivenciado logo nos períodos finais do ensino médio profissionalizante, quando precisam cumprir a disciplina de estágio (Lei Federal nº

²¹ Dados disponíveis em: <http://www.juazeiro.ce.gov.br/Cidade/Polo-academico/>. Acesso em: 3 abr. 2018.

11.788/08). Assim surgem novos desafios, esses alunos cumprirão uma disciplina de estágio em uma empresa ao qual serão destinados.

Esta é uma etapa muito importante da formação profissional, em que o aluno deverá demonstrar todo o seu aprendizado e profissionalismo, num mercado bastante concorrido. Após este período, ele poderá ser contratado passando assim a fazer parte do quadro funcional da empresa onde realizou a sua prática de estágio. Caso contrário, deve ser dispensado por não ter logrado êxito ou por não ser de interesse da empresa.

Uma vez que, para a empresa esse aluno não representou nenhuma despesa, já que esse discente é de responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), responsável pelo custeio do mesmo no período de estágio. Por fim, o estágio é uma forma tornar o Programa de Educação Profissional do Estado conhecido no mercado, facilitando assim, o ingresso do aluno neste mercado.

3 A REALIDADE, AS PERSPECTIVAS E AS POSSIBILIDADES PARA O JOVEM DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ

No presente capítulo apresenta-se a pesquisa de campo e a metodologia utilizada na pesquisa, que foi desenvolvida em três escolas profissionais da região (Localizadas através do Mapa 3), mais especificamente nos municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, tendo sido selecionadas uma escola profissional em cada município.

Mapa 3 – Localização geográfica das escolas pesquisadas



Fonte: Google Earth. Marcação de pontos e localização.
Disponível em: <https://earth.google.com/web/>. Acesso em: 16 maio 2019.

Antes da apresentação dos dados da pesquisa de campo, por sua vez, será apresentada a metodologia e uma apresentação e análise de dados obtidos através do *site* oficial da Secretaria da Educação do Estado (SEDUC) como uma forma embasar mais ainda a pesquisa e confrontar estes dados com os obtidos em campo (escolas).

Como em todo o país, a relação entre educação e trabalho no estado do Ceará age a fim de cumprir as necessidades das relações entre economia e política e priorizam os meios educacionais para conduzir a esse caminho, sendo assim, o governo investe na indústria e no comércio, que por sua vez precisa de mão de obra qualificada, o que exige ações também no campo educacional, notadamente na educação profissional.

Com isso, muitas ações no campo da educação profissional originam-se nas necessidades do mercado e nos interesses políticos do governo. Porém, boa parte da classe estudantil e trabalhadora cearense ainda não despertou para essa questão e aceita as propostas educacionais impostas pelo governo de forma muitas vezes passiva, sem criticar e buscar mudanças que de fato atendam aos seus interesses.

O próprio poder público, ao ofertar concursos públicos, segue uma tendência de rebaixamento dos salários, mesmo daqueles cargos que exigem cursos técnicos de nível médio ou superior, bem como as vagas para o magistério, que são cada vez mais escassas, concorridas e com oferta de salários mais reduzidos.

Portanto, a educação profissional no estado do Ceará segue a tendência história implantada no Brasil, desde o início do século XX, de atender as necessidades do mercado, ofertando cursos conforme as suas necessidades e exigências.

Porém, atualmente, a realidade em que se depara o jovem que busca trabalho ou um emprego é a de um mercado extremamente concorrido, com condições salariais mínimas e muitas vezes sem a garantia da permanência no trabalho (terceirização, contratos temporários, etc.), situação a que muitos se submetem por medo de perder a sua vaga diante de uma realidade de desemprego crescente no país.

Por isso, é necessário que haja uma interpretação crítica destas iniciativas governamentais voltadas para a educação profissional no Brasil e no estado do Ceará, pois não podemos deixar de considerar que a realidade ainda é sofrida e precária de boa parte da população cearense, que sofrem com escassez e várias outras formas de violência, e tudo isso, reflete-se nos alunos e nas escolas, sejam elas profissionalizantes ou não.

Sendo assim, torna-se importante que a sociedade e de modo especial os próprios jovens que ingressam na educação profissional tenham esse “olhar crítico” sobre a realidade, compreendendo que a educação profissional que lhe é ofertada não é a garantia do emprego, pois o sistema econômico e político, apoiado pelo próprio governo, o capitalismo, é um sistema excludente, que se antes dependia de um excedente de mão de obra para impor as regras do mercado aos trabalhadores, hoje busca a substituição da mão de obra humana pela aplicação da tecnologia nos

processos produtivos, o que vem provocando grandes transformações no mercado de trabalho atual.

Diante do exposto, cabe uma reflexão crítica no sentido de pensar se esta educação profissional não irá tirar a oportunidade do estudante, filho do trabalhador, de fazer um curso superior e assim, melhorar as suas condições de vida e de trabalho. Pois a educação profissional pode também ser entendida e apoiada pelo governo como uma forma de diminuir as pressões sobre as universidades, principalmente por parte das camadas mais humildes da sociedade.

3.1 METODOLOGIA

Para que pudesse alcançar os objetivos a que se propôs, o presente trabalho de pesquisa foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Neste sentido, afirma Andrade (2010, p. 109):

Pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos.

Sendo assim, as etapas da pesquisa seguiram um planejamento prévio e sistemático buscando adequar-se aos objetivos propostos, a pesquisa bibliográfica buscou resgatar autores que abordam em suas obras assuntos relacionados à temática central dessa pesquisa, tais como a questão do trabalho e da educação, sua relação com os sistemas produtivos, sistema capitalista, neoliberalismo e sua influência sobre a educação, educação profissional, entre outros. Desta forma, a pesquisa bibliográfica teve por base as obras de autores como: Antunes (2017) Fonseca (2017), Frigotto (2013), Kuenzer (2002), Santos (2017), Saviani (2002), entre outros.

A pesquisa documental deu-se a partir do estudo e análise de documentos como o Manual Operacional Modelo de Gestão Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas selecionadas, além do destaque para leis e decretos concernentes a educação profissional no estado do Ceará.

Nesse sentido, Pádua (2000, p. 65) caracteriza a pesquisa documental como “[...] aquela realizada a partir documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não-fraudados).” Destaca ainda que este

tipo de pesquisa tem sido bastante utilizada no campo das ciências sociais, em que se pode utilizar fontes primárias (documentos propriamente ditos), ou fontes secundárias, como dados estatísticos elaborados por instituições de procedência confiável, e que no caso da presente pesquisa, utilizou-se ainda dados da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), através do seu *site* oficial.

E, a pesquisa de campo foi desenvolvida em três escolas estaduais de ensino médio, localizadas nos municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, uma em cada município, tendo como objetivo a obtenção de dados numéricos ou estatísticos referentes aos alunos egressos das EEEPs, sua inserção no mercado de trabalho, na universidade, etc. Realizou-se ainda visitas às Coordenadorias Regionais de Educação de Juazeiro do Norte e Crato, respectivamente, CREDEs 19 e 18, com o objetivo de coletar dados estatísticos condensados das escolas envolvidas na pesquisa.

Para a consecução desta pesquisa fez-se necessário ainda conhecer os programas e estratégias de inserção desses jovens no mercado de trabalho pelas EEEPs, para pôr fim buscar compreender as possíveis causas da não inserção desses ex-alunos no mercado de trabalho.

A delimitação do campo de pesquisa restringindo-se a três escolas da região, sendo estas: EEEP Virgílio Távora (Crato), EEEP Aderson Borges de Carvalho (Juazeiro do Norte), EEEP Otília Correia Saraiva (Barbalha) e deu-se em virtude de ambas as escolas ofertarem o mesmo curso técnico, sendo este o Curso Técnico Profissionalizante em Enfermagem.

Posteriormente, após a coleta de dados referentes a este curso nas três escolas, percebeu-se a necessidade de buscar dados comparativos de outros cursos também em funcionamento nestas escolas no ano de 2018 (ano de conclusão das turmas pesquisadas), sendo estes os Cursos Técnicos em Rede de Computadores, Técnico em Administração e Técnico em Informática.

Sendo assim, analisar alunos egressos de um mesmo curso, porém, de municípios diferentes pode nos dar uma ideia mais clara da realidade destes alunos ao concluírem os seus cursos e buscarem uma vaga no mercado de trabalho.

Pois, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e analítica, pois segundo Andrade (2010, p. 112), “Neste tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles.” Isto significa que o fenômeno é estudado e analisado pelo

pesquisador, que por sua vez, não busca alterá-lo, mas apenas compreendê-lo.

Então, os dados e informações coletados na pesquisa, nas suas dimensões bibliográfica, documental e de campo serviram de base para uma análise mais aprofundada do problema proposto. Os dados da pesquisa de campo foram descritos, sistematizados e organizados também em forma de gráficos, tabelas, quadros e organogramas a fim de apresentar uma análise mais objetiva e didática dos mesmos.

Além disso, como uma forma de melhor definir e compreender a importância deste estudo no meio acadêmico e científico, buscou-se a compreensão do que Messina (1988, p.1) define como Estado da Arte (EA):

[...] “um mapa que nos permite continuar caminhando” a sua definição indica as possibilidades que o Estado da Arte permite ao pesquisador organizar de maneira inteligível, sistematizado e contínuo “discursos que em um primeiro exame se apresentam descontínuos e contraditórios. Em um estado da arte está presente a possibilidade de contribuir com a teoria e prática do que está se pesquisando.”

O EA constitui-se em uma rica fonte de pesquisa que decisivamente ajudou a compreender a importância deste trabalho e a clarificar o caminho metodológico adotado, ao ser realizado o diagnóstico da pesquisa em meio a quantidade de produções teóricas acerca da educação profissional no Brasil.

Nessa mesma perspectiva, cabe destacar a importância do Estado da Questão (EQ), como bem define Nóbrega-Therrien e Therrien (2010, p. 2), ao apontar os seus objetivos.

[...] levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance. Trata-se do momento por excelência que resulta na definição do objeto específico da investigação, dos objetivos da pesquisa, em suma da delimitação do problema específico de pesquisa.

Diante disso, pode-se afirmar que tanto o Estado da Arte (EA) quanto o Estado da Questão (EQ) apresentam-se como recursos valiosos para a análise ou autoanálise de um trabalho de pesquisa em nível de pós-graduação, especialmente em programas de mestrado e doutorado, ao passo que possibilita conhecer mais de perto a forma como está sendo abordados os conceitos e as temáticas fundamentais da área pesquisa.

No caso específico da presente pesquisa, foi realizada uma busca no catálogo de dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (CAPES) acerca das produções científicas sobre educação profissional nos últimos 5 (cinco) anos, para que pudesse ser possível identificar algumas particularidades e especificidades da presente pesquisa, possibilitando assim uma melhor compreensão da sua importância no meio científico e acadêmico.

O filtro utilizado na busca do EQ deu-se na sequência: dissertações, período de 2014-2018, seguindo-se de uma busca entre os temas, Região Metropolitana do Cariri (RMC), mercado de trabalho e educação profissional, área de atuação na educação, assim como a área de avaliação e a subárea de concentração, também na educação profissional. Porém, nenhum resultado apresentou uma proximidade com o tema pesquisado, ou seja, inserção de jovens no mercado de trabalho na Região do Cariri a partir das escolas profissionalizantes.

Este resultado é indicativo da dificuldade de se desenvolver o estudo da questão do referido tema, porém, é também indicativo do caráter inédito de tal pesquisa no meio científico e acadêmico.

Os dados obtidos foram organizados basicamente por ano de publicação e temas estudados, apresentando-se na Tabela 2.

Tabela 2 – Dissertações sobre Educação Profissional no Brasil

Ano	Dissertações: Educação Profissional no Brasil	Dissertações: Educação Profissional no Ceará	Dissertações: Educação profissional e Juventude	Dissertações: Mercado de trabalho e juventude	Dissertações: Educação Profissional no Cariri
2014	8035	2541	1373	976	-
2015	8823	2658	1426	921	-
2016	9406	2862	1409	982	-
2017	9772	2959	1402	897	-
2018	9921	2853	1355	974	-
Total	45957	13873	5556	3768	

Fonte: Elaboração do autor com base no Catálogo de teses e Dissertações da Capes, (2019).

Portanto, os dados da Tabela 2 demonstram que em se tratando da temática *Inserção dos jovens no mercado de trabalho na Região Metropolitana do Cariri*, essas produções não foram localizadas na busca, evidenciando a ausência de dissertações e pesquisas que contemplem o recorte de um estudo sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho a partir das escolas estaduais de educação profissional da região.

Com isso, todas as ações desenvolvidas foram importantes e decisivas para encontrar o caminho metodológico a seguir e atingir os objetivos propostos, dar mais rigor aos dados da pesquisa e conseqüentemente tornar o trabalho com características particulares. E assim, buscou-se apresentar dados que reflitam a realidade destes alunos egressos das escolas estaduais profissionais, como uma forma de contribuir para um conhecimento mais claro e objetivo de tal realidade.

3.2 DADOS E RESULTADOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ – LEVANTAMENTO DE DADOS NO SITE SEDUC – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Em consulta prévia ao *site* oficial da Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC, e mais precisamente na área de dados da Educação Profissional foi possível a observação e análise de diversos dados concernentes às escolas profissionais de ensino médio do estado, as EEEPs. Neste *site* há um considerável volume de informações, apresentados através de quadros, tabelas, gráficos e outros, sendo alguns deles aqui destacadas.

Referindo-se a forma de elaboração de dados de pesquisa, Conforme Andrade (2010, p. 139) “A representação dos dados obtidos faz-se, principalmente, por meio de tabelas e gráficos, isto é, os dados são submetidos a um tratamento estatístico.”

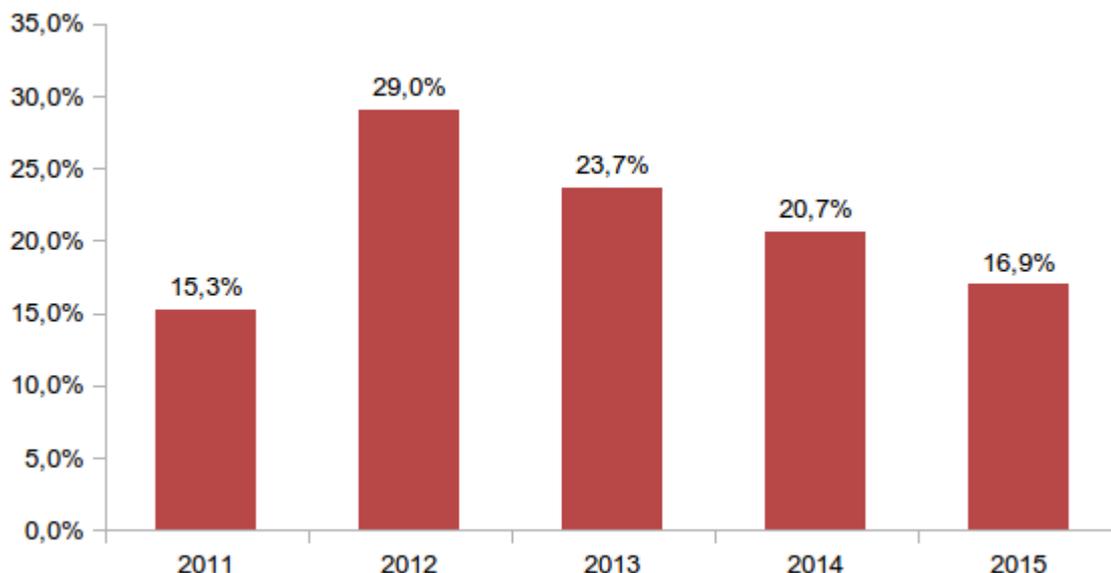
Na consulta aos indicadores da educação profissional no estado, foi possível encontrar dados que interessam a pesquisa, como aqueles que apresentam o percentual de egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional no mercado de trabalho, tanto em termos percentuais como absoluto, dados da inserção destes jovens no mercado de trabalho, além de gráficos que expõe um comparativo entre estas duas realidades.

Porém, como adverte Andrade (2010, p. 139), “Nunca é demais lembrar que os dados não apresentam importância em si mesmos; a relevância está no fato de, através dos dados chegar-se à conclusões [...]”

Os dados atestam o crescimento do número de aprovações nos vestibulares e o decréscimo dos números da inserção no mercado de trabalho. Como pode ser visualizado através do Gráfico 2, que apresenta o percentual de inserção de

egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional no mercado de trabalho, nos anos de 2011 a 2015, no Ceará.

Gráfico 2 - Percentual de inserção de egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional no mercado de trabalho, nos anos de 2011 a 2015, no Ceará.



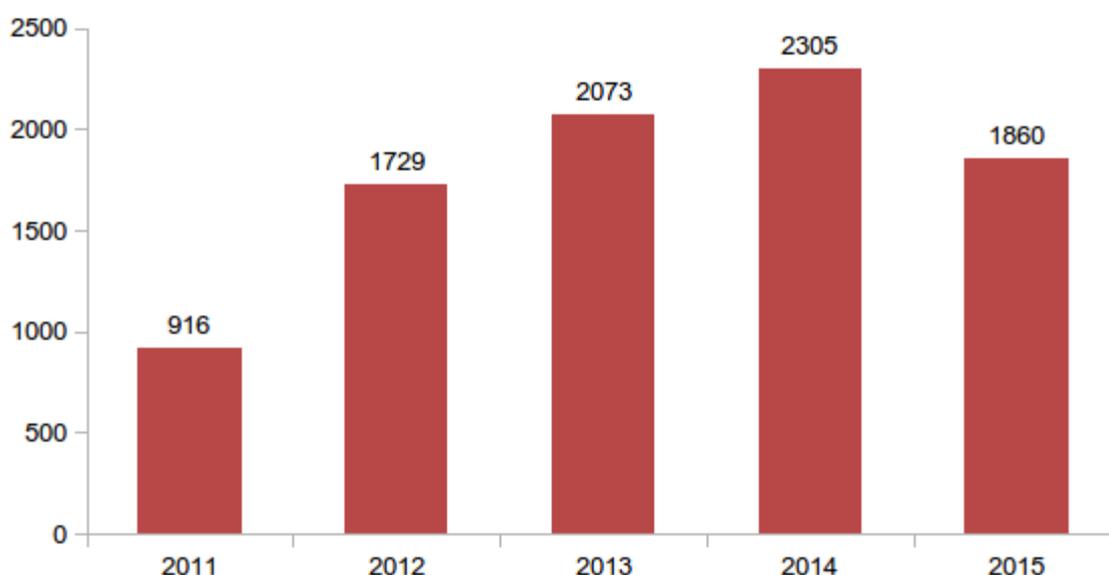
Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 18 mar. 2019.

Os resultados expressos demonstram que a partir de 2011, ano de formação das primeiras turmas das EEEP, uma porcentagem média de 15% destes egressos foram inseridos no mercado de trabalho, número que sofreu sensível elevação no ano seguinte, 2012, para em seguida tomar uma trajetória de declínio ou retorno aos números iniciais, fechando o ano de 2015 com apenas 16,9% dos egressos incluídos no mercado de trabalho.

Sendo assim, é possível constatar que um número considerável destes jovens está seguindo por outro caminho que não o seu ingresso no mercado de trabalho. Necessário se faz compreender o porquê destes resultados, considerando-se que estas escolas profissionais foram preparadas e aparelhadas para ofertar um ensino de qualidade a estes jovens, capaz de prepará-los para o atual mercado de trabalho.

Situação um pouco semelhante é possível ser observada quando considerados os números absolutos de egressos incluídos no mercado de trabalho, conforme demonstra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Número de egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional inseridos no mercado de trabalho, no Ceará, de 2011 a 2015.



Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 18 mar. 2019.

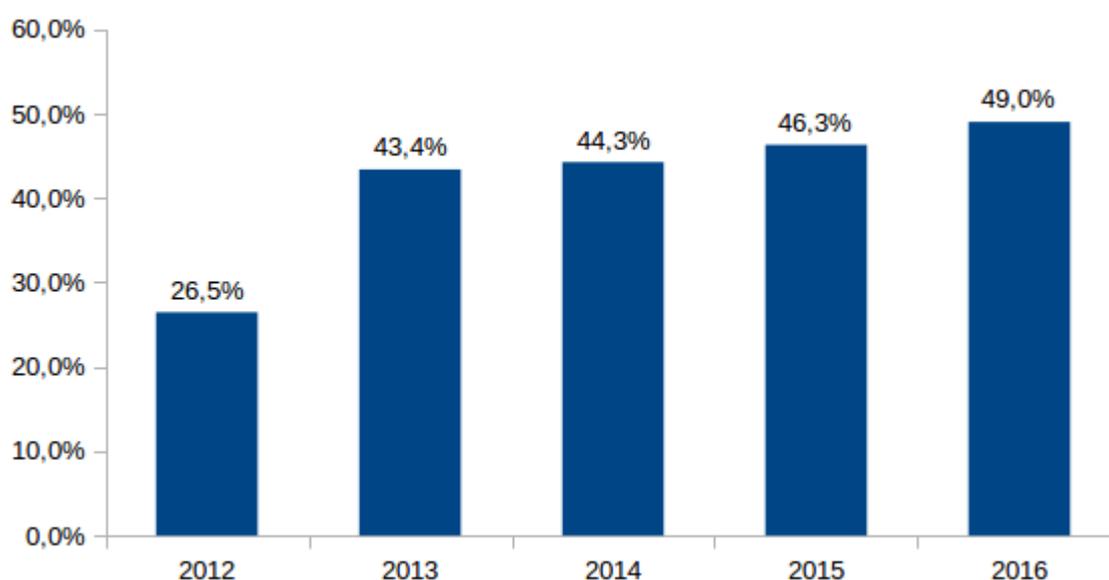
Observa-se que há crescimento dos números até o ano de 2014 e o seu declínio apenas no ano de 2015. Apesar de se referirem aos mesmos dados, é preciso compreender que como este gráfico apresenta números absolutos, entre os anos de 2011 e 2015 houve uma expansão considerável da oferta de matrículas nas escolas profissionais, o que resulta na elevação dos números absolutos concernentes ao ingresso no mercado de trabalho.

Como destacam Caires e Oliveira (2016, p. 147), essa ampliação visava:

[...] atender ao crescimento da demanda social pela Educação Profissional e Tecnológica, por meio de instituições públicas, gratuitas e de reconhecida qualidade, na oferta dessa modalidade de educação.

No que concerne ao ingresso de ex-alunos das EEEP do estado na universidade, é possível perceber o seu considerável crescimento, que inclusive, vem se mantendo constante até o último ano apresentado no Gráfico 4, apresentado a seguir.

Gráfico 4 - Percentual de aprovação de alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional na universidade, nos anos de 2012 a 2016, no Ceará.



Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 18 mar. 2019.

Os dados do Gráfico 4 demonstram a tendência de crescimento nas aprovações dos egressos das EEEPs nas universidades. Dados que coincidem com os apresentados anteriormente, demonstrando uma tendência de inserção cada vez maior dos egressos dessas escolas profissionais nas universidades e menor no mercado de trabalho.

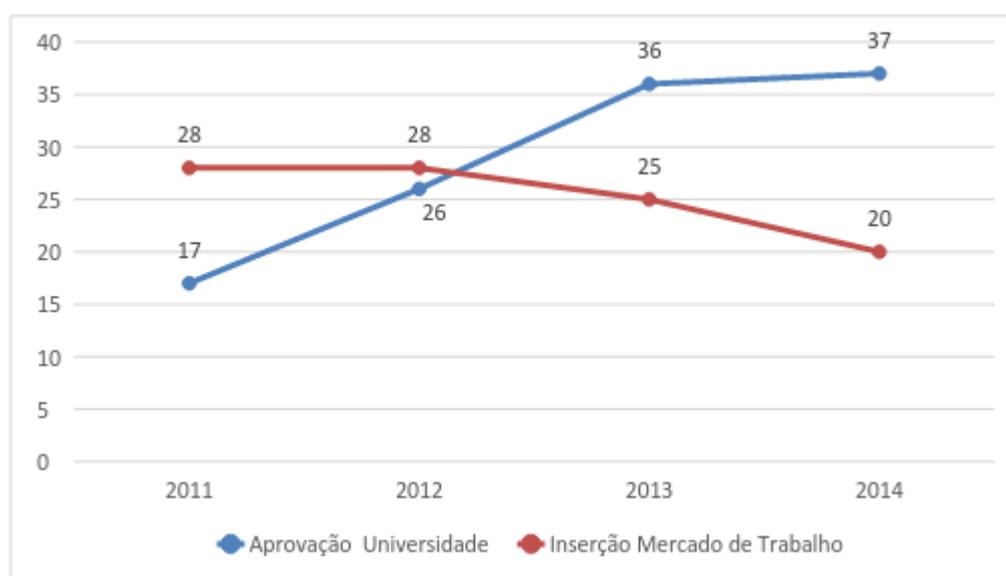
Conforme o Gráfico 4 no ano de 2012 apenas um percentual de 26,5% dos egressos das EEEP ingressaram na universidade. Deste ano para o seguinte, 2014 o crescimento foi bastante considerável, saltando de um percentual de 26,5% para 43,4%, para a partir deste ano manter um ritmo de crescimento quase constante, porém, menor que o do ano anterior.

No ano de 2016, último ano apresentado no gráfico, constata-se um percentual de 49% destes alunos egressos das escolas profissionais seguindo para

as universidades, ou seja, este é um indicar de quase a metade do conjunto de egressos que tomam o rumo do ensino superior.

De forma que é visível a diferença nos dados, crescentes, com relação ao ingresso na universidade e decrescente com relação ao ingresso no mercado de trabalho. Conforme é possível visualizar no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Comparação percentual entre a inserção de egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional no mercado de trabalho e aprovação na universidade, no Ceará, de 2011 a 2014.



Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 18 mar. 2019.

Através do Gráfico 5 é possível visualizar a realidade já demonstrada nos gráficos anteriores, de sensível crescimento do número de egressos das EEEP nas universidades e queda dos números para o mercado de trabalho. Assim, é possível observar que no primeiro ano apresentado, 2011, o percentual de egressos no mercado de trabalho é maior que o ingresso na universidade, situação que se inverte já a partir do ano de 2013.

Dessa forma, estes dados iniciais trazem uma visão geral da realidade do estado, indicando que as escolas profissionais de ensino médio estão preparando mais para os vestibulares e ENEM que mesmo para o mercado de trabalho. Estes dados servirão de base ainda para a pesquisa de campo, que trará dados da realidade local, da Região Metropolitana do Cariri – RMC.

3.3 A PESQUISA NAS CREDE E NAS ESCOLAS

A pesquisa de campo nas Coordenadorias Regionais de Educação – CREDEs ocorreu entre os meses de fevereiro e maio de dois mil e dezenove, conforme datas apresentadas no Quadro 4, bem como os dados e informações coletados.

Quadro 4 – Registro de visitas às CREDE 18 e 19

Local da Pesquisa de Campo	Datas das visitas	Dados coletados
Crede 18º - Crato - Ceará	Visita 01 – 01.02.2019	Informações prévias sobre as Escolas Profissionais da Crede 18.
	Visita 02 – 15.03.2019	Responsáveis pelo ENEM, PPDT e Educação Profissional.
	Visita 03 - 26.03.2019	Dados referentes ao Estágio Curricular e Mercado de Trabalho.
	Visita 04 - 20.05.2019	Informações sobre outros cursos técnicos ofertados nas escolas onde foi realizada a coleta de dados, e dados sobre participação dessas turmas no ENEM.
Crede 19º - Juazeiro do Norte - Ceará	Visita 01 - 01.02.2019	Informações prévias sobre as Escolas Profissionais da Crede 19.
	Visita 02 - 15.03.2019	Dados referentes ao Estágio Curricular. Responsáveis pelo ENEM, PPDT e Educação Profissional.
	Visita 03 – 26.03.2019	Dados referentes ao Mercado de Trabalho e Concedentes de Estágio.
	Visita 04 - 19.05.2019	Informações sobre outros cursos técnicos ofertados nas escolas onde foi realizada a coleta de dados, e dados sobre participação dessas turmas no ENEM.

Fonte: Elaboração do autor, (2019).

Após a primeira visita nas CREDEs com a Carta de Apresentação (ANEXO A) para realização da pesquisa de campo, foi solicitado um ofício da universidade explicitando quais dados seriam coletados (ANEXOS B e C). Nas CREDEs, foram obtidas as informações iniciais a respeito das escolas profissionais a serem

pesquisadas além de informações importantes coletadas nos sistemas de dados da SEDUC, estas visitas contribuíram ainda para uma melhor compreensão da forma como se articulam as EEEPs com as CREDEs e estas com a SEDUC, no que concerne ao envio e recebimento de informações da educação profissional das escolas estaduais. No decorrer da descrição dos passos da pesquisa de campo, foram apresentados mais detalhadamente os dados obtidos.

Além das visitas as CREDEs, foram realizadas também às escolas envolvidas na pesquisa, a fim de coletar informações contributivas para estudo da temática central do trabalho, qual seja - A Inserção dos jovens no mercado de trabalho a partir das Escolas Estaduais de Educação Profissional EEEP na Região Metropolitana do Cariri – RMC e ter ferramentas necessárias para o desfecho dos resultados. O Quadro 5 apresenta as datas em que realizou-se estas visitas.

Quadro 5 – Registro (datas) das visitas nas escolas

Escolas Profissionalizantes	Data das visitas
Escola Profissionalizante A - EEEP Virgílio Távora	Visita 01 – 04.02.2019
	Visita 02 – 28.02.2019
	Visita 03 – 29.03.2019
	Visita 04 – 19.05.2019
Escola Profissionalizante B - Aderson Borges de Carvalho	Visita 01 - 04.02.2019
	Visita 02 - 28.02.2019
	Visita 03 - 29.03.2019
	Visita 04 – 20.05.2019
Escola Profissionalizante C - Otilia Correia Saraiva	Visita 01 – 04.02.2019
	Visita 02 - 28.02.2019
	Visita 03 – 29.03.2019
	Visita 04 – 21.05.2019

Fonte: Elaboração do autor, (2019).

Dessa forma, foram realizadas um total de 4 (quatro) visitas as escolas profissionais selecionadas anteriormente, o que foi suficiente para a obtenção dos dados necessários a pesquisa. Porém, através de planejamento prévio e para

melhor sistematização posterior dos dados coletados, estas foram estruturadas, conforme Quadro 6, buscando alinhar as informações coletadas nas escolas pesquisadas afim de realizar uma análise mais coerente dos dados, conforme o recorte espacial utilizado na pesquisa.

Quadro 6 – Alinhamento das visitas (dados e informações coletados)

Escolas Profissionalizantes – Campo de pesquisa	Data das visitas
Escola Profissionalizante A EEEP Virgílio Távora	Visita 01 – Apresentação da pesquisa – visita inicial para a coleta de informações prévias sobre a escola, a base técnica curricular e as turmas egressas do ano de 2018.
Escola Profissionalizante B EEEP Aderson Borges de Carvalho	Visita 02 – Coleta sobre o Curso Técnico de Enfermagem e seus professores, dados referentes às turmas envolvidas na pesquisa.
Escola Profissionalizante C EEEP Otília Correia Saraiva	Visita 03 – Informações sobre inserção no mercado de trabalho e na universidade. (Dados quantitativos) Últimas informações para análise e sistematização dos dados, na coleta de campo. Visita 04 - Coleta de informações sobre inserção de outras turmas no mercado de trabalho e aprovações no vestibular.

Fonte: Elaboração do autor, (2019).

Portanto, estes foram os pontos que nortearam a coleta de dados nas escolas, de forma que as visitas permitiram extrair e coletar vários dados sobre o funcionamento das EEEPs, seu corpo docente, a base técnica curricular e o mais importante, o caminho inicial dos alunos egressos das turmas dos Cursos Técnico

em Enfermagem (curso inicialmente selecionado para pesquisa) e de outros cursos das escolas profissionalizantes das principais cidades da Região da Metropolitana do Cariri – RMC, conforme propostos nos objetivos da pesquisa.

Ao longo das visitas nas escolas A, B e C, foi apresentado, como forma de identificação e comprovação dos objetivos da pesquisa, uma Carta de apresentação do Programa de Mestrado Profissional em Educação – MPEDU da Universidade Regional do Cariri (URCA) e uma Carta de recomendação para pesquisa de campo (ANEXOS A e D).

Nas CREDE visitadas, os documentos apresentados foram os mesmos, acrescidos de um ofício com os dados que seriam coletados (ou necessários) para o desenvolvimento da pesquisa de campo (ANEXOS B e C).

No decorrer da coleta dos dados em campo (CREDE e EEEP) foi necessário entender como os dados e as informações são armazenadas para que o sistema realize o acompanhamento e o monitoramento das ações e atividades desenvolvidas nas escolas do Estado do Ceará. Com foco nas informações pertinentes a temática central do trabalho, para se chegar a um resultado em relação à problemática da pesquisa.

Inicialmente, nas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs), mais especificamente nas CREDE 18 e 19, buscou-se informações sobre as Escolas Estaduais Educação Profissionais (EEEP), a forma como estas organizam e registram os dados relativos aos alunos egressos, sua inserção no mercado de trabalho, na universidade, entre outros.

E, nas visitas, o setor indicado a repassar as informações necessárias para a pesquisa foi a Célula de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem – CEDEA, por ser este o Setor que coordena pastas como a da Gestão Escolar, Superintendência Escolar, Censo Escolar, Protagonismo e Diversidade, Articulação com a Gestão Escolar, entre outros²².

Assim, para uma melhor compreensão dessa estrutura de organização institucional, e buscando uma melhor compreensão da forma como os dados e informações são alimentados e repassados entre setores e instituições, apresenta-se um organograma que mostra os diversos setores das CREDE e sua relação com os sistemas de informações da SEDUC e as escolas profissionais.

²² Dados obtidos durante as visitas às Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação – CREDE.

Figura 2 - Organograma de setores das CREDE e sua relação com as EEEP e SEDUC



Fonte: Elaboração do autor, (2019).

Dessa forma, analisando em linhas gerais o organograma apresentado, é possível perceber que os diversos setores das CREDEs e as escolas profissionais do estado mantêm-se interligados continuamente para o envio e recebimento de informações, através dos seus sistemas informatizados – SIGE e SICE, sendo a SEDUC o centro de recebimento e análise das referidas informações. Da SEDUC, por sua vez, partem as diretrizes gerais e informações para todo o sistema educacional do estado.

3.3.1 A coleta de dados nas escolas e os resultados preliminares

Foram realizadas 4 (quatro) visitas em cada uma das escolas pesquisadas, entre os dias 4 de fevereiro e 25 de maio do ano em curso. Buscou-se inicialmente informações e dados relacionados às turmas egressas do Curso Técnico em Enfermagem do ano de 2018.

Nas escolas, utiliza-se uma plataforma para dados consolidados que integram a base de dados estatísticos da SEDUC. No caso, o Sistema Integrado de Gestão Escolar - SIGE, a plataforma apresenta as seguintes áreas de acesso:

Figura 3 – Página inicial do SIGE



Fonte: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2019. Dados da pesquisa.

Através da imagem é possível ter uma ideia da grande quantidade de informações disponíveis a serem consultadas, de forma que cada *link* apresentado na imagem dá acesso a uma série de dados e informações.

O SIGE Escola é uma área restrita aos funcionários da SEDUC, desde a sua administração aos funcionários das escolas da rede estadual, gestores, professores, além do acesso para alunos, através do aluno *on-line*. Sendo alguns *links* ou áreas de acesso restritas a alguns cargos ou funções.

Este é o caso do Sistema Informatizado de Captação e Estágios – SICE, área restrita a alguns funcionários da SEDUC, CREDE e escolas profissionais. Os dados informados pela escola e que interessam a pesquisa encontram-se no Sistema Informatizado de Captação e Estágios - SICE.

Nele é possível inserir e captar informações sobre a inserção dos alunos no mercado de trabalho, alimentado após egresso do aluno, sob a responsabilidade da escola, sendo um dos Coordenadores Pedagógicos responsável pelo Estágio.

A figura 4 ilustra a página inicial do SICE, destacando seus principais acessos: Estagiário, Sice e Orientador.

Figura 4 – Página inicial do SICE

Fonte: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 28 fev. 2019. Dados da pesquisa.

De acordo o Sistema Informatizado de Captação e Estágios SICE (2019), o sistema estrutura-se com o objetivo de gerir a sistemática de captação de estudantes da Educação Profissional e o projeto e-Jovem por parte das concedentes de estágio. Através dele, é possível emitir o Termo de Compromisso de Estágio (TCE), Termo de Realização do Estágio (TRE) e fazer o acompanhamento jurídico, financeiro, pedagógico e avaliação dos processos de estágio da COEDP.

A COEDP é responsável pelo planejamento e efetivação do estágio curricular, também pelo desenvolvimento do manual denominado “GUIA DO ESTÁGIO”, disponível na página da SEDUC e tem o intuito de padronizar procedimentos e torná-los acessíveis a todos aqueles vinculados às diversas etapas de sua realização: Gestores, Coordenadores, Secretários, Professores e Orientadores de Estágio, orientando passo a passo a responsabilidade de cada um em ações que acontecem no ambiente escolar, nas sedes das instituições concedentes e no ambiente virtual através da alimentação das informações no Sistema Informatizado de Captação de Estágios – SICE.

Nas visitas às escolas buscou-se dados dos egressos do Curso de Enfermagem 2018, conforme imagens do SICE apresentadas a seguir.

Figura 5 – Consulta aos dados do SICE da escola A.

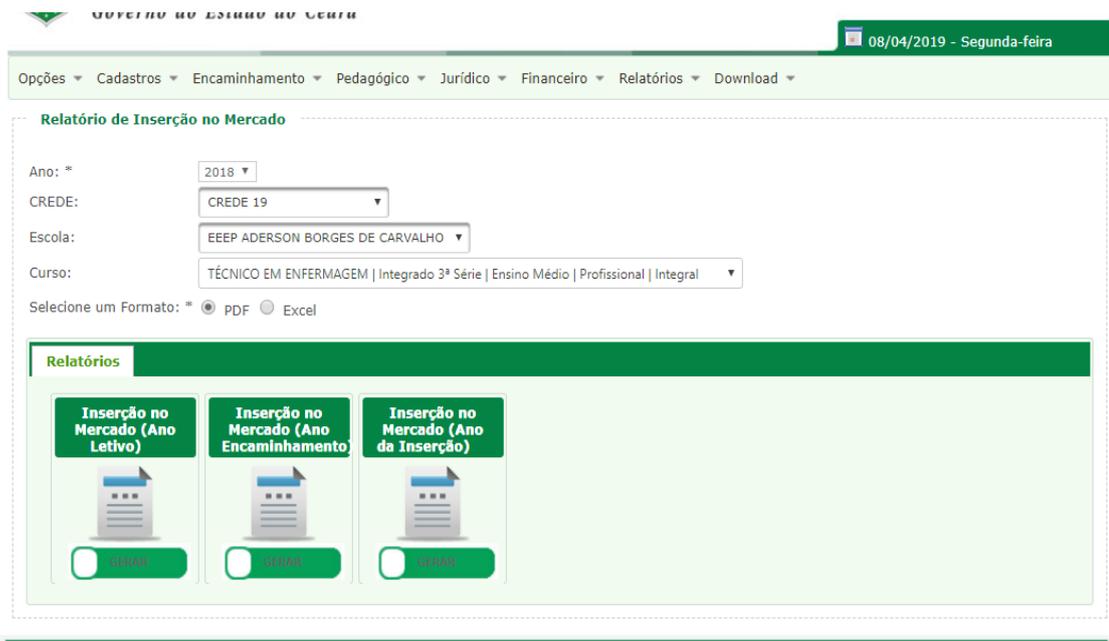
The screenshot shows a web application interface for the SICE system. At the top right, the date and day are displayed as '08/04/2019 - Segunda-feira'. Below this is a navigation menu with options: 'Opções', 'Cadastros', 'Encaminhamento', 'Pedagógico', 'Jurídico', 'Financeiro', 'Relatórios', and 'Download'. The main content area is titled 'Relatório de Inserção no Mercado'. It contains several dropdown menus for filtering data: 'Ano:' set to '2018', 'CREDE:' set to 'CREDE 18', 'Escola:' set to 'EEEP GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA', and 'Curso:' set to 'TÉCNICO EM ENFERMAGEM | Integrado 3ª Série | Ensino Médio | Profissional | Integral'. Below these is a 'Seleção um Formato:' section with radio buttons for 'PDF' (selected) and 'Excel'. A 'Relatórios' section features three buttons for generating reports: 'Inserção no Mercado (Ano Letivo)', 'Inserção no Mercado (Ano Encaminhamento)', and 'Inserção no Mercado (Ano da Inserção)'. Each button has a document icon and a 'Gerar' label. At the bottom, a copyright notice reads '© 2012 - Governo do Estado do Ceará - Todos os direitos reservados'.

Fonte: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 28 fev. 2019. Dados da pesquisa.

A imagem mostra diversos *links* relacionados às atividades de estágio na referida CREDE e escola, neste caso, buscou-se dados da EEEP Governador Virgílio Távora, escola profissional localizada no município de Crato-CE, sob abrangência da CREDE 18. Porém, constatou-se que o sistema não encontrava-se alimentado pela escola, não apresentando os dados necessários. Essa mesma situação foi constatada nas outras duas escolas pesquisadas.

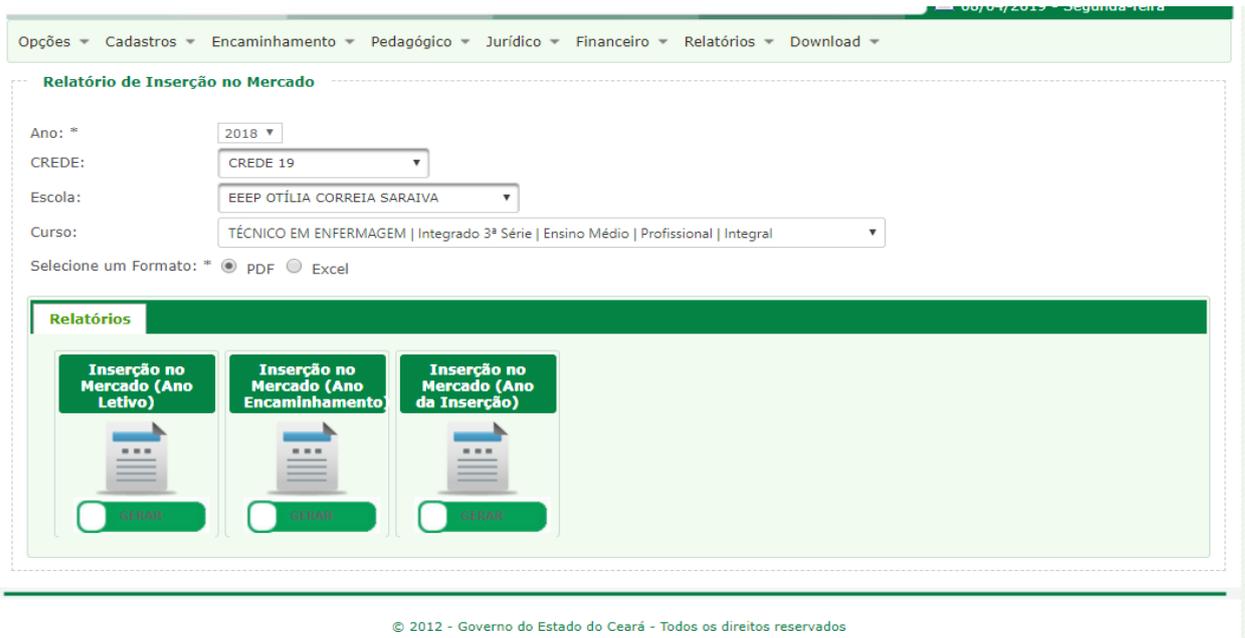
Esta situação demonstra falhas na organização e atualização destes dados, pois a escola, após o egresso desse aluno deve acompanhá-lo por um período determinado, como mostra a figura 5, pois no relatório de inserção no mercado o sistema possui três itens a serem alimentados, um no ano inicial representado pelo estágio curricular, outro pelo ano de encaminhamento, ou seja, se o mesmo continua seu vínculo, e o último se em até cinco anos esse aluno foi inserido no mercado de trabalho.

Figura 6 - Consulta aos dados do SICE da escola B.



Fonte: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 28 fev. 2019. Dados da pesquisa.

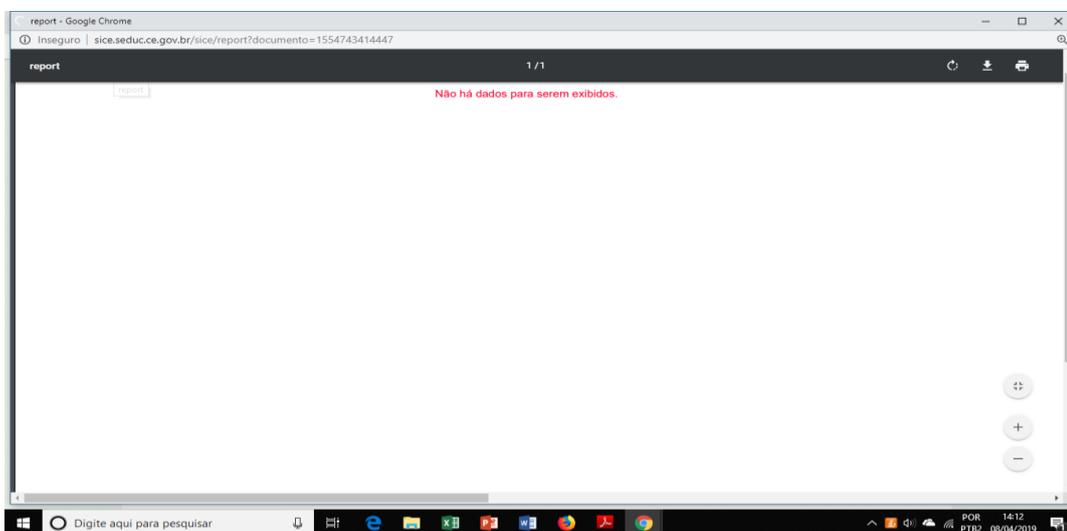
Figura 7 – Consulta aos dados do SICE da escola C.



Fonte: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 28 fev. 2019. Dados da pesquisa.

Ainda em busca dos dados, foi consultado o relatório de alunos inseridos no mercado de trabalho, porém da mesma forma que os acessos anteriores, não havia dados, como se verifica na imagem da Figura 7:

Figura 8 – Relatório de alunos inseridos no mercado de trabalho



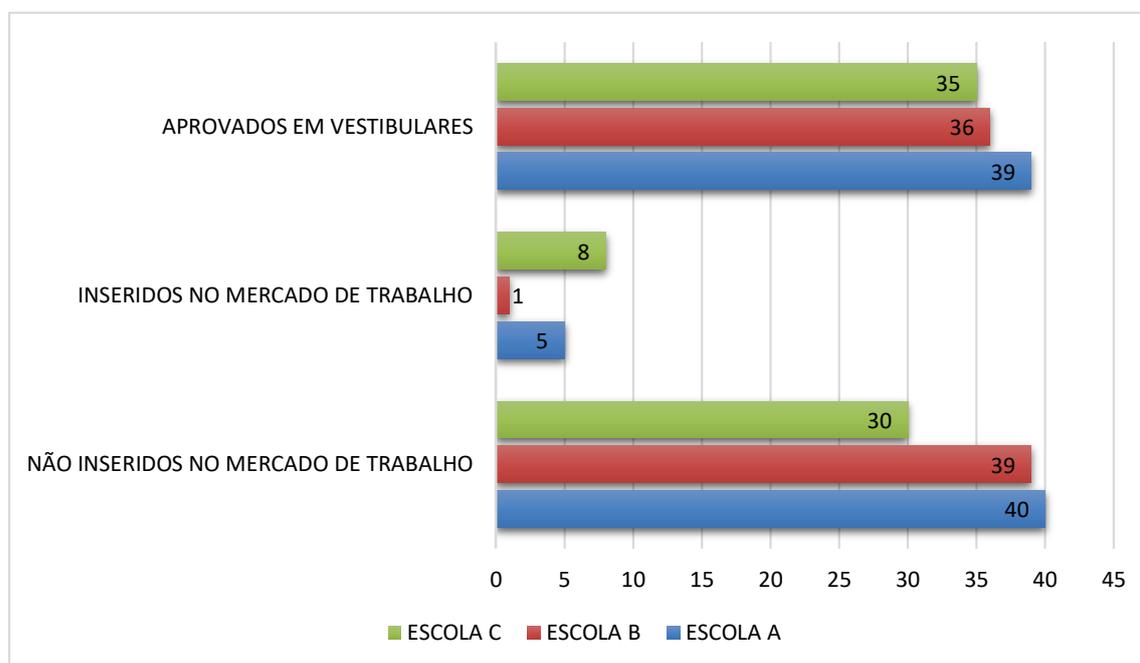
Fonte: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 28 fev. 2019. Dados da pesquisa.

Sendo assim, para ter acesso aos dados específicos necessários ao desenvolvimento da pesquisa de campo buscou-se junto à Coordenação de Curso de cada escola os dados necessários, onde foi acordado um prazo para captação dos referidos dados necessários a pesquisa, tanto na escola A como na escola B e C.

Também, foi determinado um prazo para a obtenção desses dados pelas coordenações de curso, adequando assim ao tempo necessário para o possível ingresso desses alunos no mercado de trabalho. O prazo temporal para a coleta dos mesmos foi de 100 (cem) dias após o egresso do ensino médio profissionalizante.

De forma que, foi possível a obtenção dos referidos dados após o prazo estabelecido e a coleta das informações pelas coordenações de curso. Esses dados, após coletados durante a penúltima visita às escolas, foram organizados e sistematizados pelo pesquisador, apresentando-se no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Situação após 100 dias de egresso do Ensino Médio Profissionalizante do Curso Técnico em Enfermagem.



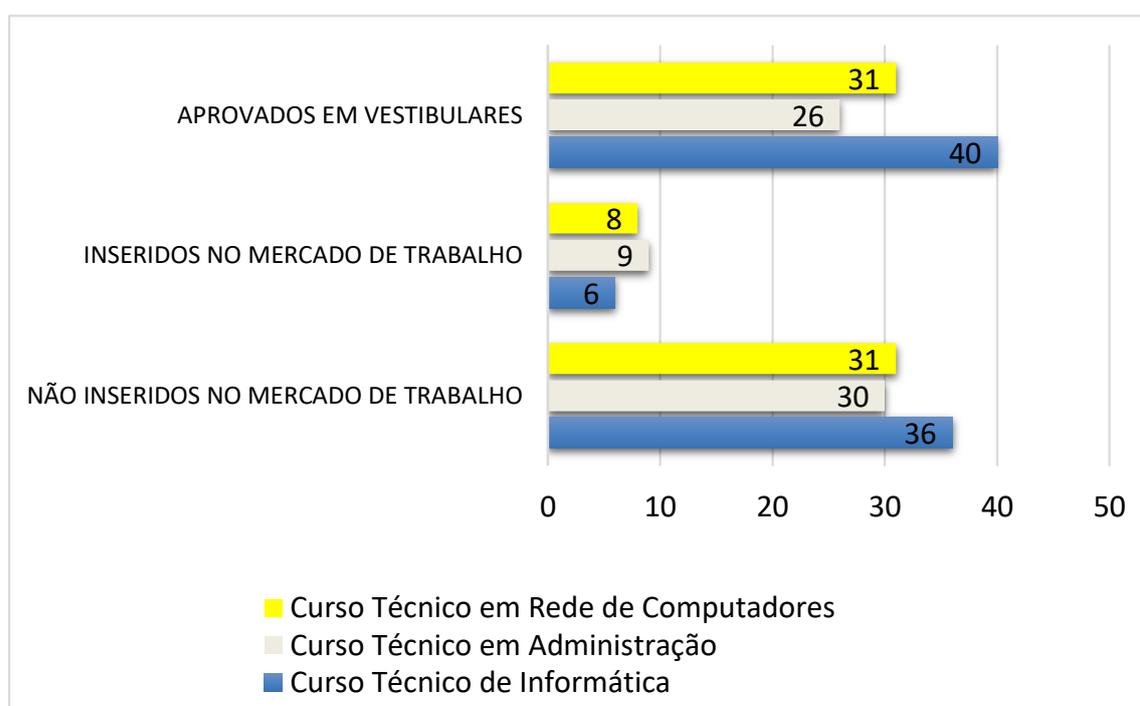
Fonte: Elaboração do autor, (2019). Dados da pesquisa de campo.

Inicialmente, fazendo um comparativo entre os indicadores (números) de acesso ao mercado de trabalho e nas universidades (aprovações em vestibulares) percebe-se a grande diferença entre esses indicadores, podendo-se mesmo afirmar que os números de acesso ao mercado de trabalho são quase insignificantes diante daqueles que indicam as aprovações em vestibulares. Esta situação é perceptível em ambas as escolas pesquisadas, refletindo assim a realidade do estado, anteriormente apresentada também através de gráficos disponíveis no *site* oficial da SEDUC.

Com relação ao ingresso no mercado de trabalho, há um leve destaque para a escola C, inserida no município de Barbalha, e em seguida vem a escola A, do município do Crato, ficando a escola B, localizada no município de Juazeiro do Norte com o menor número de inseridos entre o total de alunos dos Cursos Técnico em Enfermagem. Portanto, a realidade mostra que há um contexto maior que envolve a realidade desses jovens egressos das EEEP e que na Região do Cariri o caminho inicial não está sendo o mercado de trabalho.

Situação semelhante foi identificada ao pesquisar dados de outras turmas, com o intuito de reforçar os dados de inserção desses alunos na universidade e no mercado de trabalho, e para verificar se cursos diferentes expressariam resultados afins em relação ao curso que inicialmente foi pesquisado, no caso o Curso Técnico em Enfermagem, o resultado da coleta segue no Gráfico 7:

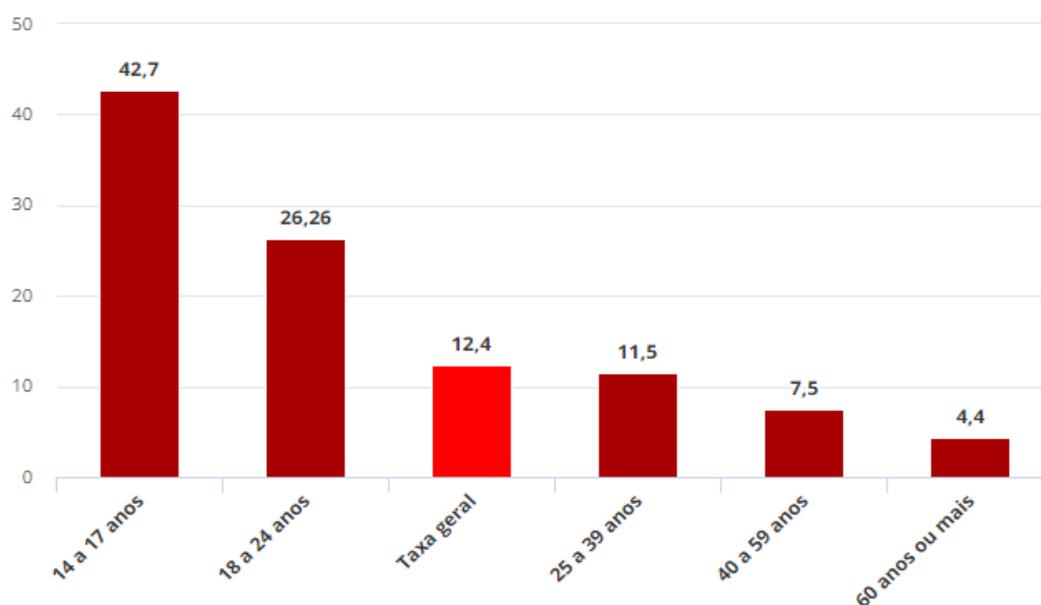
Gráfico 7 – Situação após 160 dias de egresso do Ensino Médio Profissionalizante de outros Cursos Técnicos.



Fonte: elaboração do autor, (2019). Dados da pesquisa.

Os dados retratam que os alunos egressos de todos os cursos pesquisados tem uma inserção no mercado de trabalho não expressiva em relação aos que entram na universidade, reforçando a pesquisa inicialmente realizada com os alunos egressos do curso Técnico em Enfermagem.

Sendo que, a dificuldade de acesso do jovem brasileiro ao mercado de trabalho não é apenas uma realidade do Estado do Ceará, mas de todo o país, conforme dados expressos no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Indicadores de desemprego no Brasil por faixa etária

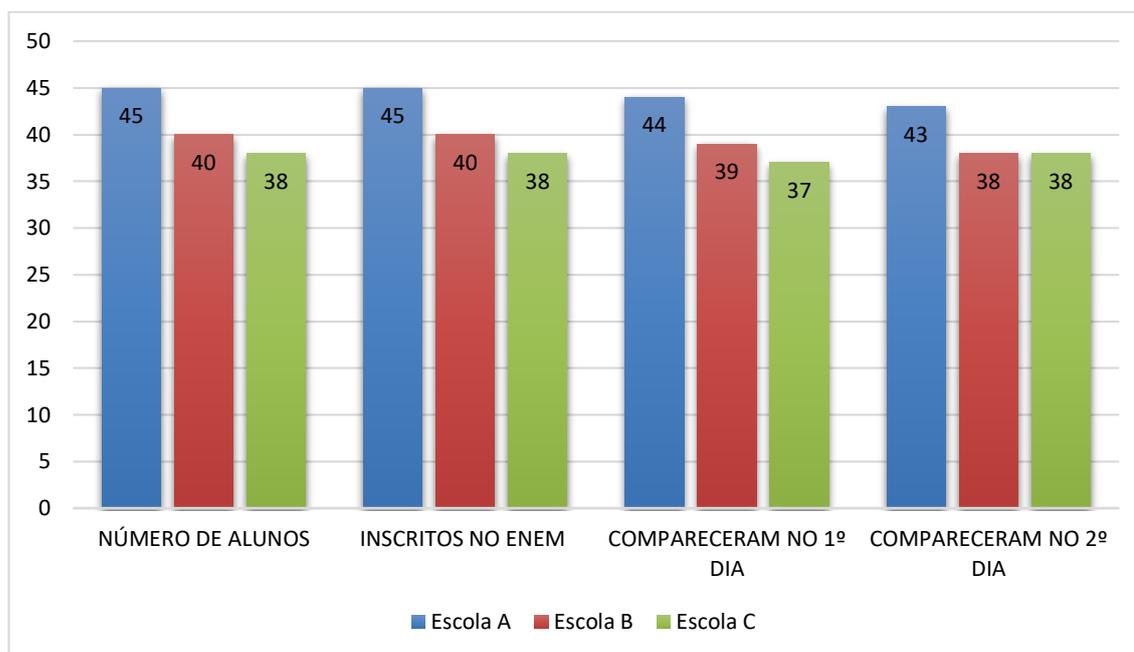
Fonte: IBGE, (2019).

O gráfico apresentado reflete a realidade de muitos jovens brasileiros, do campo e da cidade, que sem a devida qualificação profissional ou acadêmica não encontram oportunidades no mercado de trabalho. Contribui para isso uma série de fatores, desde uma escolarização precária, com métodos de ensino que não estimulam o jovem a pensar criticamente e a adquirir o hábito da leitura e da pesquisa. No âmbito econômico, a que se levar em consideração que nos últimos anos o país vem atravessando forte crise e recessão econômica.

E, ainda com relação aos resultados das escolas profissionais de ensino médio do estado, sem resultados expressivos em relação a um saldo positivo de inserção desses jovens no mercado de trabalho, o que se vê é uma forte participação e aprovação desses egressos nos vestibulares, o que os levará necessariamente a prosseguir nos estudos. Sendo assim, os dados demonstram que o caminho inicial a ser seguido pelos egressos não é o mercado de trabalho e sim a universidade.

Diante disto, buscou-se verificar mais alguns dados concernentes a este ingresso nas universidades, a partir da sua participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme o Gráfico 9.

Gráfico 9 – Participação dos egressos do Curso de Enfermagem (turmas 2018) no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.



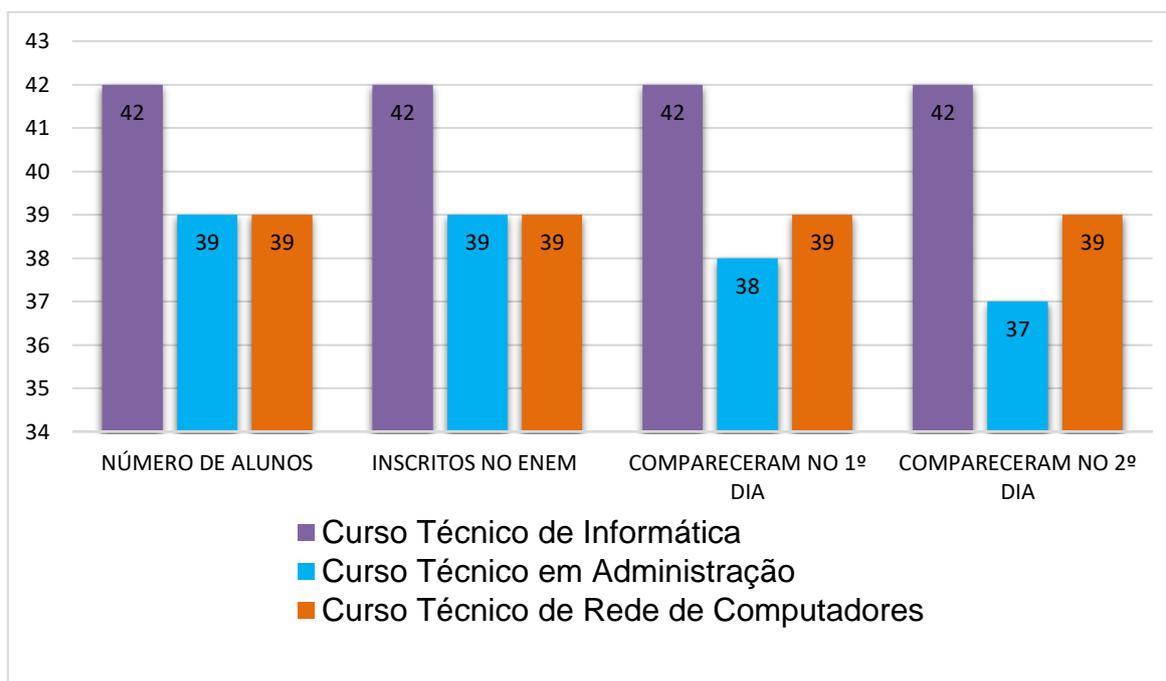
Fonte: Elaboração do autor, (2019). Dados da pesquisa de campo.

Os dados demonstram que todas as escolas envolvidas na pesquisa tiveram cem por cento de inscritos no ENEM na sua edição de 2018. O que demonstra que há um trabalho intenso desenvolvido nas escolas com este objetivo, como exposto anteriormente, como um indicativo da educação profissional do estado neste início de século, que não se volta unicamente para a formação técnica, mas busca uma preparação integral do aluno.

Após sessenta dias da primeira coleta de dados sobre o quantitativo de alunos e informações do ENEM dos Cursos Técnico de Enfermagem das escolas A, B e C, localizadas nas principais cidades da região metropolitana do Cariri, percebeu-se a necessidade de retornar a campo para verificar se em outras turmas e diferentes cursos técnicos o quantitativo de alunos participantes do exame eram tão expressivos quanto os dados das turmas inicialmente pesquisadas.

As turmas escolhidas foram de cursos técnicos diferentes, porém mantendo-se a mesma localização e delimitação do campo. A coleta de dados revela o seguinte resultado, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 10 – Participação dos egressos de outros cursos (turmas 2018) no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.



Fonte: Elaboração do autor, (2019). Dados da pesquisa de campo.

Constata-se que em todos os cursos pesquisados o percentual de alunos que inscritos no Enem é expressivo e denota a preocupação intensa da participação dos mesmos nos dois dias em que o exame é realizado, uma vez que os resultados dos alunos nessa avaliação podem levá-los às universidades, nos mais variados cursos e tipos de instituição.

Dessa forma, o trabalho pedagógico que vem sendo realizado para prepará-los para essa avaliação é intenso, as escolas A, B e C, realizam várias atividades, das quais pode-se verificar que algumas são voltadas especificamente para o referido exame.

Assim, foram também coletados dados qualitativos sobre as atividades pedagógicas desenvolvidas com as turmas dos 3º anos das escolas envolvidas nas pesquisas, demonstrando que todas tem uma preocupação em relação ao destino do aluno após egresso do ensino médio profissionalizante, em todos os momentos da pesquisa verificou-se que as escola buscam realizar um intenso trabalho de preparação dessas turmas, assim descritos no Quadro 7.

Quadro 7 - Atividades realizadas com os 3º anos egressos do ano de 2018

INFORMAÇÕES COLETADAS NAS ESCOLAS A, B e C ATIVIDADES REALIZADAS COM OS 3º ANOS EGRESSOS DO ANO DE 2018.
<ul style="list-style-type: none"> • Aulas de campo contemplando as disciplinas da base técnica e base comum curricular; • Visitas de campo em hospitais, laboratórios e universidades da Região Metropolitana do Cariri – RMC; • Aulões e palestras motivacionais de preparação para o mercado de trabalho; • Eventos escolares como feiras em relação aos cursos profissionalizantes ofertados em cada escola; • Aulões preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM; • Atividades de preparação para o ENEM programadas pelo sistema educacional, como ENEM não tira férias, ENEM ao gosto do aluno, Chego junto Chego bem, entre outros; • Aulas laboratoriais; • Realização de simulados; • Acompanhamento intenso dos alunos através do PPDT – Projeto Professor Diretor de Turma, com atendimentos individuais e dos responsáveis; • Acompanhamento dos alunos em campo de estágio curricular.

Fonte: Elaboração do autor, (2019). Dados da pesquisa de campo.

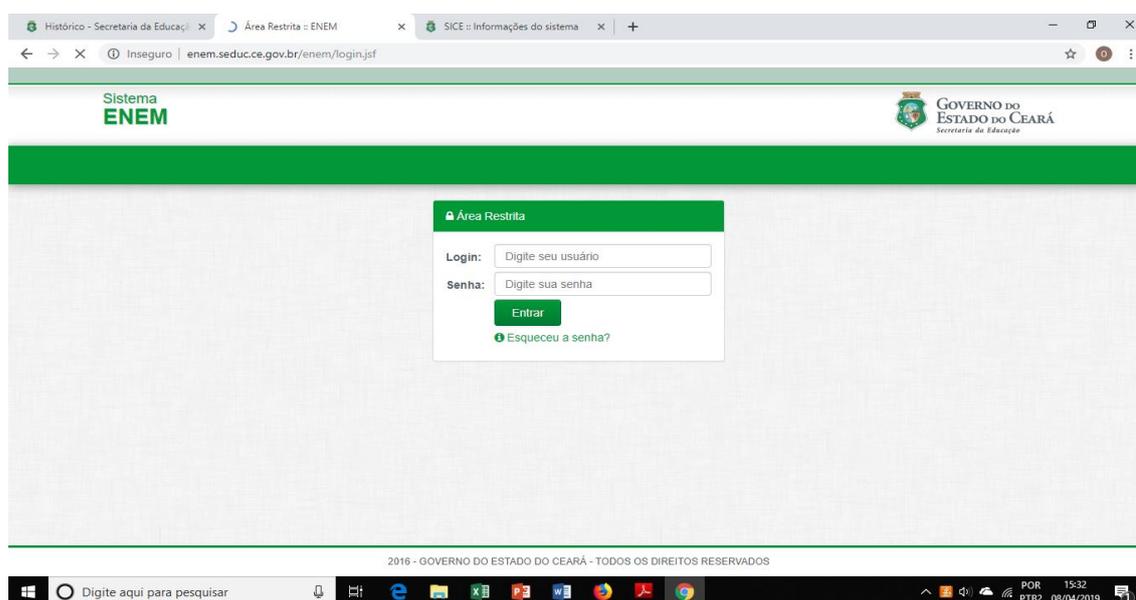
Os dados demonstram as evidências, que as escolas profissionais do estado do Ceará não têm como objetivo unicamente a inserção de alunos no mercado de trabalho, mas visam melhorar os indicadores escolares e atingir metas de aprovação em vestibulares, fato constatado através das inúmeras ações que são desenvolvidas nas escolas com este foco. Assim, os dados demonstram que as escolas profissionalizantes preparam os alunos para o mercado de trabalho, porém, antes

desses alunos serem inseridos neste mercado eles estão ingressando nas universidades da região, encontrando assim, outros caminhos, que não a sua profissionalização imediata.

Um aspecto a ser considerado diante dessa realidade consiste no seguinte: é inegável a qualidade do ensino nas atuais escolas profissionais do estado diante da defasagem nos índices de aprendizagem dos alunos de muitas escolas regulares, este fator, atrelado ao incentivo que é dado aos alunos das escolas profissionais para participarem do ENEM tem resultado na elevação desses números das escolas públicas estaduais, destacando-se as escolas profissionais.

Desta forma, as Credes verificam os dados alimentados pelas escolas através do SIGE ENEM, têm acesso e acompanham os dados através das Superintendentes Escolares e responsáveis pelo núcleo do ENEM. Conforme a página de acesso apresentada na Figura 8:

Figura 9 – Página da SEDUC para acesso a dados do ENEM



Fonte: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2019. Dados da pesquisa.

As informações que migram para essa aba de acesso são vários, permitindo um monitoramento e acompanhamento que vai desde a isenção da taxa de pagamento do exame até o ingresso do aluno na universidade.

Figura 10 – Dados do ingresso de alunos no Ensino Superior


Tipo de Ingresso			Tipo de Instituição		
Vestibular	SISU	ProUni	Pública	Privada	Total

Fonte: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2019. Dados da pesquisa.

É evidente que o acompanhamento do aluno da EEEP é intenso, que a SEDUC desenvolve toda uma logística educacional a fim de garantir os melhores resultados, pois é comprovado pelos dados estatísticos que a grande maioria dos alunos estão indo para as universidades. O que não significa necessariamente que estes egressos não irão se inserir no mercado de trabalho, pois podem, no decorrer dos estudos universitários ou após a sua conclusão conseguirem esta inserção.

Este aspecto que pode ser considerado positivo ou negativo para os propósitos destas escolas profissionais. Pois pode ser considerado positivo ao ser um indicador de qualidade do ensino nestas escolas profissionais, oportunizar o acesso ao ensino superior para os jovens da escola pública, das camadas mais humildes, entre outros. Mas também pode ser considerado um aspecto negativo ao apresentar números insignificantes de acesso destes jovens no mercado de trabalho após egresso, diante da proposta de um ensino profissionalizante.

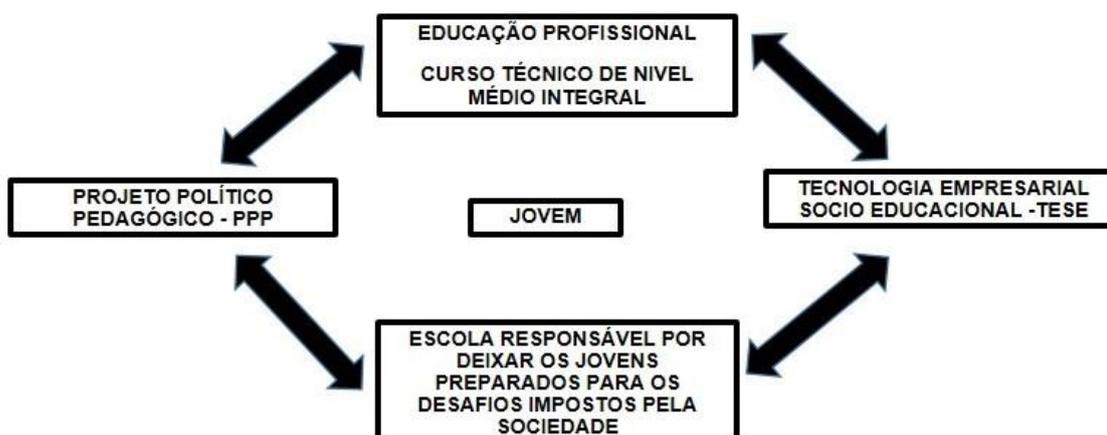
Dando continuidade à coleta e análise dos dados obtidos nas escolas, tanto na escola A, B e C, já na primeira visita foi solicitado o Projeto Político Pedagógico – PPP, sabendo de sua importância para as atividades pedagógicas e para a dinâmica de funcionamento da escola. Foi verificado na análise destes documentos, se contemplava alguma informação em relação aos cursos técnicos e às atividades relativas ao encaminhamento dos alunos para o mercado de trabalho. Para firmar a importância do mesmo, LIBÂNEO (2001, p. 152-153) aponta:

A escola que consegue elaborar e executar, num trabalho cooperativo, seu projeto político-pedagógico dá mostras de maturidade de sua equipe, de bom desenvolvimento profissional de seus professores, da capacidade de liderança da direção e de envolvimento de toda a comunidade escolar.

Dessa forma, os resultados projetados pela escola, também dependem da execução do que está nesse documento. Na pesquisa de campo constatou-se que todas as escolas envolvidas tem o documento e relataram que o mesmo é construído coletivamente, que não é um documento solidificado e que está para atender as necessidades da escola como um todo, corroborando com a afirmação de Veiga (2002, p. 1), quando afirma que: “[...] o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, comum compromisso definido coletivamente”.

Das três escolas envolvidas na pesquisa em apenas em uma delas não foi disponibilizado o referido documento para estudo, apenas para consulta, o que inviabilizou uma pesquisa mais pormenorizada do Projeto Político Pedagógico desta escola. As demais escolas disponibilizaram o documento, sendo possível analisar a forma como se articula o trabalho pedagógico e como direcionam as ações de vários setores da escola. Após análise dos documentos e, em relação ao tema central da pesquisa, com o intuito de facilitar a compreensão da forma como se organiza o trabalho das EEEP apresenta-se o organograma a seguir:

Figura 11 – Organograma de funcionamento das EEEP



Fonte: Elaboração do autor, (2019). Dados da pesquisa de campo.

Através da observação atenta da imagem apresentada – organograma – é possível perceber que o PPP e a TESE são documentos norteadores e fundamentais para o funcionamento das EEEP, pois enquanto o PPP traça as linhas gerais de funcionamento da escola, a TESE visa implantar, como visto e analisado

anteriormente, os princípios gerenciais da administração, buscando efetividade, produtividade e a excelência do ensino. Desta forma, a aplicação das diretrizes destes dois documentos norteia todo o trabalho da escola profissionalizante, que tem por finalidade, como posto no centro do organograma, a formação integral do jovem, sua preparação para os desafios impostos pela sociedade.

De fato, as escolas profissionais do estado do Ceará, como já exposto no presente trabalho, organizam-se em torno de uma estrutura bastante complexa voltada para a formação do jovem que nela ingressa. E, demonstra indicadores de aprovação nos exames externos, como o ENEM, considerados elevados (conforme os gráficos anteriormente apresentados), porém, apresentam números de ingresso destes jovens no mercado de trabalho ainda insuficientes para os fins a que se propõe.

3.4 RESULTADOS FINAIS DA PESQUISA

Essa parte final do trabalho de pesquisa apresenta uma análise concisa e objetiva dos dados obtidas na pesquisa, buscando relacionar as suas dimensões inicialmente apresentadas, quais sejam, a pesquisa teórica, a análise documental (documentos estudados e analisados) e a pesquisa de campo.

Sem pretensão de esgotar o tema, mas sim de contribuir para um maior conhecimento da educação profissional do nosso estado, mas especificamente do trabalho desenvolvido pelas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEPs do estado do Ceará, será apresentado ainda o produto desta pesquisa.

Os dados obtidos demonstram que a criação e implantação das EEEP no estado do Ceará, por parte do governo do estado não tinha unicamente como finalidade ofertar profissionais qualificados para o mercado de trabalho, nem tampouco dar oportunidades de emprego aos jovens. Antes disso, houve o interesse em melhorar os indicadores educacionais do estado, captar recursos financeiros e vantagens políticas.

Pois, através das EEEPs no estado foi possível captar recursos de instituições financeiras nacionais e internacionais, propagando a imagem de mão de obra qualificada, de jovens preparados. Atraindo assim o interesse de indústrias e grandes empresas, possibilitando ainda uma maior arrecadação para os

cofres estado, em um projeto de geração de empregos cercado de interesses econômicos.

Dessa forma, pode-se constatar que a criação e implantação das EEEP fez parte de um grande projeto político que visa melhorar os indicadores educacionais, criar uma imagem política positiva do governo diante de alunos, pais e da sociedade em geral, objetivos estes que vem sendo alcançados e assim mantendo no poder os seus idealizadores.

Pois se de fato o objetivo primordial das EEEPs fossem o ingresso do jovem no mercado de trabalho, objetivo este mais difícil de ser atingido diante do atual quadro de recessão pelo qual passa o país e das dificuldades dos jovens diante do seu primeiro emprego, a SEDUC e as EEEPs já teriam desenvolvido ações para reverter o quadro atual (conforme mostram os indicadores), pois o declínio do número de egressos no mercado de trabalho vem sendo perceptível desde o ano de 2013.

Além disso, as diversas ações voltadas para participação dos alunos das EEEP em exames como o ENEM demonstram o interesse do estado nestas aprovações e conseqüentemente nos indicadores educacionais.

Por fim, cabe salientar mais uma vez que o papel da Educação Profissional é preparar alunos para ingressarem no mercado de trabalho, desempenhar funções específicas de acordo com a qualificação dada pelo curso ofertado e assim suprir as necessidades de mão de obra do mercado e as suas próprias necessidades enquanto trabalhadores.

Mas tanto no estado do Ceará quanto na região pesquisa, os dados apresentados mostram que os jovens egressos das escolas profissionais do estado, em sua maioria, estão seguindo para as universidades. Não que esse caminho, seja um resultado negativo, pois oportunizar o acesso ao ensino superior para jovens das escolas públicas é um fator socialmente positivo, porém, não é este o objeto primordial de um ensino profissionalizante.

Como resultado da pesquisa realizada e cumprindo exigência do Programa de Mestrado Profissional de Educação – MPEDU, no propósito de contribuir para o conhecimento do tema, para novas pesquisas e para a comunidade acadêmica, apresento como produto deste trabalho de pesquisa um livro de bolso²³, em formato

²³ Dimensões do livro de bolso (16x10cm).

impresso e em formato e-book. A produção do e-book tem como objetivo a ampla e livre divulgação dos resultados da pesquisa, como uma forma de contribuir para o conhecimento do ensino profissional no estado do Ceará e mais especificamente sobre o trabalho desenvolvido pelas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP.

O produto a ser ofertado terá como título: “Educação profissional: Os caminhos para os jovens egressos das EEEPs na Região Metropolitana do Cariri”, as opções de capa encontram-se nos Anexos E e F. O produto será composto das seguintes partes:

Apresentação;

- 1 Contextualização histórica da educação profissional;
- 2 Breve abordagem da educação profissional no Brasil;
- 3 Educação profissional no Ceará;
- 4 Metodologia utilizada na pesquisa;
- 5 Resultados finais;

Considerações finais.

Com isso, o intuito da oferta do produto é a disponibilidade de material sobre educação profissional do Ceará para pesquisadores, comunidade acadêmica e demais interessados pelo tema. Além de servir de referência para pesquisas que tratem do tema específico da inserção de jovens no mercado de trabalho a partir do ensino profissionalizante.

Cabe ainda destacar que tanto a produção do livro de bolso quanto do e-book não terá fins econômicos, sendo resultado de um desejo do autor de difundir o conhecimento prioritariamente de forma gratuita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar, analisar e procurar compreender o funcionamento da educação nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará - EEEPs foi sem dúvida uma empreitada desafiadora, porém compensatória, pois é nessa modalidade da educação pública que venho atuando há seis anos. E nesses anos de experiência, me veio o desejo de compreender melhor quais os propósitos dessa educação no estado, o que espera e pensa o jovem que ingressa em uma escola profissional e por que boa parte destes jovens não está conseguindo, após egresso, sua inserção no mercado de trabalho.

A pesquisa bibliográfica ou teórica foi fundamental neste processo de busca e encontro com algumas respostas, a análise crítica e aprofundada de alguns autores que foram importantes referências, forneceram a base para uma interpretação crítica e mais aprofundada dos dados. A pesquisa de campo e o contato mais próximo com as EEEPs pesquisadas possibilitou comparar dados e resultados em busca de uma análise mais consistente.

As idas às Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação – CREDEs possibilitaram a obtenção de dados importantes e uma maior compreensão de todo o sistema de funcionamento destas escolas profissionais. Tudo isto, aliado a minha experiência docente em uma Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP da região, que possibilitou compreender, dentro das limitações da pesquisa e dos fatores que puderam ser considerados o porquê de boa parte dos jovens egressos das EEEPs estarem seguindo o caminho da universidade.

Diante disso, no Capítulo I foi desenvolvida uma abordagem histórica do processo produtivo que humanizou/desumanizou o homem, destacando o processo que culminou com a divisão social do trabalho e a influência do capital na produção (capitalismo). A análise dos posicionamentos dos teóricos da economia burguesa e de Karl Marx contribuíram para uma compreensão mais aprofundada dos processos produtivos e educativos (qualificação/desqualificação do trabalhador) que permearam a produção fabril do início do período moderno.

Estas postulações até hoje influenciam o pensamento contemporâneo, dando base para propostas tradicionais e conservadoras (pensamento clássico burguês) ou inovadoras e progressistas (baseadas nas postulações de Marx). Constata-se que até hoje são importantes para compreender os processos que visam alienar,

explorar e desqualificar o trabalhador. O papel da educação em todo esse processo foi outro ponto fundamental discutido neste capítulo e relaciona-se mais diretamente com a temática proposta, qual seja, a educação profissional. Discutiu-se pontos importantes do papel da escola na sociedade, como o seu papel para a formação dos jovens e a influência das ideias dominantes, ou seja, escola enquanto aparelho ideológico do estado ou espaço de discussão e transformação social.

Neste Capítulo, introduziu-se a discussão sobre os modelos produtivos (taylorismo, fordismo e pós-fordismo) e sua relação com a educação profissional. Através desta análise foi possível perceber a forma como cada um destes modelos refletiram os interesses da classe burguesa, buscando dominar, alienar e explorar a classe trabalhadora. De tal forma que este início de século tem sido marcado pela globalização da economia, pelas políticas neoliberais e pela reestruturação produtiva, que por sua vez, tem afetado os sistemas educacionais e de modo especial a educação profissional, que passou a exigir um maior nível de escolaridade e qualificação técnica em meio a um mercado extremamente concorrido e sem garantia de emprego.

O Capítulo II, ao tratar mais especificamente da questão da educação profissional no Brasil desde as primeiras iniciativas governamentais até os dias atuais, foi possível perceber a forma como o estado fomenta e apoio esta modalidade da educação. No Brasil, a educação profissional do início do século XX tinha como características uma modalidade educacional voltada para as classes menos favorecidas, além de servir como uma forma de ocupação do contingente urbano “desocupado” e formação de mão de obra técnica para o incipiente parque industrial.

Um aspecto importante a ser considerado nesse contexto, é o caráter tardio da industrialização brasileira e das primeiras iniciativas voltadas para a educação profissional, estimuladas pela necessidade de mão de obra técnica e pelas mudanças econômicas pelas quais passava o Brasil. De tal forma que é notória a articulação entre Estado, capital e mercado desde as primeiras iniciativas voltadas para a educação profissional no Brasil.

Outro elemento fundamental a ser citado é o caráter tecnicista da educação profissional no Brasil, traço marcante até os dias atuais e que provocou entraves a um modelo inovador e original de educação profissional.

As mudanças originadas no final do século passado e início deste século XXI foram também marcantes no campo produtivo e da educação profissional, que passou a exigir um maior nível de qualificação, sendo este período mais recente marcado por “novos modelos”, porém ainda com forte viés tecnicista, caracterizando o neotecnicismo.

Os dados pesquisados demonstram que nos últimos anos a educação profissional no Brasil tem recebido considerável atenção e investimento por parte do poder público, o que provocou a sua expansão e consideravelmente houve crescimento do número de escolas técnicas e dos cursos de educação tecnológica, de nível superior. Porém, a oferta de educação profissional no Brasil ainda não é condizente com a demanda existente, de tantos jovens que sonham e precisam ingressar no mercado de trabalho.

Portanto, é necessário que se amplie a oferta de educação profissional em todo o país, e que esta educação profissional seja a garantia do trabalho ou emprego para o jovem que conclui o seu ensino médio. Além disso, a educação profissional deve proporcionar a formação de um sujeito crítico e participativo, preparado para enfrentar os desafios impostos por um mercado de trabalho que, a cada dia torna-se mais concorrido e com crescente nível tecnológico. Pois se estes fatores não forem considerados a escola profissional dificilmente alcançará o seu principal objetivo, que é formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho e assegurar o acesso e a permanência destes jovens neste mercado.

No estado do Ceará, o ano de 2008 pode ser considerado um marco importante para a educação profissional, pois com a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEPs expandiu-se bastante a rede de educação desta modalidade de ensino, sendo que ainda no final da primeira metade do século XX a educação profissional restringia-se à capital e tinha caráter seletivo. Através das EEEPs o governo passou a ofertar o ensino profissionalizante público para todas as camadas sociais e de forma distribuída em todo o estado, apesar de não suprir toda a demanda dos jovens, na faixa escolar para esta modalidade.

Porém, o modelo de profissionalização adotado, ou seja, educação profissional integrada ao ensino regular e escolas em tempo integral oportunizou aos jovens fazerem escolhas, continuar os estudos ou ingressar no mercado de trabalho. E, não resta dúvida com relação a importância social e educacional que as EEEPs

trouxeram para o nosso estado, ofertando educação pública e de “qualidade” para todas as classes.

Foi possível constatar que o projeto governamental de criação da rede de escolas profissionais do estado consistiu em um grande projeto educacional, que tem contribuído consideravelmente com a educação do estado. Porém, há pontos questionáveis e a serem criticados com base na pesquisa desenvolvida.

O primeiro deles é a permanência de fortes traços do tecnicismo ainda presentes na organização estrutural e pedagógica destas escolas, a adoção do Manual de Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) tem sido aplicado como uma “espécie de receita” para o funcionamento das ETECs, muitas vezes comparando o funcionamento dessas escolas aos das empresas, ignorando assim, a sua realidade enquanto instituição pública de ensino.

Assim, ao apresentar-se como solução para os problemas da educação, a TESE desconsidera a complexa teia de fatores que influenciam o processo de ensino e aprendizagem em uma instituição pública, é como se a realidade de crise econômica (desemprego, exclusão social), política (corrupção, ingerência do dinheiro público), social (crise de valores éticos) e a violência que atingem tantos jovens não influenciasse a realidade escolar.

Diante de tudo isso, constata-se que as ETECs são modelos de escolas que se adequam aos novos tempos, às exigências do mercado e do capital. Mas toda escola tem uma fundamental importância social e não deve ser uma instituição preparada apenas para ensinar conteúdos técnicos ou científicos de maneira mecânica ou impositiva. O papel da educação numa perspectiva crítica e transformadora deve ser o de construir sólidas noções de cidadania, além de ter de despertar para o senso crítico e participativo dos seus alunos.

Ainda no Capítulo 2, o destaque dado ao atual Plano Nacional da Educação – PNE e as metas voltadas para a educação profissional são animadoras, destacando a importância desta modalidade da educação para o desenvolvimento do país, são metas audaciosas, considerando os números que se propõe atingir. Porém, com os atuais cortes para o financiamento da educação pública no Brasil, dificilmente conseguiremos atingir tais metas.

Ainda assim, é inegável que a educação profissional no Brasil deu importantes passos nos últimos anos, ampliando a sua rede de escolas públicas e a oferta de matrículas, tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Superior. O estado do

Ceará pode ser considerado um exemplo concreto desta realidade, conforme demonstrou os dados obtidos na pesquisa.

De forma que a cada ano cresce o número dessas escolas no estado e de alunos que concluem os seus cursos técnicos. Porém, os dados demonstraram também que o número de egressos que concluem estes cursos e ingressam no mercado de trabalho tem sido reduzido a cada ano. Sabemos que diversos fatores podem influir ou interferir para tais resultados, como a própria oferta de vagas no mercado de trabalho, o nível tecnológico das suas fábricas e empresas, a situação econômica do país, entre outros.

Diante disso, dentro dos limites impostos a presente pesquisa e com base nos dados coletados nas escolas selecionadas percebe-se que de fato não há uma preocupação com a inserção destes jovens no mercado de trabalho, mas com os números que refletem a melhoria dos indicadores, além das vantagens econômicas e políticas resultantes da implantação e manutenção desta rede de escolas.

Por fim, gostaria de destacar a importância do Programa de Mestrado Profissional em Educação – MPEDU, da Universidade Regional do Cariri - URCA, que ao oportunizar vagas para professores da educação básica, viabiliza as suas pesquisas, melhorando assim as suas as práticas docentes. Tem sido muito gratificante encontrar na universidade um espaço de discussão e de participação dos professores da rede pública. Certamente as pesquisas desenvolvidas nas escolas da Região do Cariri e no seu entorno, irão impactar de forma positiva, contribuindo para estudos e pesquisas em diversas temáticas na área da educação.

Através desta pesquisa realizada pude vivenciar uma rica experiência que contribuiu significativamente para um maior conhecimento da minha prática docente nas EEEPs, espero assim, ter contribuído para a construção do conhecimento sobre o tema e de modo particular sobre a realidade mais específica das escolas profissionais da Região Metropolitana do Cariri – RMC e dos jovens que nela ingressam e concluem o Ensino Médio, encerrando com simples versos, de minha autoria, que refletem está realidade.

*Os jovens cada vez mais
Estão numa encruzilhada
Pois precisam decidir
Mais cedo sua jornada
Se vão para Universidade
Cursar uma faculdade
Ou profissão desejada.*

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Pereira Fernandes Ayane; NEPOMUCENO, Ananda Ariadne.; BANDEIRA, Noemi Olano. **O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO CEARÁ: UM RESGATE HISTÓRICO**. (2014). Artigo apresentado a Universidade Estadual do Ceará (UECE). Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade_2datahora_16_06_2014_15_28_07_idinscrito_1465_5b84a0e2d06a6b5a794d3d6ac7fc7f1e.pdf. Acesso em: 28 de fev. 2018.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

BARRAQUI, Douglas; SOUZA, Jeferson da Silva S. **A educação como uma mercadoria**. (2010). Disponível em: <https://dougnaahistoria.blogspot.com.br/educacao-como-uma-mercadoria.html>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Médio. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC, 1999, p. 39-57.

_____. **Lei nº 13.005 de 26 de junho de 2014**, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE - 2014/2024).

_____. Ministério da Educação. **Portaria Ministerial Nº 1.140, de 22 de novembro de 2013**, institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.

_____. CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior: catálogo de teses e dissertações.** Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em: 23 abr. 2019.

CAIRES, V. Guerra; OLIVEIRA, M. A. Monteiro. **Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2014.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CEARÁ. **Secretaria da Educação – SEDUC.** Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. **Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, série 2, Ano XI, nº 245, 23 dez. 2008.

_____. **Lei 15.181 de 28 de junho de 2012.** Diário Oficial do Estado. Série 3, Ano IV, Nº 124, Caderno 1/3.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir.** 8. ed. São Paulo: Cortez. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Brasília: MEC, UNESCO, 2003.

FERES, Marcelo Machado. A contribuição do Pronatec para a expansão da educação profissional brasileira. MAPA da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. Disponível em: <portal.mec.gov.br/.../36781-a-contribuicao-pronatec-expansao-educacao-profi-brasileira-pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

FONSECA, Paulo Roberto Campelo Fonseca e. **A nova educação profissional para o trabalho no Brasil do século XXI.** Salvador: Asè Editorial, 2017.

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Educação e crise do trabalho**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (Coleção Estudos Culturais em Educação)

_____. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO – ICE, 2014. Manual Operacional – **Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional** (TESE). Disponível em: http://www.ccv.ufc.br/newpage/conc/seduc2010/seduc_prof/download/Manual_modelo_Gestao.pdf. Acesso em: 3 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. Taxa de desemprego no Brasil. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2019.

KASPER, P. Penha. **Formação de professores**: um olhar sobre a educação profissional. Curitiba: Appris, 2016.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna 35. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MESSINA, Graciela. Estudio sobre el estado da arte de la investigación acerca de la formación docente en los noventa. Organización de Estados Iberoamericanos para La Educación, La Ciencia y La Cultura. In: **Reunión de consulta técnica sobre investigación en formación del profesorado**. México, 1998.

MIRA, Marília Marques.; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Tecnicismo, Neotecnicismo e as práticas pedagógicas no cotidiano escolar. 2009. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Brasileiro de Psico pedagogia**. 26 a 29 de novembro de 2009 - PUCPR.

NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria. TERRIEN, Jacques. O estado da questão: aportes teóricos-metodológicos e relatos de sua produção em trabalhos científicos. In: FARIAS, Isabel Sabino de; NUNES, João batista de Carvalho; NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria. **Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto**. Fortaleza: EdUECE, 2010.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática**. 6. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

RAFAEL, Ivânia M. de S. Carvalho. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ: A LÓGICA EMPRESARIAL NA FORMAÇÃO DOCENTE**. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central, Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino, Limoeiro, 2015.

SALA, M. Alienação e emancipação na transmissão do conhecimento escolar: um esboço preliminar. In: MARTINS, LM. And DUARTE, N., orgs. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 191 p. ISBN 978-85-7983-103-4.

SAVIANI, Dermeval. 1985. In: KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SANTOS, Derivaldo. **Educação e precarização profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

SANTOS, O. J. **Pedagogia dos conflitos sociais**. Campinas, SP: Papyrus, 1992. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

SICE. **Sistema Informatizado de Captação e Estágios.** Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/img-allyson-dados/Guia_do_Usuario.pdf. Acesso em: 1 abr. 2019.

SIGE. **Sistema Integrado de Gestão Escolar.** Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 1 abri. 2019.

SIGE ENEM. **Sistema Integrado de Gestão Escolar.** Acompanhamento das escolas participantes do Exame Nacional do Ensino médio. Disponível em: <http://enem.seduc.ce.gov.br/enem/loquin>. Acesso em: 1 abr. 2019.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital.** Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

SOUZA, Gilberto de. **A mercantilização da educação, História e Sociedade.** 2014. Disponível em: <https://blog.esquerdaonline.com/?p=2288>. Acesso em: 29 maio 2018.

TORRES, Carlos Alberto. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (Coleção estudos culturais em educação).

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível.** 14. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

VIEIRA, Alboni M. D. Pianovski.; SOUZA JUNIOR, Antônio de. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL. **INTERACÇÕES**, n. 40, pp. 152-169 (2016). Disponível em: <http://www.eses.pt/interaccoes>. Acesso em: 3 jan. 2019.

VIEIRA, T. Noronha. **Aspectos materiais do trabalhador horista.** Disponível em: <https://thiagonvieira.jusbrasil.com.br/artigos/371435567/aspectos-materiais-do-trabalhador-horista>. Acesso em: 5 jun. 2019.

Sites acessados:

http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade_2datahora_16_06_2014_15_28_07_idinscrito_1465_5b84a0e2d06a6b5a794d3d6ac7fc7f1e.pdf. Acesso em: 28 de fev. 2018.

<https://doughahistoria.blogspot.com.br/educacao-como-uma-mercadoria.html>. Acesso em: 20 abr. 2018.

<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em: 23 abr. 2019.

<portal.mec.gov.br/.../36781-a-contribuicao-pronatec-expansao-educacao-profissional-brasileira-pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

http://www.ccv.ufc.br/newpage/conc/seduc2010/seduc_prof/download/Manual_modelo_Gestao.pdf. Acesso em: 3 mar. 2016.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2019.

https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/imgallysondados/Guia_do_Usuario.pdf. Acesso em: 1 abr. 2019.

<http://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 1 abri. 2019.

<http://enem.seduc.ce.gov.br/enem/loguin>. Acesso em: 01 de abril de 2019.

<https://blog.esquerdaonline.com/?p=2288>. Acesso em: 29 maio 2018.

<http://www.eses.pt/interaccoes>. Acesso em: 3 jan. 2019.

<https://thiagonvieira.jusbrasil.com.br/artigos/371435567/aspectos-materiais-do-trabalhador-horista>. Acesso em: 5 jun. 2019.

ANEXO A



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
 UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
 PRÓ REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA -PRPGP
 CENTRO DE EDUCAÇÃO – CED
 MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO – MPEDU



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Apresento-lhes o acadêmico **Oswaldo Bezerra Lima Neto** – regularmente matriculado na disciplina de Dissertação, do **Programa de Mestrado Profissional em Educação - MPEDU**, da Universidade Regional do Cariri – URCA, Campus Pimenta – Crato – CE, no semestre 2019.1 com matrícula nº **2017220009-1** desta IES.

O mesmo necessita realizar um trabalho de pesquisa nas Escolas Profissionalizantes da Região do Cariri – com intuito de coletar dados, analisar documentos e coletar de informações para o seu trabalho de pesquisa como parte indispensável a sua dissertação.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Ribeiro

Tema: A inserção dos alunos no mercado de trabalho a partir da Escola Profissionalizante na Região metropolitana do Cariri – RMC.

Produto: Cartilha/livro com informações com os resultados da pesquisa.

Solicitamos o recebimento do acadêmico para realização de seu trabalho de pesquisa. Certo que seremos atendidos, desde já agradecemos a colaboração.

Crato – CE 01 de fevereiro de 2019.

Zuleide Fernandes de Queiroz
 Prof. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz
 Coordenadora do Curso de Mestrado Profissional em Educação URCA
 Coordenadora do MPEDU

ANEXO B



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA -PRPGP
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CED
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - MPEDU



Da: Universidade Regional do Cariri – URCA

Para: 19ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação

Solicitamos que o aluno **OSVALDO BEZERRA LIMA NETO** – regularmente matriculado na disciplina de Dissertação, do **Programa de Mestrado Profissional em Educação – MPEDU**, da Universidade Regional do Cariri - URCA, Campos Pimenta – Crato CE, no semestre 2019.1, com matrícula nº **2017220009-1** desta IES, possa ter acesso aos seguintes dados/registros para a sua pesquisa de campo para o seu trabalho dissertativo (TESE):

1. Dados quantitativos referentes ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (número de inscritos por turma, frequência de comparecimento ao exame nos dois dias);
2. Informações sobre a inserção dos alunos nas Universidades (se pública ou privada ou como se deu a entrada – SISU ou FIES);
3. Dados sobre o Projeto Professor Diretor de Turma – PPDT (número de alunos por turma, dados socioeconômicos da ficha biográfica e caracterização da turma com dados estatísticos);
4. Informações sobre as Escolas Profissionalizantes da Região Metropolitana do Cariri, quantitativos de professores da base técnica, e informações do SICE, do ano de 2018 em relação a entrada dos alunos no mercado de trabalho;
5. Outros dados complementares a sua pesquisa sobre a “Inserção dos alunos no mercado de trabalho a partir da Escola Profissionalizante, na Região Metropolitana do Cariri – RMC.

Certos que seremos atendidos, desde já confessamo-nos gratos.

Crato – CE, 26 de fevereiro de 2019.

Prof. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz
 Coordenadora do MPEDU

Prof. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz
 Coordenadora do Curso de Mestrado Profissional em Educação URCA

ANEXO C



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA -PRPGP
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CED
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - MPEDU



Da: Universidade Regional do Cariri – URCA

Para: 18º Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação

Solicitamos que o aluno **OSVALDO BEZERRA LIMA NETO** – regularmente matriculado na disciplina de Dissertação, do **Programa de Mestrado Profissional em Educação – MPEDU**, da Universidade Regional do Cariri - URCA, Campos Pimenta – Crato CE, no semestre 2019.1, com matrícula nº **2017220009-1** desta IES, possa ter acesso aos seguintes dados/registros para a sua pesquisa de campo para o seu trabalho dissertativo (TESE):

1. Dados quantitativos referentes ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (número de inscritos por turma, frequência de comparecimento ao exame nos dois dias);
2. Informações sobre a inserção dos alunos nas Universidades (se pública ou privada ou como se deu a entrada – SISU ou FIES);
3. Dados sobre o Projeto Professor Diretor de Turma – PPDT (número de alunos por turma, dados socioeconômicos da ficha biográfica e caracterização da turma com dados estatísticos);
4. Informações sobre as Escolas Profissionalizantes da Região Metropolitana do Cariri, quantitativos de professores da base técnica, e informações do SICE, do ano de 2018 em relação a entrada dos alunos no mercado de trabalho;
5. Outros dados complementares a sua pesquisa sobre a “Inserção dos alunos no mercado de trabalho a partir da Escola Profissionalizante, na Região Metropolitana do Cariri – RMC.

Certos que seremos atendidos, desde já confessamo-nos gratos.

Crato – CE, 26 de fevereiro de 2019.

Prof. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz

Coordenadora do MPEDU

Profa. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz

Coordenadora do Curso de Mestrado Profissional em Educação URCA

ANEXO D



Secretaria da Educação do Ceará – SEDUC
19ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
EEEP RAIMUNDO SARAIVA COELHO

E-mail: rscoelho@escola.ce.gov.br
Avenida Paulo Maia, s/n – São José
Juazeiro do Norte /CE - CEP: 63.024-685
CNPJ: 07.954.514/0605-35
INEP: 23236205



CARTA DE RECOMENDAÇÃO

Recomendo o professor **Oswaldo Bezerra Lima Neto**, brasileiro, natural de Juazeiro do Norte – CE, portador do RG: 2003029137840 – SSPCE e CPF: 023:133:423-01, pelo excelente desempenho em suas atividades pedagógicas na EEEP Raimundo Saraiva Coelho. O mesmo demonstra importantes características positivas e notórias no ambiente de trabalho, como: ética, responsabilidade, respeito, organização, compromisso, bom relacionamento, proatividade e sobretudo gosta de ser um educador. Na escola o mesmo é integrado aos projetos desenvolvidos e contribui de maneira satisfatória para o sucesso dos mesmos. Exerce um trabalho nesta Unidade Escolar desde 2013 e podemos citar algumas atividades desenvolvidas durante este período:

- Coordenação das Olimpíadas Brasileira de Astronomia e Astronáutica; (2013-2018);
- Coordenação da Mostra de Foguetes; (2013-2018);
- Professor formador do Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio;
- Coordenação da Feira de Jovens Empreendedores – 03 edições;
- Orientação de trabalhos de pesquisa para participação em eventos científicos
- Participação no Gea Terra Mae; 03 – edições; (inclusive com premiação em 2017 na categoria exposição e apresentação de trabalho – Metodologias Ativas no Ensino de Geografia;
- Semana de meio ambiente na EEEP Raimundo Saraiva Coelho;
- Participação na Feira das profissões RSC
- Participação no Projeto Professor de Turma – PPDT (05 anos);
- Participação nas reuniões e formação continuada na escola;
- Exerce um projeto com as metodologias ativas: Instalações Educacionais;
- Contribui com aulões e palestras de preparação do ENEM;

Reafirmo o compromisso do professor com a educação, pois como gestora conheço o seu trabalho há 07 anos. E que o mesmo não se ausentou de nenhuma de suas funções escolares para realizar mais um curso de graduação, alguns cursos de pós-graduação, bem como as aulas do mestrado. É um professor comprometido com seu trabalho, contribuindo para o bom resultado da escola e o sucesso dos projetos aqui desenvolvidos.

O mesmo é estudante, pesquisador, do Programa de Mestrado Profissional em Educação – da Universidade Regional do Cariri – URCA.

Com base em seu trabalho, recomendo o professor acima citado, a visitar as EEEPs para fazer levantamento de dados para a sua pesquisa sobre **“A inserção dos alunos no mercado de trabalho a partir das escolas profissionalizantes na Região Metropolitana do Cariri.”**

Juazeiro do Norte CE, 19 de Fevereiro de 2019

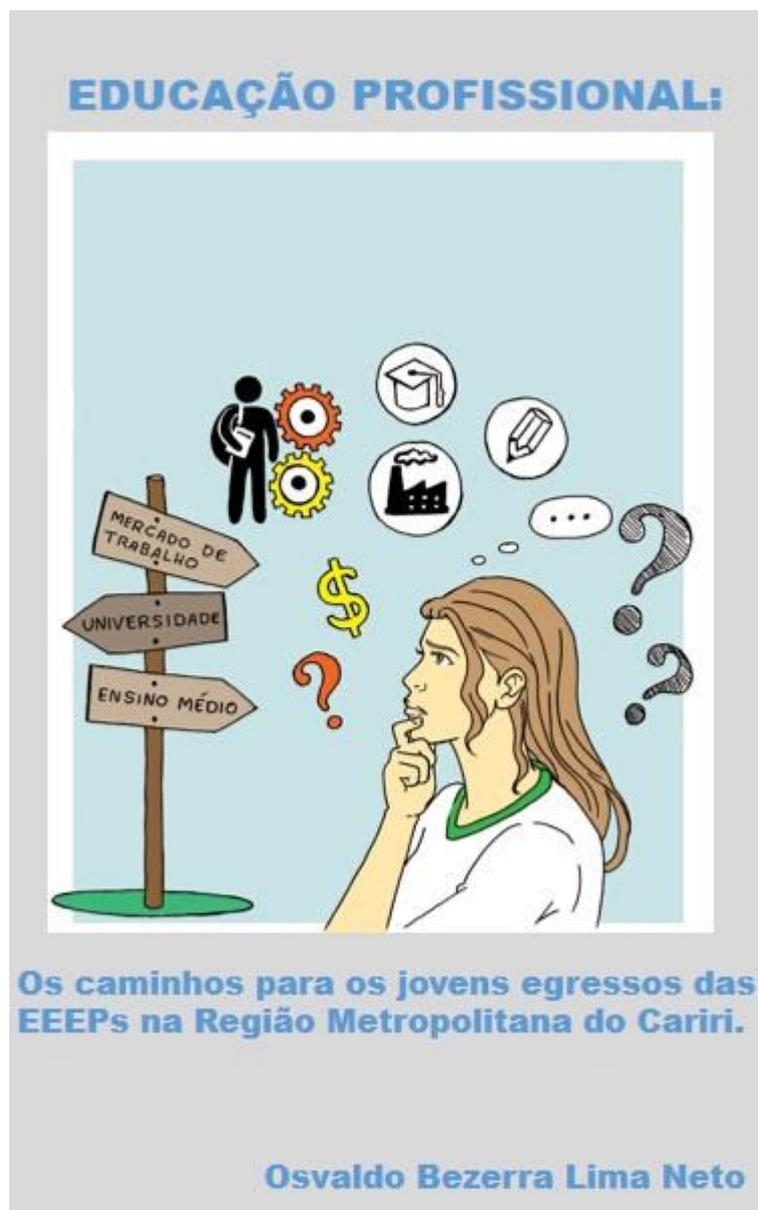
Diretora Administrativa
D. O. Nº 42 de 04/03/2013

ANEXO E - PRODUTO (MODELO DE CAPA 1)**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:**

**Os caminhos para os jovens egressos das
EEEPs na Região Metropolitana do Cariri.**

Oswaldo Bezerra Lima Neto

Nota: Arte (xilogravura) de Edilson Botelho, professor da Educação Profissional no município de Lavras da Mangabeira - CE.

ANEXO F – PRODUTO (MODELO DE CAPA 2)

Nota: Desenho de Fábio Tavares, professor da Educação Básica do Estado do Ceará.

APÊNDICE A – QUADRO DE DISCIPLINAS COMPLEMENTARES/PARTE DIVERSIFICADA DO CURRÍCULO DAS EEEPS

DISCIPLINAS	DESCRIÇÃO
Empreendedorismo	O tema empreendedorismo é abordado com o objetivo de possibilitar a capacitação dos educandos para o desenvolvimento de competências empreendedoras, que contribuam para o planejamento e a criação de negócios sustentáveis e com o foco em oportunidades identificadas no mercado. São abordados os seguintes tópicos: Crescendo e Empreendendo; Iniciando um Pequeno Grande Negócio; e Como Elaborar Plano de Negócios.
Projeto de Vida	O Projeto de Vida é trabalhado como uma proposta metodológica que modifica a forma tradicional de ensino, privilegiando a participação, o diálogo, a relação de permanente troca de aprendizados entre educador e aluno, a contextualização dos temas no cotidiano dos alunos e a vivência prática dos aprendizados. O objetivo é oferecer uma formação profissional para além da questão meramente técnica, visando ao desenvolvimento das potencialidades humanas e da capacidade de interferir criticamente na vida social e profissional.
Mundo do Trabalho	Contempla conteúdos que abrangem o contexto das relações de trabalho. São escolhidos eixos temáticos de interesse dos jovens para desenvolver um processo de discussão e reflexão crítica, associando conteúdos com situações reais vivenciadas no contexto socioeconômico, cultural e escolar do aluno.
Formação para cidadania	A Formação para a Cidadania busca estimular os estudantes a se tornarem cidadãos responsáveis, críticos, ativos e intervenientes, permitindo-lhes trabalhar suas vivências no plano pessoal e coletivo. Este componente curricular se dá através do Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT), experiência vivenciada pelas escolas portuguesas e implantada no Ceará no ano de 2008.

FONTE: Elaboração do autor, (2019). Dados disponíveis em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/matrizescurriculares>. Acesso em: 3 jul. 2019.

APÊNDICE B - CONVITE DA DEFESAThe graphic is a black and white illustration. On the left, there is a crest with three flames above it. In the center, the word 'CONVITE' is written in bold. Below it, the text of the invitation is presented. On the right, there is a crest with a shield and a crown. The background features a stylized sunburst, a building, and a large dollar sign. On the far right, there is a vertical illustration of a figure with wings, holding a dollar sign, standing on a path that leads towards a building and a factory with smokestacks.

CONVITE

O Programa de Mestrado Profissional em Educação – MPEDU da Universidade Regional do Cariri – URCA tem a honra de convidar Vossa Senhoria para defesa de dissertação intitulada: **A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (EEEPs) NA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI (RMC)** do mestrando Osvaldo Bezerra Lima Neto.

BANCA EXAMINADORA
Prof. Dr. Emerson Ribeiro – (URCA) - Orientador
Prof. Dr. José Deribaldo Gomes dos Santos - UECE
Prof.^a Dr.^a Zuleide Fernandes de Queiroz - URCA
Prof. Dr. Josier Ferreira da Silva - URCA

Data: 26.06.2019
Hora: 14h
Local: Campos Pimenta - URCA
Sala: 08 – Bloco da Geografia

NOTA: Elaboração do autor, (2019).

APÊNDICE C – SLIDE DE APRESENTAÇÃO DA DEFESA

 **UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA**
PRÓ- REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP
MESTRADO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO – MPEDU 

DISSERTAÇÃO:
A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DAS
ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (EEEP's) NA REGIAO
METROPOLITANA DO CARIRI (RMC)

Prof. Osvaldo Bezerra Lima Neto (Mestrando)
Prof. Dr. Emerson Ribeiro (Orientador)

CRATO CE - 2019



NOTA: Elaboração do autor, (2019).